

Edson Fernandes

A ESCRAVIDÃO NA FRONTEIRA

Um estudo da escravidão negra numa boca do sertão paulista.

Lençóis, 1860-1888

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Área de concentração: História Econômica

Orientador: Prof.^ª. Dr.^a Dora Isabel Paiva da Costa

Unesp – Araraquara/SP

2003

Edson Fernandes

A ESCRAVIDÃO NA FRONTEIRA

Um estudo da escravidão negra numa

boca do sertão paulista.

Lençóis, 1860-1888

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual Paulista como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia. Área de Concentração: História Econômica.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Dora Isabel Paiva da Costa

Araraquara/SP

2003

A ESCRAVIDÃO NA FRONTEIRA
Um estudo da escravidão negra numa
boca do sertão paulista.
Lençóis, 1860-1888

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Dora Isabel Paiva da Costa
UNESP - Araraquara

Prof. Dr. Horácio Gutiérrez
UNESP - Franca

Prof. Dr. José Flávio Motta
USP - São Paulo

Araraquara/SP

2003

Para
meus pais, José e Nair,
 pelas histórias vividas;
meu filho, Luís Henrique,
 pelas histórias esperadas;
e minha companheira, Maria José,
 pelas histórias compartilhadas.

Agradecimentos

O trabalho de pesquisa histórica é quase sempre resultado de contribuições de várias pessoas, desde os responsáveis pelos arquivos que guardam preciosas fontes históricas até aqueles que dispõem seu tempo para narrar fatos passados de sua vida e da comunidade em que vivem. Este trabalho não foge à regra e não teria sido possível sem a valiosa colaboração de pessoas assim, dentre elas, os amigos do Cartório de Notas Primeiro de Lençóis Paulista e, em especial, Dimas Roberto Vieira, Evandro Biral e José Aparecido Arioso; agradecimentos também a Sílvio Cordeiro e funcionários do Cartório de Notas Segundo de Lençóis Paulista; a Vera Lúcia Rosa Moretto e funcionários do Cartório de Registro Civil e Anexos de Lençóis Paulista; a Sabrina Leme Burato, funcionária do Arquivo da Prefeitura de Lençóis Paulista; a José Vergílio Grandi, pelas orientações referentes ao Arquivo da Câmara Municipal de Lençóis Paulista; a Marli Montoro, pelo empenho em conseguir fontes para minha pesquisa e pelas dicas fornecidas; a Meire Aparecida Torel e demais funcionários do Arquivo da Cúria de Botucatu; a Antonio Sergio Alves, da Seção Cível de Distribuição do Fórum de Agudos; a Ariosto Gonçalves Barca, Lúcia Helena Delazari e funcionários do Tabelião de Notas e 2.º de Protesto de Agudos. Não poderia deixar de agradecer a Therezinha e Meiry Chitto, com quem troquei algumas “figurinhas” históricas.

A minha gratidão se estende também aos professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Economia da Unesp de Araraquara e aos membros da banca de qualificação, cujas sugestões enriqueceram o trabalho, Prof^a. Dr^a. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira e Prof. Dr. Renato Leite Marcondes.

Sou grato pela valiosa colaboração na leitura das fontes e compilação de dados à minha companheira, Maria José, a quem espero retribuir um dia.

A lista não poderia ficar completa sem um agradecimento especial à Prof^a. Dr^a. Dora Isabel Paiva da Costa, cujo empenho e dedicação na orientação deste trabalho não têm responsabilidade sobre suas possíveis imprecisões, mas a quem devem muito seus possíveis acertos.

A todos, muito obrigado.

RESUMO

O povoamento da porção ocidental da Província de São Paulo foi um processo que se desenvolveu ao longo do século XIX, conseqüência, em grande parte, do avanço da cultura cafeeira. Os povoados que aí se estabeleceram, com seus acanhados núcleos urbanos e seus inúmeros roçados e fazendas estavam, num primeiro momento, não interligados ao comércio de longa distância, o que fazia com que sua produção se destinasse aos mercados local e regional. Lençóis, vila desmembrada de Botucatu em 1865, não prescindiu do trabalho escravo em suas atividades econômicas. A análise de inventários *post-mortem*, de livros de notas cartoriais e registros paroquiais permite concluir que algumas características da população escrava desta vila de povoamento mais recente eram semelhantes às de outras áreas também não interligadas ao comércio de exportação. Deste modo, verificou-se em Lençóis uma ampla predominância dos proprietários de pequenos plantéis (de 1 a 5 escravos) que detinham uma pequena parcela da mão-de-obra. Por outro lado, algumas características da população escrava lençoense não eram comuns a outras áreas escravistas brasileiras. Entre elas, encontramos uma maior ocorrência de alforrias onerosas, ou seja, as que envolviam algum tipo de pagamento. Além disso, os preços alcançados pelas mulheres escravas eram, em média, semelhantes aos dos homens num determinado período, durante a década de 1860, resultado das dificuldades de reposição da mão-de-obra cativa e, conseqüentemente, valorização da mulher devido à sua condição de reprodutora.

Palavras-chave: escravidão, comércio de escravos, alforrias, casamentos de escravos, óbitos de escravos, estrutura de posse de cativos.

ABSTRACT

The western part of the São Paulo province was settled throughout the 19th century, primarily due to coffee cultivation. Initially, settlements in this region, with its restricted urban areas and its countless fields and farmlands, were not connected to long distance trade, restricting trade to local and regional markets. Lençóes, a village that separated from Botucatu in 1865, did not give up slave labor as part of its economic activities. Through an analysis of *post-mortem* registers, books of registry offices and parish books we can infer that some later characteristics of the slave population in this village were similar to others that did not conduct export trade. For instance, there was a considerable predominance of small plantation owners (from 1 to 5 slaves) in Lençóes who did only a small amount of manual labor work. In contrast, some characteristics of the slave population in Lençóes were not the same as in the other Brazilian slave-holding regions. Among them, we can find a wider occurrence of conditional liberations, in other words, liberation of slaves that involved some kind of payment. Moreover, during the 1860s average prices of slave women were similar to those of slave men. Because replacing slave labor was very difficult, the value of slave women increased due to their ability to reproduce.

Key-words: slavery, slave trade, liberation, marriage among slaves, slave deaths, slave ownership structure.

Mapas, Quadros e Tabelas

Introdução

Mapa 1. Expedições ao sertão paulista nos séculos XVIII-XX

Mapa 2. Distribuição geográfica dos índios do Oeste de São Paulo no século XIX

Mapa 3. Deslocamento de populações sobre o sertão paulista durante o século XIX

Quadro 1. População de Lençóes e paróquias, 1872

Quadro 2. População escrava de Lençóes em 1872 e 1886

Quadro 3. População total de Lençóes em 1872, 1886 e 1890

Tabela 1. Naturalidade de pais e mães de crianças livres registradas em Lençóes nos anos de 1876 e 1877

Capítulo 1

Tabela 1.1. População escrava por sexo. Lençóes, 1860-1887

Tabela 1.2. Sexo dos escravos por faixa etária. Lençóes, 1860-1887

Tabela 1.3 Sexo dos escravos por tamanho de plantéis. Lençóes, 1860-1887

Tabela 1.4 Distribuição dos escravos segundo a faixa etária. Lençóes, 1860-1887

Tabela 1.5 Estrutura de posse dos cativos por faixas de tamanho de plantéis. Lençóes, 1860-1887

Tabela 1.6 Procedência dos escravos inventariados. Lençóes, 1860-1887

Tabela 1.7 Idade média segundo a procedência dos escravos. Lençóes, 1860-1887

Tabela 1.8 Escravos transacionados por faixa etária. Lençóes, 1861-1888

Tabela 1.9 Naturalidade dos escravos transacionados. Lençóes, 1861-1888

Tabela 1.10 Domicílio de vendedores e compradores de escravos. Lençóes, 1861-1888

Tabela 1.11 Preços médios de escravos de ambos os sexos, de idade 15 a 29 anos. Lençóes, 1860-1880

Tabela 1.12 Preços médios, por década, de escravos de ambos os sexos, de idades entre 15 e 29 anos. Lençóes, 1860-1880

Tabela 1.13 Preços médios de escravos do sexo masculino, de idade 15 a 29 anos, em Lençóes e Rio Claro, 1860-1880

Tabela 1.14 Preços médios de escravos de ambos os sexos e faixa etária 21 a 39 anos, em Sergipe e Lençóis, 1864-1878

Capítulo 2

Tabela 2.1 Participação proporcional de escravos casados e viúvos acima de 15 anos arrolados nos inventários. Lençóis, 1860-1887

Tabela 2.2 Parentesco nos plantéis de Lençóis, 1860-1887

Tabela 2.3 Naturalidade dos cônjuges escravos ou libertos. Lençóis, 1869-1888

Tabela 2.4 Filiação dos cônjuges ou libertos. Lençóis, 1869-1888

Tabela 2.5 Situação jurídica dos cônjuges. Lençóis, 1869-1888

Tabela 2.6 Batismos de crianças livres e escravas/ingênuas. Lençóis, 1860-1888

Tabela 2.7. Pais e mães de escravos e ingênuos. Lençóis, 1860-1888

Tabela 2.8 Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de crianças escravas de ambos os sexos. Lençóis, 1860-1871

Tabela 2.9 Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de crianças ingênuas de ambos os sexos. Lençóis, 1871-1888

Tabela 2.10 Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de meninos escravos. Lençóis, 1860-1871

Tabela 2.11 Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de meninas escravas. Lençóis, 1860-1871

Tabela 2.12 Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de meninos ingênuos. Lençóis, 1871-1888

Tabela 2.13 Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de meninas ingênuas. Lençóis, 1871-1888

Tabela 2.14 População escrava de Lençóis segundo a faixa etária

Tabela 2.15 Crianças, mulheres em idade fértil e razão criança-mulher na população escrava em várias localidades paulistas

Tabela 2.16 Média de filhos escravos e ingênuos. Lençóis, 1860-1888

Tabela 2.17 Tipos de alforrias: % do sexo em cada tipo. Lençóis, 1863-1888

Tabela 2.18 Tipos de alforria onerosa: % do total oneroso. Lençóis, 1863-1888

Tabela 2.19 Alforrias por faixas de idade. Lençóis, 1863-1888

Tabela 2.20 Tipos de alforrias: % de idade em cada tipo. Lençóes, 1863-1888

Tabela 2.21 Idade ao falecer de escravos e ingênuos de ambos os sexos. Lençóes, 1867-1888

Tabela 2.22 Idade ao falecer de livres de ambos os sexos. Lençóes, 1867-1888

Tabela 2.23 Idade ao falecer de livres e escravos/ingênuos de ambos os sexos. Lençóes, 1867-1888

Tabela 2.24 Ocorrência de cada grupo de doenças, segundo a condição jurídica de ambos os sexos. Lençóes, 1867-1888

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. Uma região de conflito	1
2. Lençóis, boca do sertão	5
3. Debate historiográfico	10
4. Metodologia e fontes	16

Capítulo 1 – A ECONOMIA ESCRAVISTA NA “BOCA DO SERTÃO”

1.1 As atividades econômicas	19
1.2 A população escrava de Lençóis	29
1.2.1 Sexo e estrutura etária	30
1.2.2 Estrutura de posse dos cativos	34
1.2.3 Procedência dos escravos segundo os inventários	37
1.3 Comércio de escravos	40
1.3.1 As escrituras de compra e venda	40
1.3.2 Os preços dos escravos	44
Considerações parciais	51

Capítulo 2 – A ESCRAVIDÃO NUMA BOCA DO SERTÃO: NASCER, CASAR, MORRER E ALFORRIAR-SE

2.1 A família escrava	55
2.2 Os registros de casamentos de escravos e libertos	61
2.3 Batismos de escravos e ingênuos	65
2.4 Batismos de escravos e ingênuos: filhos legítimos e naturais	67

2.5 Batismos de escravos e ingênuos: padrinhos e madrinhas	68
2.6 Reprodução natural da mão-de-obra cativa	72
2.7 As alforrias	75
2.8 Mortalidade de escravos e ingênuos	82
Considerações parciais	88
Considerações finais	90
Fontes	92
Referências bibliográficas	93
Apêndice A	99
Apêndice B	100
Apêndice C	101

INTRODUÇÃO

1. Uma região de conflito

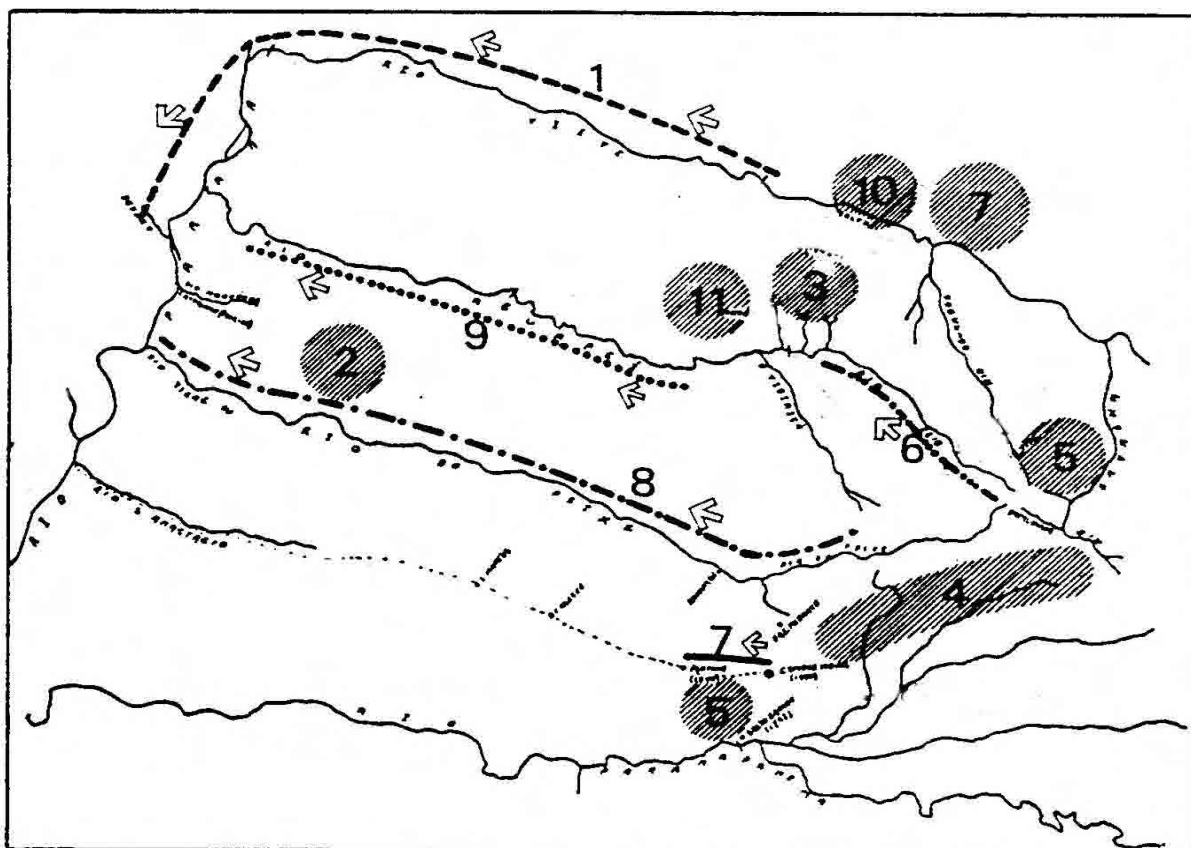
A escravidão já foi estudada em suas mais variadas manifestações no Brasil, mas ainda há muito a ser pesquisado e compreendido, principalmente nas áreas distantes dos grandes centros produtores ligados aos mercados de longa distância. Este é o caso de Lençóis, vila inicialmente ligada à Comarca de Botucatu e que se caracterizava por ser a chamada boca do sertão, último reduto do povoamento do homem branco e ponto de apoio das expedições que demandavam o vasto sertão representado pela porção ocidental do território paulista em meados do século XIX.

Foi durante o transcorrer deste século que a parte ocidental da Província de São Paulo começou a ser desbravada, quando o elemento branco passou a disputar as últimas áreas dominadas pelos remanescentes indígenas. Até as primeiras décadas do século XIX, estas regiões figuravam nos mapas como “sertão desconhecido”, e do pouco que se sabia dele, a presença de tribos indígenas hostis à penetração da “civilização” era um dos aspectos sobre os quais pairavam poucas dúvidas, resultado de relatos advindos de esporádicos contatos entre brancos e índios.

Desde há muitos anos o rio Tietê já era uma via natural para Goiás e Mato Grosso, principalmente após 1720, com os descobrimentos de ouro nestas regiões. E o Tietê foi uma das “estrias”, no dizer de Caio Prado, que possibilitaram o contato litoral-interior e a colonização de vastas áreas do território paulista (PRADO JR, 1976, p. 67). No entanto, das várias expedições que se utilizaram desta via natural há poucas referências à presença de índios. Isto só se verifica no relato de expedições que se aventuraram a percorrer a região compreendida entre os rios Tietê e Paranapanema. Era

aí, próximas aos rios Feio/Aguapeí e do Peixe (mapa 2), que viviam as tribos Kaingang (BORELLI, 1984, p. 59-60).

Mapa 1. Expedições ao sertão paulista nos séculos XVIII-XX.



1. 1773 – Brigadeiro Sá e Faria
2. 1810 – Padre Manuel Ferraz de Sampayo Botelho
3. 1842-1886 – Criadores de gado
4. 1886 – Comissão Geográfica e Geológica (rio Paranapanema)
5. 1888/1890 – Frei Mariano de Bagnaia e Frei Sabino de Rimini
6. 1901 – Padre Claro Monteiro do Amaral
7. 1902/1904 – Frei Bernardino de Lavalle
8. 1905 – Comissão Geográfica e Geológica (rio Feio/Aguapeí)
9. 1905 – Comissão Geográfica e Geológica (rio do Peixe)
10. 1908 – Fundação da cidade de Penápolis
11. 1912 – Pacificação dos Kaingang paulistas

Fonte: BARROS, 1950, apud BORELLI, 1984, p.61.

A ocupação desta porção mais a oeste da Província de São Paulo é uma história de conflito social em que não faltam relatos de morticínios de ambos os lados,

mas cujo resultado final, sabemos todos, foi desfavorável aos nativos (LIMA, 1978, passim). Além da presença de padres e de expedições científicas, muitos bugreiros fizeram fama na região, foram o flagelo de muitos povos indígenas e abriram caminho para a consolidação de povoados brancos (ANDRADE, 1945, passim).

Durante o século XIX várias expedições se aventuraram na área compreendida entre o Tietê e o Paranapanema e travaram contato – amistoso ou não – com tribos indígenas que povoavam a região. O mapa 1 mostra o traçado de algumas destas expedições e o mapa 2 localiza os grupos indígenas que habitavam a Província de São Paulo no século XIX. Como se pode ver, praticamente toda a faixa entre os dois grandes rios era ocupada, naquele século, pelos grupos Kaingang, Oti-Xavante e Opaiê (ou Ofaiê)-Xavante.

Em 1858, moradores do bairro do Bauru, distrito da Vila de Botucatu, endereçaram uma petição ao presidente da Província de São Paulo dando conta da situação em que viviam. Afirmavam que

não podendo mansa e pacificamente continuar no usufructo das propriedades, e frondosas terras que possuem, não só por compra, como também por posses que naquellas mattas fizerão, em tempos prometidos, enconsequencia de acharem-se vesinhando com grande porção de indígenas, que vagão por aquelles sertões, já fazendo assassinatos na vesinhança, os mais bárbaros possíveis a ponto de darem fim em famílias inteiras; o que acontece todos os annos, em tempos de roças (NEVES, 1961, p. 30-35).

A ameaça indígena ao estabelecimento do homem branco continuou por mais algum tempo, o que provocava reiterados pedidos de providência às autoridades provinciais por parte da população das vilas mais próximas às comunidades indígenas.

Em setembro de 1879, em carta endereçada ao presidente da Província de São Paulo, o Juiz de Lenções relata que

no dia 03 do corrente mês, na fazenda que foi do finado Felicíssimo Antonio de Souza, distante desta Vila dez léguas achando-se ocupados no derrubamento de matos para plantações, Gerônimo Pires Gonçalves, José Antonio de Oliveira, João Ferreira de Oliveira, Francisco Antonio de Oliveira, Manoel Antonio da Silva e Francisco Sabino de Siqueira foram surpreendidos por um bando de índios que, vindo a traição, assassinaram os três primeiros acima referidos a flechadas, escapando o trabalhador Francisco Antonio de Oliveira e Manoel da Silva, que escaparam pela intrepidez e valor de Francisco Sabino, que não obstante ter ficado só, matou ao cacique e perseguiu os assaltantes algum tempo pelos matos. Terrível porém foi o atentado os índios, depois de flechados os referidos indivíduos dilaceraram seus cadáveres a machado, e quando ainda neste sanguinolento mister se ocupavam, foram surpreendidos por Francisco Sabino, e morto o chefe tomaram a fugida (BASTOS, 1996, p. 19 apud NEVES; BUENO FILHO, [19_], p. 12)

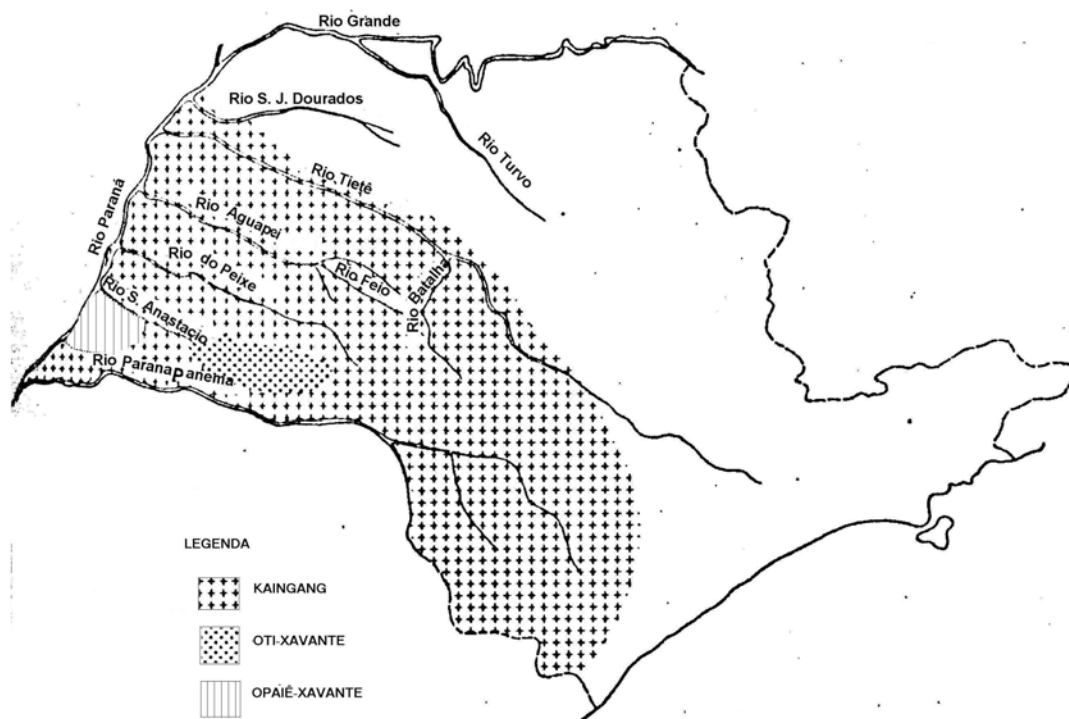
Pelo visto, as autoridades locais procuraram pintar um quadro de selvageria e atrocidades por parte dos índios de modo a impressionar as autoridades provinciais e conseguir recursos para afastar a ameaça indígena. Isto só reforça a idéia de que o problema era real e a região era palco de conflitos.

Em 1886, os vereadores de Lençóis ouviram o relato do vereador Faustino Ribeiro da Silva sobre um ataque indígena à Colônia de Avandava, situada naquele município, ocasião em que onze pessoas perderam a vida. A ata da reunião registra que os índios

não satisfeitos com tão atroz procedimento andarão em grande número pelas cazas de todos os fazendeiros intimando para retirarem-se se não quizessem morrer, a vista do que consta terem já mandados trinta e dois fazendeiros dos mais conciderados, deixando suas fazendas abandonadas. Foi aprovada a indicação para officiar ao Exmo Snr. Prezidente da Província para este entenderse com o Governo Geral e conceguir um missionário para catequizar os índios bravos cituados no aldeamento do Dorado ou n'outro aldeamento neste município fornecendo o Governo Provincial todas as

despesas com essa catequeze. A Câmara entende que com esta medida porá termo as agreções que os índios tem feito aos homens brancos.¹

Mapa 2. Distribuição geográfica dos índios do Oeste de São Paulo no século XIX



Fonte: SCHADEN, Egon, 1958, apud LIMA, 1978.

Os conflitos foram uma constante no desbravamento dos sertões paulistas durante o século XIX. Ataques de ambos os lados geravam uma situação de incerteza que não passava despercebida às autoridades, mas nem sempre era pronto o atendimento aos reclamos dos povoadores.

¹ Ata da Câmara Municipal de Lençoes, Livro n.º 2, 1886-1890, p. 18-19

No século XIX, com o avanço da fronteira e o crescimento demográfico da província paulista, verifica-se uma extraordinária expansão na criação de vilas: 26 na primeira metade do século e 41 na segunda (MARCÍLIO, 2000, p. 143). Com isto, as bocas de sertão se mantinham enquanto tal por breves períodos, após o que se deslocavam avançando território adentro no sentido oeste.

2. Lençóis, boca do sertão

Durante os últimos anos da escravidão no Brasil, Lençóis foi uma boca do sertão paulista, mantendo sob sua jurisdição uma vasta área compreendida entre os rios Tietê e Paranapanema. Tendo se elevado à freguesia em 1858 e à vila em 1865, desmembrando-se de Botucatu, Lençóis, por sua vez, deu origem a várias povoações que foram se estabelecendo à medida que o século chegava ao seu final. Nesta etapa do povoamento paulista, novas características o diferenciavam de outras épocas e de outras regiões: o advento da ferrovia, a entrada dos imigrantes, o avanço do café, as leis abolicionistas formavam um pano de fundo que dava uma singularidade própria a esta boca do sertão, cuja ocupação se deve, em parte, à presença de mineiros que, com o declínio da mineração, se deslocaram para diversas áreas paulistas. Deve-se ressaltar, também, o intenso movimento de desmembramentos territorial e populacional que caracterizou a região no século XIX.

Maria Luiza Marcílio já havia chamado a atenção para a dificuldade de se efetuar uma cartografia administrativa e de se estabelecer, com precisão, a que território corresponde uma dada população estudada, decorrência de sucessivos desmembramentos e da justaposição de organizações no território: administrativa, religiosa, militar e judiciária (MARCÍLIO, 2000, p. 135-136).

Na fronteira ocidental não foi diferente. O avanço da frente de expansão sobre o território desconhecido deslocava continuamente a boca do sertão, criando núcleos de povoamento que rapidamente ganhavam projeção suficiente para reivindicar a instalação de uma câmara municipal e, conseqüentemente, autonomia administrativa.

O intenso movimento de criação, extinção, reincorporação, transferências de sede, mudança de denominação reflete o que se passava na fronteira oeste paulista nos últimos anos da escravidão. E nem sempre os censos são capazes de dar uma idéia exata do que representaram estas alterações, pois no espaço de poucos anos – intervalo menor que o verificado de um censo a outro – a configuração político-administrativa do território já tinha adquirido outras feições.

O Censo de 1872* apontou uma população livre de 5.185 almas para a paróquia de Nossa Senhora da Piedade, sendo que 2.644 eram homens e 2.541 eram mulheres. Para as demais paróquias que compunham o município de Lençóes, São Domingos e Santa Cruz do Rio Pardo, a população livre era, respectivamente, de 3.629 e 3.623 almas (BASSANEZI, 2001). Estas duas últimas paróquias se situavam ainda mais sertão adentro, do que resulta sua menor população.

Quadro 1. População de Lençóes e paróquias, 1872

	Livres			Escravos			Total da população
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
N. S. P. dos Lençóes	2.644	2.541	5.185	337	292	629	5.814
São Domingos	2.004	1.625	3.629	64	52	116	3.745
S. C. do Rio Pardo	1.948	1.675	3.623	109	100	209	3.832
Total	6.596	5.841	12.437	510	444	954	13.391

Fonte: BASSANEZI, 2001.

Ainda de acordo com o censo de 1872, Lençóes possuía 629 escravos, representando 10,8% da população. Destes, 337 eram homens e 292 eram mulheres.

* Na Província de São Paulo, devido a certas circunstâncias, o censo foi realizado não na data estabelecida, 1.º de agosto de 1872, mas apenas a 30 de janeiro de 1874.

Para as demais paróquias que compunham o município de Lençóes, São Domingos e Santa Cruz do Rio Pardo, estas porcentagens eram, respectivamente, 3,1% e 5,5%. Em 1886, o número de escravos em Lençóes era de 436, representando 9,6% da população total. Eram 221 homens e 215 mulheres.

Quadro 2. População escrava de Lençóes em 1872 e 1886

	População escrava em 1872						População escrava em 1886					
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Lençóes	337	53,6	292	46,4	629	100	221	50,7	215	49,3	436	100

Fonte: BASSANEZI, 2001.

A população de Lençóes (livre e escrava) sofreu bruscas e inusitadas variações entre 1872 e 1890, o que pode ser creditado ao já citado intenso movimento de desmembramento de território e de população para a criação de novas vilas. Em 1872, a população total era de 5.814 habitantes, sofrendo um decréscimo em 1886 quando atingiu 4.452. Em 1890, a população deu um salto chegando a 9.452 habitantes (BASSANEZI, 2001).

Quadro 3. População total de Lençóes em 1872, 1886 e 1890

	Pop. 1872	Pop. 1886	Pop. 1890
N.S.P. Lençóes	5.814	4.542	9.452

Fonte: BASSANEZI, 2001.

O presente estudo está relacionado a uma época de desmembramentos e incorporações, o que explica as bruscas variações na população da paróquia de Nossa Senhora da Piedade dos Lençóes (doravante, apenas Lençóes): os desmembramentos verificados na história do município (principalmente das duas outras paróquias, em 1876) acarretaram perda de população que foi compensada com a entrada de novos moradores durante a década de 1880.

Dissemos anteriormente que era marcante a presença de mineiros na ocupação desta região. Esta presença fica evidenciada ao analisarmos os dados da tabela 1. Ela é o resultado da análise de um único livro de registros de nascimentos efetuados nos anos de 1876 e 1877. Tem particular interesse, pois nos traz informações da naturalidade de pais e mães das crianças registradas naqueles dois anos.

Tabela 1. Naturalidade de pais e mães de crianças livres registradas em Lençóes nos anos de 1876 e 1877.

Naturalidade	Pais		Mães		Total	
	N	%	N	%	N	%
Lençóes	13	5,6	37	15,8	50	10,7
Província S. Paulo*	123	52,6	129	55,1	252	53,8
Província Minas	82	35	59	25,3	141	30,1
Outros	6	2,5	1	0,4	7	1,5
Não consta	10	4,3	8	3,4	18	3,9
Total	234	100	234	100	468	100

Fonte: Livro de Registros de Nascimento A0. Cartório de Registro Civil e Anexos. Lençóis Paulista SP.

* Excetuando-se a Vila de Lençóes.

Pela tabela 1, podemos perceber a importância da participação de mineiros no povoamento da região de Lençóes – mesmo porque são muito comuns relatos de moradores mais velhos da atual Lençóis Paulista sobre seus antepassados mineiros. Foram compulsados 234 registros, correspondendo a igual número de pais e mães. Apenas 5,6% dos pais são oriundos da própria vila de Lençóes, elevando-se este número para 15,8% quando se trata de mães. São naturais da Província de São Paulo 52,6% dos pais e 55,1% das mães. Os mineiros são responsáveis por 35% dos pais e 25,3% das mães.

Pode-se inferir também dos dados da tabela a maior presença de homens originários de Minas do que mulheres, o que é compreensível dada as dificuldades relacionadas à transposição de vasto território até o estabelecimento na fronteira e à permanência nesta - região ainda não provida de todos os recursos necessários a uma vida sem maiores sobressaltos como meios de transportes, de comunicação etc.

Até meados do século XIX, a cidade mais importante entre os rios Tietê e Paranapanema era Botucatu. Além desta localidade, distinguia-se Lençóis como um posto avançado em direção ao sertão. José Teodoro de Sousa tornou-se uma figura quase lendária pelas andanças que realizou pela região, fundando povoados, abrindo caminhos e trazendo povoadores de Pouso Alegre, MG, onde morava antes de se aventurar pelo sertão paulista (MONBEIG, 1984, p. 133-135).

Além de mineiros, muitos paulistas originários de regiões de povoamento mais antigo partiram para a boca do sertão, conforme nos indica a tabela 1. São citadas com frequência como sendo a origem de pais e mães de crianças nascidas em Lençóis nos anos de 1876 e 1877, localidades como Sorocaba, São João do Rio Claro, Constituição (atual Piracicaba), Mogi-Mirim, Descalvado, Itapetininga, Caconde, Casa Branca e outras. É certo que depois de 1720 sesmarias começaram a ser concedidas acima da serra de Botucatu, embora a ocupação da região ainda demorasse algumas décadas, pois seus proprietários não se dispunham a abandonar as fazendas que já possuíam e partir para a boca do sertão. Lavradores das vilas próximas, criadores de gado, aventureiros de toda espécie, além dos mineiros, vão se estabelecendo serra acima. Foragidos da justiça e exterminadores de índios – os bugreiros -, chamados, ao que parece, por viajantes e moradores, também faziam parte da paisagem humana destes primeiros tempos. Além disso, a eclosão da Guerra do Paraguai, mais tarde, faria com que muitas pessoas se embrenhassem no sertão paulista, fugindo do alistamento militar (MONBEIG, 1984, p. 133). O mapa 3 mostra o rumo que tomou o deslocamento de populações a partir de Botucatu e Lençóis.

A população que morava abaixo da serra de Botucatu se sentiu atraída pela disponibilidade de terras férteis e pela possibilidade de estabelecer sítios, roçados e criação numa região ainda não integrada ao grande comércio de exportação. Muitos

destes povoadores traziam, além de suas famílias e pertences, também seus escravos, recriando a sociedade escravista-colonial da qual se originavam, mas com determinadas especificidades, uma sociedade de pequenos plantéis de escravos e de pequenas unidades produtivas, território sobre o qual a frente pioneira ainda não havia cumprido plenamente seu papel histórico (CARDOSO, 1988, p. 27).

O período compreendido entre meados do XIX, época da formação desta sociedade de fronteira, e 1888, abolição da escravidão, corresponde ao momento em que a jurisdição de Lençóis lançava seus braços sobre uma vasta região pontilhada tanto de pequenos povoados como de sítios isolados, cujos moradores, nas bordas do sertão desconhecido, estavam apenas se iniciando na vida regrada pelo formalismo das leis e da justiça.

Por esta época, o café fazia sua entrada na região, inicialmente em pequenas plantações, prenunciando a grande expansão desta agricultura que se daria até o final do século. Foi uma época de mudanças (Lei de Terras, abolição do tráfico, surgimento das ferrovias etc.), o que poderia levar a crer, segundo Fragoso, que a produção se daria sob novas condições. Segundo este autor, *“era de se esperar que, nas terras de fronteira do Oeste e principalmente do novo Oeste paulista, a fazenda de café recorresse ao trabalho livre e assalariado. Entretanto, não é isto o que ocorre.”* (FRAGOSO, 1990, p. 149)

A entrada de escravos em São Paulo, através do tráfico interprovincial, *“vem demonstrar que a expansão da cafeicultura nesta província se faria reproduzindo, em parte, as estruturas antigas da escravidão.”* (FRAGOSO, 1990, p. 149)

Veremos que a condição de boca do sertão não impediu o florescimento da escravidão, trazendo consigo, como veremos adiante, algumas de suas facetas, entre elas

(PRADO JR, 1986), Fernando Novais (NOVAIS, 1995), Celso Furtado (FURTADO, 1976) e outros.

Nesta visão prevalece a idéia de colônia como uma grande plantação de produtos tropicais, integrada e dependente das economias européias, sendo um simples prolongamento de outros sistemas. O setor de subsistência baseava-se na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, onde cada unidade familiar produzia seu próprio alimento.

Em suma, a visão clássica (Caio Prado, Fernando Novais, Celso Furtado e outros) enfatiza o trinômio exportação/latifúndio/escravidão como elemento definidor da nossa formação histórica colonial, acentuando o caráter dependente da economia colonial cujo centro dinâmico se localizava externamente, na metrópole. Em torno deste trinômio definidor, uma série de características reforçavam a idéia de uma estrutura social bi-segmentada, marcada por antagonismos (senhores *versus* escravos). Pouca atenção foi dispensada ao grupo dos não-proprietários ou dos proprietários dos pequenos plantéis que, como veremos, estava amplamente disseminado na sociedade brasileira.

As últimas décadas têm assistido o surgimento de uma nova historiografia e a entrada em cena de outros atores sociais. Novos estudos modificaram o panorama da história brasileira, colocando em dúvida certas convicções arraigadas em nossa historiografia e descortinando uma nova paisagem do nosso passado. Novas fontes, novos métodos, novas leituras de fontes já conhecidas mostraram que a estrutura econômica do Brasil Colônia e Império não pode, como alerta João Fragoso, ser reduzida a uma estrutura de *plantation*, seja açucareira ou cafeeira (FRAGOSO, 1990, p. 132). Apesar da hegemonia do setor exportador com base na mão-de-obra escrava, é inegável a importância das produções voltadas para o mercado interno, fato este que

possibilitou, inclusive, uma relativa autonomia do setor voltado ao abastecimento interno com relação às flutuações do mercado internacional e a criação de espaços para a realização de acumulações endógenas. Esta é uma crítica à idéia disseminada pela historiografia clássica, segundo a qual havia uma estrita dependência das flutuações coloniais aos ritmos do mercado internacional.

Os novos estudos sobre a sociedade colonial vêm demonstrando novos aspectos econômicos e sociais do nosso passado. Está claro hoje que no século XIX, e mesmo nos anteriores, além de senhores e escravos, outras categorias sociais e outras formas de produção vigoraram (FRAGOSO, 1990, p. 132). Pequenos proprietários escravistas e não-proprietários tiveram significativa importância no abastecimento do mercado interno e na produção para subsistência.

Fragoso aponta para a existência de diversos sistemas agrários pré-capitalistas, inseridos num contexto mais amplo de criação reiterada de sistemas agrários escravistas e mercantis, caracterizado pelo domínio do trabalho escravo, do mercado restrito, da reprodução extensiva e da subordinação da agricultura à acumulação mercantil. Este processo de criação gerou, na fronteira, um sistema agrário que estaria ligado ao abastecimento interno e que possuiria alguns traços básicos da sociedade escravista (FRAGOSO, 1990, p. 141).

Outra crítica que se faz à visão clássica refere-se à base empírica das fontes utilizadas até então. O uso de novas fontes e a construção de novas metodologias, especialmente as de caráter serial, permitiram o uso de documentos locais, tais como inventários e registros populacionais, como os de nascimento, casamento e morte no estudo da escravidão. Tendo com base estas fontes e metodologias, sabemos, hoje, o quão difundida era a categoria dos pequenos proprietários de escravos e quão complexas eram as relações que vigoravam no interior das senzalas. Plantéis de dezenas ou centenas de

escravos foram realidade apenas em alguns momentos da história brasileira e em algumas regiões, principalmente aquelas voltadas à produção para exportação. Plantéis compostos por até 5 escravos foram uma realidade muito mais freqüente do que historiografia tradicional sugeriu.

Francisco Luna estudou a estrutura de posse de cativos de algumas localidades mineiras (Pitangui, Serro Frio, Congonhas do Sabará, São Caetano e Vila Rica) entre 1718 e 1804, ou seja, ao longo do predomínio da mineração, com base em livros de arrecadação tributária dos quintos e censos populacionais (LUNA, 1982, p. 31-55). Segundo ele, nas Gerais se desenvolveu uma estrutura escrava singular devido às peculiaridades da atividade mineira. Verificou a elevada porcentagem de senhores com plantel reduzido e a absoluta preponderância de senhores com até cinco cativos, neste caso superando 70% dos proprietários, excetuando-se uma das localidades – Pitangui, em 1718 (57,1%); e em 1723 (69,6%).

Analisando a população escrava segundo o sexo, Luna encontrou predomínio masculino, uma característica de áreas mineradoras, com os números variando de um máximo de 85,6% de homens para a Vila de Pitangui, em 1818, para 58% em Vila Rica, no ano de 1804, portanto, já no declínio da mineração.

Quanto a estrutura etária, apenas duas localidades puderam ser estudadas. Em ambas, verifica-se o predomínio da faixa etária correspondente à idade produtiva, entre 15 e 39 anos. Este segmento participava com 82,7% dos escravos de Serro Frio, e 56,1% em São Caetano.

Stuart Schwartz, estudando a propriedade escrava no Recôncavo Baiano e se deparando com propriedades escravas de reduzidas dimensões, afirma que *“propriedades com uma força escrava desta magnitude não parecem ajustar-se à imagem das plantações brasileiras como um grande latifúndio, onde centenas de*

escravos trabalhavam sob o controle unitário e parcial de um senhor residente.”

(SCHWARTZ, 1983, p. 272-273)

Por outro lado, Schwartz pôde comprovar, no citado estudo, que o trabalho escravo era aplicado de maneira constante na agricultura de subsistência, não sendo esta uma atividade exclusiva de camponeses livres no Brasil colonial (SCHWARTZ, 1983, p. 263).

Francisco Luna e Iraci Del Nero da Costa, utilizando como fontes os Maços de População relativos a 10 localidades paulistas (Campinas, Curitiba, Guaratinguetá, Iguape, Itu, Jacareí, Lorena, Mogi das Cruzes, São Sebastião e Sorocaba) no início do século XIX, estudaram as características da propriedade escrava, incluindo tamanho de plantel, distribuição segundo o sexo e a idade dos escravos, além de dados relativos aos proprietários (LUNA; COSTA, 1983, p. 211-221).

Segundo estes autores, duas conclusões básicas podem ser estabelecidas com relação aos cativos: o relativo equilíbrio entre os sexos, com exceção de Campinas e Itu, onde os homens representavam, respectivamente, 65% e 60% dos escravos; e a maior porcentagem de escravos do sexo masculino nas localidades nas quais os engenhos de açúcar se faziam presentes em escala significativa.

Do mesmo modo, as mesmas localidades onde a produção de açúcar era significativa abrigavam as maiores concentrações de escravos na idade ativa (15 aos 64 anos): 71,2%, em Campinas; 76,2%, em Itu; 67,9%, em Guaratinguetá; 65,9%, em São Sebastião. Nas demais localidades, as porcentagens para esta faixa etária variavam de 56,2% até 64,6%. Na faixa de 0-14 anos, os dados mostram de 21,5% a 41,9% de escravos. A população escrava acima de 64 anos era relativamente pequena, variando de 0,8% até 2,7%.

Com relação à estrutura de posse, verifica-se a predominância de proprietários de pequenos plantéis (de 1 a 5 escravos). Nas dez localidades analisadas, a porcentagem dos proprietários que possuíam plantéis nesta faixa variava de 60,1% até 79,2%, sendo que, levando-se em conta todas as localidades reunidas, 26% dos proprietários tinham apenas 1 escravo. Por outro lado, os maiores plantéis (mais de 40 escravos) se localizavam naquelas localidades onde a atividade açucareira era significativa, representando 4,5% (de plantéis com mais de 40 escravos), em Itu; 2,8%, em São Sebastião; 2,4%, em Campinas; e 1,2%, em Guaratinguetá.

Horácio Gutiérrez estudou uma região de economia não-exportadora, o Paraná entre 1800 e 1830, utilizando como fonte Mapas de Habitantes (1798-1830). O autor dividiu a Província em duas regiões, a saber, o litoral e o planalto. A primeira delas era dedicada à agricultura de subsistência e a segunda, a mesma atividade mais a pecuária. Encontrou este autor uma harmonia entre os sexos, ou seja, um equilíbrio entre a população escrava masculina e feminina em ambas as regiões. Verificou também que os escravos eram predominantemente jovens e estavam distribuídos majoritariamente em pequenos plantéis. Dados relativos ao ano de 1804 indicam que 56% dos proprietários tinham plantéis compostos por 1 a 3 cativos, ao passo que 15% deles eram senhores de 10 ou mais escravos. Segundo Gutiérrez,

da análise destas cifras pode deduzir-se que no Paraná as atividades econômicas pouco condicionaram a predominância masculina como em outras partes. Determinaram, na verdade, um equilíbrio entre os sexos, e a reprodução natural da população escrava pode ter exercido papel importante na preservação dessa harmonia (GUTIÉRREZ, 1986, p. 35-52).

Dora Costa estudou a posse de escravos na Comarca de Bananeiras, situada na Província da Paraíba, região de transição entre a Zona da Mata e o sertão (COSTA, 1992, p. 23-50). Foram analisados 447 inventários relativos aos anos de 1830 a 1888,

período abarcado pelo estudo. A economia de Bananeiras se caracterizava pela produção de gêneros destinados à exportação (cana e algodão) e aos mercados locais e regionais (mandioca e criação de gado). Também neste caso, a predominância de pequenos plantéis é flagrante: 55,7% dos escravistas detinham pequenos plantéis (1 a 3 escravos). Se se considerar pequenos e médios plantéis, (1 a 9 escravos), chega-se a 87% dos proprietários. Ou seja, apenas uma pequena parcela dos proprietários possuía grandes plantéis (ressalte-se que, neste estudo, a autora considerou grande plantel aquele formado por 10 ou mais escravos).

A análise dos dados mostra que o setor voltado à exportação (cana e algodão) concentrava a maior parte da população escrava (64%). No setor canavieiro, a presença masculina era de 45% nos pequenos plantéis, 48% nos médios e 58% nos grandes. Os escravos adultos (15 a 40 anos) deste setor eram 60%, 46% e 41%, respectivamente, para plantéis pequenos médios e grandes. No setor algodoeiro a presença masculina correspondia a 43% nos pequenos plantéis, 54% nos médios e 52% nos grandes; os escravos adultos perfaziam 45%, 37% e 32% naqueles plantéis.

Nos setores voltados aos mercados local e regional, a grande maioria dos escravos (70%) vivia em pequenos plantéis, ao passo que nas lavouras de cana, a maioria (53%) vivia em grandes plantéis.

Renato Leite Marcondes estudou a estrutura da posse de cativos nas lavouras cafeeiras de Taubaté para o início da década de 1870, utilizando-se das matrículas de escravos (MARCONDES, 1998, p. 35-54). Concluiu que os possuidores de plantéis unitários representavam um terço do total de proprietários (33,5%). Na faixa de 2 a 4 cativos, encontrou 37,6% de proprietários; de 5 a 9 cativos, 12,7%; de 10 a 19, 9,1%; de 20 a 39, 4,4%; 40 ou mais escravos, 2,7% de proprietários. Ou seja, 92,9% dos proprietários tinham menos de 20 escravos.

Para as faixas etárias, os dados mostram o amplo predomínio dos escravos com idades de 15 a 49 anos (60,1%); os maiores de 50 anos representavam 13,4% da escravaria, enquanto que os menores de 14 eram 26,5%.

A razão de sexo estudada por Marcondes para a população escrava taubateana aponta variações segundo o tamanho dos plantéis. Nos plantéis unitários, a predominância era de mulheres. Para cada cem delas, havia 91,3 homens (razão de sexo de 91,3). Os plantéis compostos por 2 a 4 cativos apresentavam razão de sexo de 120,5; os de 5 a 9 cativos, razão de sexo de 138,4; de 10 a 19, 140,3; de 20 a 39, 165,0; 40 ou mais, 177,0. Do ponto de vista global, a razão de sexo era 145,8.

Esta visão da história que enfatiza a importância de pequenos plantéis de cativos está se tornando possível, em parte, devido a algumas inovações nos métodos e nas fontes da pesquisa histórica. Conquistas como a demografia histórica, os estudos monográficos baseados em fontes seriadas, a incorporação de novas fontes históricas e releituras de fontes já conhecidas têm permitido avançar na interpretação do nosso passado. E estas conquistas devem ser assimiladas pelo modelo tradicional para que ele não perca seu poder explicativo.

No entanto, ainda há muito que avançar. A escravidão em regiões de fronteira aberta ainda é pouco estudada pela historiografia. Parte dos povoadores que se dirigiram à porção ocidental do Oeste paulista em meados do século XIX não prescindiu do trabalho escravo. Disto resultam algumas questões: terá sido esta escravidão distinta daquela verificada em áreas de ocupação mais antiga, ou apresentará as mesmas características básicas? O fato de ter ocorrido numa região não integrada ao comércio de longa distância e, ainda, numa área em que o povoamento estava iniciando sua marcha, lhe deu feições próprias, ou ela não se distinguiu de áreas de povoamento mais antigo? Em que medida a escravidão na fronteira possibilitou a constituição de famílias? Ou

será que o desbravamento do “sertão desconhecido” foi um fator de impedimento à formação da família escrava? Qual a origem geográfica dos escravos que para lá se dirigiram?

Estas perguntas serão respondidas nas páginas seguintes.

4. Metodologia e fontes

A escolha da região de Lençóis e a periodização adotada se deve a vários fatores, mas todos derivam de um eixo principal: o fato de que não há estudos sobre escravidão numa região com as características de boca do sertão. Este estudo se constitui numa contribuição para o entendimento da escravidão a partir de uma perspectiva de história demográfica e econômica. Lençóis foi se constituindo num momento privilegiado da história paulista, em que as leis abolicionistas estavam sendo gestadas e tudo apontava para um agravamento da questão da mão-de-obra. Paralelamente a isto, ocorria o avanço das ferrovias, derramando seus trilhos sobre o Oeste, recolhendo o café e ajudando a consolidar povoados. Mais para o final do período assistimos a entrada dos imigrantes, o que dava novo sentido às relações de trabalho. Pensamos que com todos estes fatos a importância de um estudo sobre a escravidão na fronteira é inquestionável.

O recorte temporal se justifica em função da escolha de nosso objeto de estudo. Iniciamos o estudo em 1860 porque data daí o primeiro documento relativo à escravidão em Lençóis encontrado nos arquivos da região. Neste caso, trata-se de registro de batismo. Isto, evidentemente, está relacionado à própria formação e consolidação do povoado de Lençóis. São seus primórdios. A data final, 1888, foi escolhida porque cessam aí os documentos referentes à escravidão – é a abolição.

As fontes consistentes disponíveis para o estudo da escravidão na região de Lençóis encontradas até o momento são, em sua maior parte, registros paroquiais e inventários conservados, respectivamente, no Arquivo da Cúria de Botucatu e no Fórum de Agudos, ambas cidades vizinhas. Além disso, há registros esparsos encontrados em cartórios da cidade de Lençóis Paulista, a antiga Lençóis, referentes a escrituras de compra e venda de escravos, registros de óbitos, alforrias e outros que abordam aspectos da escravidão. Os registros paroquiais englobam os batizados, casamentos e óbitos dos escravos. Foram localizados 154 inventários, cobrindo o período que vai de 1860 até 1887.

São conhecidas as limitações do uso deste tipo de fonte, uma vez que ela engloba apenas uma parcela da população, ou seja, os proprietários de bens de raiz e semoventes, numa determinada ocasião (a da morte), e pertencentes a uma faixa etária mais elevada da população, aquela que já percorreu um ciclo de vida adulto e atingiu o ciclo da velhice, além de outras limitações. Procuramos compensar estas limitações com a utilização de outras fontes como registros paroquiais e escrituras de compra e venda de escravos. Deste modo, foi possível construir a estrutura social e econômica da região.

As alforrias são em número de 69 e cobrem o período de 1863 a 1888. As escrituras de compra e venda de escravos, por sua vez, são em número de 74 e referem-se ao período de 1861 a 1886. Os registros de casamentos são em número de 26 para um período de 1869 a 1888. Há 322 registros de batismos de escravos utilizados neste trabalho para os anos de 1860 a 1888, considerando-se, inclusive os nascidos após 1871. Os óbitos, por sua vez, se estendem de 1867 a 1888, num total de 67 ocorrências. Como se pode notar, para cada fonte utilizada há uma pequena variação no recorte temporal, visto que nem todos os documentos cobrem exatamente o mesmo período.

Este trabalho está dividido em dois capítulos, mais a introdução e as considerações finais. Na introdução caracterizamos Lençóis como região de conflitos, uma boca do sertão na qual o avanço do povoamento colocava em contato populações indígenas e povoadores brancos. Apresentamos um balanço do debate historiográfico sobre a organização da economia e da sociedade escravista, assim como os métodos e as fontes usadas para a elaboração deste estudo.

No primeiro capítulo, caracterizamos a economia de Lençóis com base nas indicações fornecidas pelos inventários e outros documentos como, por exemplo, contratos de prestação de serviços. Descrevemos a mão-de-obra escrava, através do estudo de variáveis como sexo, faixa etária, estrutura de posse e origem geográfica, do comércio de cativos e dos preços alcançados neste incipiente mercado por meio de escrituras de compra e venda.

O segundo capítulo resgata alguns aspectos da vida dos cativos. Para isto utilizamos os registros de batismos, casamentos e óbitos, assim como as alforrias concedidas em suas várias modalidades. A mortalidade da população escrava foi examinada, comparando-a com a da população livre. Desta forma, pudemos averiguar o impacto que o sistema escravista proporcionou nesta população. Nas considerações finais, sintetizamos os resultados encontrados, a saber: o amplo predomínio de pequenos plantéis de cativos e o relativo equilíbrio entre os sexos, mesmo na faixa considerada produtiva; um comércio em que os cativos em idade produtiva eram os mais requisitados e onde as mulheres cativas, num primeiro momento, eram tão valorizadas quanto os homens; presença de famílias nos plantéis e casamentos legitimados pela igreja; apadrinhamento de crianças cativas por padrinhos livres e também por escravos; alforrias em grande parte onerosas, através de pagamentos em serviços; e, finalmente,

detectamos uma “democratização” da morte, em que tanto livres quanto cativos morriam das mesmas causas básicas.

CAPÍTULO 1

A ECONOMIA ESCRAVISTA NUMA BOCA DO SERTÃO

1.1. As atividades econômicas

Há poucas informações sobre as atividades econômicas da fronteira ocidental paulista em meados do século XIX, quando Lençóis era a boca do sertão, ponto de apoio de expedições que demandavam os territórios compreendidos entre os rios Tietê e Paranapanema. O que há são informações esparsas, muitas delas retiradas da tradição oral, como as que deixaram os antigos bugreiros que andaram pela região e cujos relatos – ou de seus descendentes - foram registrados por historiadores regionais (ANDRADE, 1945, *passim*).

Nestes relatos, é constante a presença de mineiros que teriam se deslocado de sua terra em busca de novas oportunidades após o declínio da mineração. Vindo com suas famílias e pertences, ou então deixando para trazer seus familiares após terem se estabelecido nas novas terras, esses migrantes mineiros estabeleciam roças e criavam animais, porcos por exemplo, culturas tradicionais em sua terra natal (MONBEIG, 1984, p. 133-134).

Posteriormente à posse de um terreno, havia a preocupação por parte de alguns posseiros, mineiros ou não, em registrar seus domínios, motivados pela Lei de Terras de 1850, até por necessidade no caso de uma futura venda. Em novembro de 1863, Francisco Rodrigues de Campos e sua mulher Maria Rosa de Jesus, “*senhores e legítimos possuidores de uma parte de terras de culturas que houverão por posse no anno de mil oitocentos e trinta e cinco no lugar denominado Rio Batalha districto desta freguesia*”², venderam-na a José Antonio de Camargo pela quantia de 200\$000. No

² CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Notas Antigas, 1863-1865. p.44.

mesmo mês e ano, os mesmos vendedores se declaravam “*senhores legítimos possuidores de uma parte de terras que houverão por posse no anno mil oitocentos e trinta e cinco e registradas no tempo competente*”³, a qual vendiam por 100\$000 a Joaquim Baptista de Carvalho. E assim fizeram com outras propriedades. Percebe-se que esta é uma fase em que pioneiros se aventuravam no sertão, apossavam-se de terras e, depois de registradas, as vendiam, partindo, talvez, para outras paragens mais distantes.

Em meados do século XIX, para além da *cuesta* de Botucatu, já se fazia notar a presença de plantadores de café abrindo clareiras na mata para suas fazendas, enquanto nos sertões do Paranapanema criadores e lavradores com o gado solto pelos campos e as primeiras roças de subsistência alteravam a paisagem natural. Dali, os criadores partiam com suas caravanas de bois e porcos com destino aos mercados de Botucatu, Sorocaba e Lençóis – este último ainda incipiente. Os rebanhos eram escoltados por carros de boi carregados de toucinho, carne seca e fumo, tanto para o consumo dos condutores quanto para a venda do excedente (MONBEIG, 1984, p. 136).

A produção agrícola e pecuária de modo geral, nos primeiros tempos de desbravamento dos sertões, ainda não se destinava aos mercados de longa distância. Os lavradores e criadores da região, não estando integrados neste comércio, destinavam sua pequena produção aos mercados local e regional. Deve-se ressaltar que as dificuldades impostas ao escoamento da produção para o litoral – das quais, a ausência de ferrovias é uma clara indicação – praticamente desestimulavam o investimento neste sentido.

Estudando a grande lavoura no Oeste Paulista, Warren Dean afirma que

Rio Claro constituía, por volta de 1850 e 1860, o último limite do cultivo rendoso do café. Mais além o custo do transporte até Santos absorvia uma parcela grande demais do preço de venda. As estradas até Santos eram meras veredas, no máximo com dois metros de largura, e que não podiam ser

³ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Notas Antigas, 1863-1865. p.45.

percorridas por veículos de rodas. Numerosos córregos tinham de ser vadeados ou atravessados em barcos pouco seguros; o café do Oeste Paulista, portanto, tinha de ser transportado em lombo de mula (DEAN, 1997, p. 52-53).

Em meados do século XIX, enquanto o vale do Paraíba liderava a produção cafeeira de São Paulo e do Brasil, a região de Lençóis – a Alta Sorocabana - ainda não se destacava como centro produtor, fato que só iria acontecer a partir da década de 1880, quando a produção da região representou 1,46% da produção da província, algo em torno de 151.000 arrobas (MATOS, 1990, p. 49).

Por volta de 1860, marco inicial deste estudo, a economia de Lençóis girava em torno da produção agrícola e pecuária de pequeno porte. Indicações destas atividades são constantes em inventários e contratos da época. Para a década de 1860, as indicações ainda são esporádicas. O milho era presença quase obrigatória nos roçados, devido à sua importância para a alimentação tanto humana quanto animal. É razoável supor que, ocasionalmente, parte da produção era destinada à venda nos mercados próximos.

Em setembro de 1863, no distrito de Lençóis, Dona Rita Victoria de São Camillo vendeu a José Pereira Simões uma fazenda de cento e vinte alqueires, dos quais sessenta cultivados com milho, pelo preço de 1:500\$000⁴. No ano seguinte, Silvestre Correa de Moraes Bueno comprou seis alqueires de milho e um carro de três juntas de novilhos por 380\$000⁵. Uma escritura datada de 02 de junho de 1865 registra uma troca de duas partes de terreno por uma casa e o terreno correspondente medindo um alqueire plantado com milho⁶.

⁴ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Notas Antigas, 1863-1865. p.27.

⁵ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Notas Antigas, 1863-1865. p.62.

⁶ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Notas Antigas, 1863-1865. p.1

O algodão também parece ter sido uma cultura relativamente comum nestes tempos e não só na fronteira. Por esta época a cultura algodoeira se desenvolvia em várias outras regiões do Estado. Alice Canabrava demonstrou que, na década de 1860, esta cultura foi introduzida em municípios do Oeste como Constituição (atual Piracicaba), São Carlos do Pinhal, e alcançou a fronteira do povoamento (CANABRAVA, 1951, p. 77). Ali, “*na direção do Oeste, as sementeiras mais avançadas, nos sertões de Botucatu e Lençóis, balizavam os pontos extremos atingidos pelos centros povoados do território paulista.*” (CANABRAVA, 1951, p. 85)

Ao menos um fazendeiro de Lençóis, Silvestre Correa de Moraes Bueno, possuía uma máquina de descaroçar algodão movida por água (LUNÉ; FONSECA, 1985, p. 446).

No dia 12 de novembro de 1865, João Baptista Marques e sua mulher venderam a Jerônimo Alves da Silva uma propriedade de seis alqueires e meio no subúrbio da vila de Lençóis pelo preço de 195\$000. Os vendedores se comprometeram a medir

os ditos seis alqueires e meio de terras logo que pelo comprador lhes for exigida a medição, e com direitos de colher uma roça que tem dentro dessas terras incluzivamente um algodôal, e sem direito algum as palhas ou soqueira do algodôal...⁷

Numa venda de terras efetuada em 27 de janeiro de 1866, uma descrição nos revela a cultura algodoeira, ao afirmar que as divisas se encontravam “*princiando em hum portão que se acha na estrada na beira do algodôal de José Joaquim Marques...*”⁸

A primeira indicação de café aparece numa escritura de venda de terras, realizada em 17 de março de 1866. Nela, João Rodrigues de Almeida e sua mulher, Dona Gertrudes Maria de Jesus, vendem vinte e quatro alqueires de terras a Benedicto

⁷ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Notas Antigas, 1865-1866. p.28.

⁸ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Notas Antigas, 1865-1866. p.40.

Gonsalves de Oliveira pelo preço de 300\$000. Na descrição das benfeitorias constam uma casa, paiol, bananeiras e café plantado, entre outras⁹. Havia já alguns potentados locais. O inventário realizado por ocasião do falecimento de Elyseo Antunes Vieira Cardia, maior proprietário escravista dentre os inventariados – possuía 33 escravos, incluindo os que estavam em posse dos herdeiros -, no dia 09 de agosto de 1864, arrolava uma grande quantidade de bens, incluindo 26 carros de boi, a 26\$000 cada; 13 vacas com cria, a 18\$000 cada; 50 porcos magros avaliados em 300\$000; terras com benfeitorias como engenho e dependências, casa e canavial, avaliados em consideráveis 3:500\$000, além de outras inúmeras propriedades. A soma dos bens do inventariado resultou na soma de 55:698\$000, o que mostra que a fronteira não impediu alguns de acumularem fortuna e nem de adquirir status de nobreza, uma vez que o filho do falecido, José Emygdio de Almeida Cardia, tornar-se-ia o barão de Avanhandava¹⁰. Este caso parece, entretanto, ser uma exceção, principalmente nesta década de 1860 quando prevaleciam unidades produtivas de pequenos lavradores.

Há indicações do estágio rudimentar das relações comerciais da fronteira, como o que se pode auferir da troca feita entre Antonio Baptista da Silveira e Filisberto Pereira de Lima, no 16 de janeiro de 1869. O primeiro cedeu sua escrava de nome Ignez, idade aproximada de 14 anos, em troca de oitenta capados do segundo¹¹.

A década de 1870 traz mais e melhores indicações das atividades econômicas a que se entregavam os moradores de Lençóis. O café, ao que tudo indica, ainda não havia feito sua entrada triunfal, a julgar pela importância dada a algumas

⁹ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Notas Antigas, 1865-1866. p.48.

¹⁰ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Elyseo Antunes Vieira Cardia, 1864.

¹¹ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Escrituras, 1863-1869, caixa 13. p.42.

unidades da planta, a ponto de constar como benfeitoria de uma terra vendida em 17 de setembro de 1870, “doze pés de café já grandes, laranjeiras...”¹²

O fumo, por outro lado, devia ser uma alternativa para os lavradores, como se depreende de uma carta enviada no dia 17 de fevereiro de 1873, por Joaquim Pereira de Carvalho ao seu compadre João José da Conceição, a respeito de uma dívida, onde o primeiro implora “tenha mais paciência que estou plantando fumo, tenho esperança...”¹³

Segundo o Almanaque da Província de São Paulo para o ano de 1873, havia dez fazendeiros na vila de Lençóis (LUNÉ; FONSECA, 1985, p. 445-448). Era a elite agrária destes primeiros tempos. Um deles era fazendeiro de café e de criar; quatro eram “fazendeiros de canna de assucar com machinas de serrar”; e seis eram fazendeiros de cana de açúcar, sendo que um deles possuía uma máquina de descaroçar algodão movida por água.

A mesma fonte traz informações sobre as profissões e atividades econômicas notadamente urbanas da vila no início da década de 1870. São as seguintes, com as respectivas quantidades:

Profissões

Farmacêuticos..... 2

Comércio

Loja de fazendas, ferragens e armarinhos..... 1

Lojas de fazendas e armarinhos..... 4

Lojas de fazendas..... 4

Loja de ferragens..... 1

Armarinho..... 1

Armazéns de secos e molhados..... 9

Armazéns de molhados e gêneros do país..... 7

¹² CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Notas Antigas, 1870-1871. p.1.

¹³ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de D. Antonio Maria Perpétua, 1876.

Artes, indústrias e ofícios

Alfaiates.....	3
Bilhar.....	1
Barbeiro.....	1
Carpinteiros.....	5
Espingardeiro.....	1
Fabricante de carros.....	1
Fabricante de vinhos.....	1
Ferradores.....	2
Ferreiros.....	3
Funileiros.....	2
Hotel.....	1
Maquinista.....	1
Marceneiros.....	2
Ourives.....	1
Pedreiros.....	2
Sapateiros.....	3
Seleiro.....	1
Talhos de carne.....	2
Torneiro.....	1
Tropeiros.....	3
Violeiro.....	1

A criação, no entanto, continuava a ser a única produção econômica de algumas famílias: por ocasião da morte de José Joaquim Ramos, morador da vila de Lençóis, em novembro de 1871, a viúva Maria Joaquina de Jesus e seus dez filhos legaram o sítio em que residiam, avaliado em 800\$000; uma roda de fiar, valendo 10\$000; e mais um cavalo “*já velho*”, 50\$000; um “*moxo*” pequeno, 50\$000; uma vaca com cria, 25\$000; e um escravo de nome Nicolau crioulo, solteiro, 40 anos, avaliado em 800\$000. A pobreza da família levou a viúva a declarar

que não existe quantia alguma em seu poder e nem lhe consta que seu finado marido ficasse devendo a pessoa alguma. Disse mais que separa para pagamento dos custos e mais despesas; o cavalo, a vaca, (...) e que se houver falta seja inteirado no valor do escravo para [ilegível] pagamento e que na sua meação seja-lhe dado o escravo e que aos orphãos fosse feito o pagamento delles, em terras, e quanto ao mais relativo a este processo, com elle se conforma.¹⁴

Outro inventário, do mesmo ano de 1871, arrola 27 porcos e um asno como alguns dos bens¹⁵ e, no mesmo ano, são inventariados dois lotes de terra, sendo um deles uma “fazenda no sertão”, no valor de 600\$000¹⁶. Ainda como parte deste último inventário, são avaliadas cinco vacas, 150\$000; duas novilhas, 40\$000; uma égua, 16\$000; um cavalo, 40\$000; e mais dois “semoventes” no valor de 16\$000 (o nome está ilegível).

Este outro inventário, também de 1871, foi realizado por ocasião do falecimento de Luiza Maria de Jesus, deixando marido e cinco filhos entre 3 e 12 anos de idade¹⁷. A maior riqueza deixada era a criação: 3 vacas com cria, 90\$000; 3 novilhos de 2 para 3 anos, 60\$000; 1 novilha de 4 anos, 25\$000; 3 novilhas de 2 para 3 anos, 60\$000; 2 cavalos, 70\$000; 1 potranca, 4 anos, 15\$000; 8 carneiros, 14\$000; 30 porcos criados, 300\$000; 35 [ilegível] pequenos, 140\$000. De resto, uma “morada de casa”, avaliada em 250\$000; e uma roda de fiar, 6\$000. Esta “riqueza” - uma casa, uma criação e um terreno que pudesse abrigá-la e, certamente, um espaço para uma pequena produção agrícola para manutenção da criação e da família -, com pequenas variações em sua composição, era comum a inúmeras outras famílias que habitavam Lençóes.

No dia 14 de agosto de 1873 foram avaliados bens por ocasião do falecimento, na vila de Lençóes, de Francelina Maria da Conceição, mulher de Adão

¹⁴ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de José Joaquim Ramos, 1871.

¹⁵ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de João da Costa Raposo, 1871.

¹⁶ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Antonio Francisco de Paula, 1871.

Bonifácio Dias, bugreiro que deixou fama na região e cujas peripécias ficaram na memória popular, sendo, posteriormente, resgatadas em livro (ANDRADE, 1945, p. 299-302). Talvez valha a pena nos determos um pouco nesta figura que foi um legítimo representante de uma categoria de homens de linha de frente da fronteira, combatendo índios e abrindo caminho para a fixação do povoador branco. Do tanto que se sabe sobre Adãosinho Bugreiro - este o nome pelo qual ficou conhecido e que já diz muito de sua atuação - muita coisa foi preservada pela tradição oral. Afinal, os feitos destas personagens cruzaram os sertões e as décadas, viraram lendas e, provavelmente, foram aumentados como costuma acontecer com os feitos de gente valente.

Alguns aspectos de sua vida estão, no entanto, documentados. É certo que em 1858 seu nome constava de uma relação de “moradores do bairro do Bauru” num pedido, encaminhado às autoridades provinciais, de medidas contra as investidas de índios na região (NEVES, [1961], p. 30-35). Em 1870 era possuidor de terras na vila de Lenções. Em 1873, faleceu sua mulher, Francelina. Tinha nesta ocasião dois filhos, ou filhas. No entanto, há registro de pelo menos um filho homem, Antonio Adão, também bugreiro e que teria acompanhado o pai em algumas de suas andanças. Outra referência a Adão aparece no ano de 1876, quando sua vida toma outro rumo. Por esta época era devedor de 300\$000 a Faustino Francisco Pinheiro de Freitas. Sabe-se, também, que morava em Bom Jardim, povoado próximo à Lenções, e dali, neste ano, partiu para o sertão adentro, indo se fixar em Boa Vista da Água Parada, cultivando campos naquela região. Entre 1885 e 1886, andou negociando terras na região¹⁸, onde permaneceu por pouco tempo, cerca de dois anos. Depois disso, morou em outros lugares: na região onde hoje é Reginópolis, em Palmital, nas cabeceiras do rio Dourado, na região do Rio Feio onde se apossou de grande área próxima onde hoje é Presidente Alves. Vendeu-a,

¹⁷ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Luíza Maria de Jesus, 1871.

¹⁸ SERVIÇO do Registro Civil. Livro de Notas n.º 3 e 6. Agudos, SP.

posteriormente, a outro lendário bugreiro, o suíço Luiz Wolff. Partiu para a embocadura do riacho da Faca, região povoada por índios Kaingang. Consta que foi a partir dos embates com os índios desta região, por volta do ano de 1888, que recebeu o apelido pelo qual ficou conhecido. Tempos depois, recuou até a atual Pirajuí, onde se estabeleceu novamente com o trabalho agrícola, até ser chamado – conhecido que era – a combater os índios ao longo dos rios Tietê e Paranapanema. Neste meio tempo, recebeu “convite” para partir em direção ao salto de Avanhandava, região também habitada por índios, aos quais deveria dar cabo. Dizem os registros que para lá partiu com a mulher – talvez sua segunda mulher – duas filhas e um genro, Victor Manoel Ferreira. Levava consigo seis carabinas. Era o ano de 1901. Três meses após a chegada a Avanhandava, no entanto, morreu vitimado não pelos índios, mas pela malária. O genro e as três mulheres voltaram, deixando lá enterrado Adãozinho Bugreiro.

Os bens do bugreiro em 1873 eram poucos: 2 burros, 2 cavalos mansos, 25 porcos magros, 2 vacas com cria, 1 “taxo” grande e 1 pequeno e 4 novilhas de 2 anos. Já não possuía a terra de três anos atrás. Tinha algumas contas a pagar – 660\$000 - e outras a receber, bem menos – 295\$000¹⁹.

Enfim, a vida agitada deste homem rude, iletrado, às voltas com índios e dívidas, animais e terras, no limite econômico e físico da sobrevivência, parece ter sido comum a outros que como ele ajudaram a avançar a boca do sertão paulista.

A instabilidade econômica fazia com que os moradores se desfizessem de seus bens, inclusive escravos. Em 1876, numa das freguesias de Lençóis, Santa Bárbara, fez-se o inventário pela morte de Joaquim Estevão da Lus, deixando a viúva com uma filha pequena de 2 meses²⁰. Seus bens móveis foram avaliados em 75\$000; semoventes, 365\$000; raiz, 240\$000, sendo 1 alqueire de roça de milho avaliado em

¹⁹ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Francelina Maria de Jesus, 1873.

²⁰ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Joaquim Estevão da Lus, 1876.

40\$000 e uma parte de terras na fazenda com o sugestivo nome de Boca da Mata, 200\$000. Aparece também entre os bens arrolados um escravo de nome Pedro, 18 anos, avaliado em um conto de réis. No entanto, na relação de 1872 aparecem nada menos que 10 escravos, dois oriundos da Província de São Paulo e oito de Minas, inclusive o próprio Pedro.

Porcos e milho também aparecem em outros inventários. Um deles, de 1876, vila de Lençóes, avalia 25 porcos em 145\$000 e em 80\$000 dois alqueires de roça de milho²¹.

Mas havia, claro, alguns grandes criadores mais abastados. O inventário de Messias José de Andrade, de 06 de outubro de 1873, indica um total de 4:040\$000 em “semoventes”²². Noutro, de 27 de novembro de 1875, os semoventes que foram legados à viúva de Joaquim Manoel de Andrade são avaliados em 3:389\$000²³; 1:148\$000 em porcos, leitões e outros é o resultado da avaliação do inventário do falecido Antonio Joaquim de Oliveira, datado de 11 de fevereiro de 1876²⁴.

A década de 1880 assistiu a uma transformação econômica que se caracterizou pela entrada definitiva da agricultura cafeeira e que teve reflexos nas relações de trabalho. Em 11 de julho de 1880, Caetano Alberto de Campos Mello fez contratos de locação de serviços com 3 locadores para que plantassem e cuidassem, em seu sítio de São Pedro dos Agudos, vila de Lençóes, de 10.000, 4.000 e 4.000 pés de café, respectivamente, obedecendo a algumas condições que seriam características dali em diante. Os contratos rezavam que os pés de café seriam plantados

em alinhamento de quinze palmos de distancia em cujo lugar também se obriga a fazer a roçada, derrubada e queima do matto a sua custa, obrigando

²¹ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de D. Francisca Augusta D’Almeida Barbosa, 1876.

²² CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Messias José de Andrade, 1873.

²³ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Joaquim Manoel de Andrade, 1875.

²⁴ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário Antonio Joaquim de Oliveira, 1876.

se a dar seis carpas no anno pelo tempo de quatro annos e de cada vez que fizer as carpas obriga se a fazer as replantas nas covas onde encontrar falhas ; fará as covas para planta do café com profundidade de um palmo e cobrirá todas as covas com cazinhas de pau até a idade de dous annos. Pelo locatário Caetano foi dito que obriga se a pagar ao locador no fim de quatro annos a quantia de quatrocentos reis (400) por cada pé de café de quatro annos que encontrar formado ou a razão de cem reis (100) por pé por anno. Obriga se mais a dar ao locador quantias de que elle for precisando a proporção do serviço que for fazendo; obriga se mais a dar ao locador sem onnus algum a produção do café do terceiro anno...”²⁵ (*)

O mesmo senhorio contratou mais um inquilino, a 28 de agosto do mesmo ano, para plantar mais 6.000 pés de café no mesmo sítio²⁶. Em 1881, mais três contratos foram firmados para a plantação de 2.000, 6.000 e 4.000 pés de café. Em 12 de dezembro de 1881 foi firmado um contrato de parceria entre José Sirino da Silva, procurador de Dona Maria de Godoy e o locador João Pires de Oliveira no qual

pelo primeiro [Sirino] foi dito que nesta data fes com o segundo o contracto parciário no Engenho da Cerra e suas propriedades edificadas em sua fazenda Lageadinho, e bem assim o engenho de moer canna ao segundo parceiro locador para este gozar e desfrutar pelo tempo de quatro annos rezervando o parceiro locatário uma terça parte dos resultados dados pelos serviços obtidos das machinas, ficando a cargo do parceiro locador todos os concertos nesseçarios...”²⁷

Um trato de 2.000 pés de café foi o acerto entre senhorio e inquilino no dia 27 de março de 1882. Os contatos vão se sucedendo para a formação de pequenos cafezais: 2.000, 1.500, 1.000, 5.000 pés de café²⁸.

²⁵ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Contratos de Locação de Serviços, 1880-1889. p.4-5.

(*) O escrivão inverte os sentidos usualmente empregados dos termos “locador” e “locatário”. Em nosso texto, preferimos o sentido usual, ou seja, de “senhorio” e “inquilino”, respectivamente.

²⁶ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Contratos de Locação de Serviços, 1880-1889. p.9.

²⁷ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Contratos de Locação de Serviços, 1880-1889. p.28.

²⁸ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Contratos de Locação de Serviços, 1880-1889. p.19, 49, 50, 63.

A formação do primeiro grande cafezal nos é sugerida a partir do contrato de parceria firmado entre Joaquim de Oliveira Lima, um grande proprietário de escravos (pelos padrões da boca do sertão, como veremos adiante), com o locatário Manoel Amancio de Oliveira Lima Machado, no dia 18 de maio de 1885. Por ele, o locador dava de parceria ao locatário, durante 4 anos e 5 meses, seu cafezal calculado em 50.000 pés, mais ou menos, de diversas idades, a ser tratado, pelo qual o locatário receberia a terça parte do que colhesse. O senhorio se comprometia a dar pessoal suficiente para tratar do cafezal, colher e beneficiar seus frutos, fornecer todo utensílio necessário e, quando o senhorio precisasse, fornecer uma pessoa para auxiliá-lo. Pelo inquilino foi dito

primeiro que neste contrato de parceria sugitava sua pesçoa e o escravo Silvestre de quem tem uso e fruto durante o praso de quatro annos e cinco meses, para com o pesoal fornecido pello primeiro, tratar do cafesal mencionado percebendo em troca porição a terça parte dos frutos colhidos; segundo que se obriga a plantar todo mantimento neçessário para o sustento da gente pertencente ao primeiro parceiro locatário...²⁹

Em 1887, outros contratos de locação de serviços foram firmados com o mesmo objetivo: roçar e derrubar mata para plantar 6.000, 4.000 e 3.000³⁰, este último estabelecendo que o inquilino podia “ *plantar milho, feijão, batatinha e outras plantas com exceção de arroz, cana e algodão...* ”³¹

Até a abolição foram acertados outros pequenos cafezais: 4.000, 3.000, 3.000 e 3.000 pés³². A agricultura cafeeira se instalava na região.

²⁹ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Contratos de Locação de Serviços, 1880-1889. p.54-55.

³⁰ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Contratos de Locação de Serviços, 1880-1889. p.61-64.

³¹ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Contratos de Locação de Serviços, 1880-1889. p.64.

1.2. A população escrava de Lençóis

A riqueza dos inventários como fonte de pesquisa é inegável. Eles trazem não só a quantidade do bem “escravo”, mas, normalmente, muitas outras informações que se revelam valiosas nas mãos dos estudiosos da escravidão. Os mais completos deles trazem, além do nome, o número da matrícula de cada escravo, cor, idade, procedência, filiação, preço, profissão e aptidão para o trabalho. Na vila de Lençóis, não são muitos os inventários encontrados nesta situação. O mais comum são aqueles que trazem o nome, a idade aproximada e o preço avaliado.

As variáveis sexo, idade e estrutura de posse podem nos dar indicações, entre outras, de estratégias senhoriais de produção agrícola ou pecuária e de reprodução da mão-de-obra escrava.

Antes de passarmos ao estudo das características da população escrava de Lençóis, são necessárias algumas considerações de ordem metodológica que dizem respeito às dificuldades encontradas e os procedimentos adotados para, se não superá-las de todo, ao menos minimizá-las de modo que não comprometam o resultado final da análise.

Para este estudo foram analisados todos os 154 inventários encontrados para o período de 1860 a 1887. Destes, 54 tinham escravos arrolados entre os bens, correspondendo a 35% do total. Nos casos em que os inventários traziam a relação de escravos efetuada em 1872, preferiu-se computar, para efeito de compilação dos dados, aqueles relativos à relação em detrimento dos dados fornecidos pelo arrolamento dos bens do inventariado. Isto apenas quando os dados da relação apontavam para um plantel maior do que aquele arrolado por ocasião do inventário. Ou então, quando suas informações serviam para complementar aquelas do inventário. Isto ocorreu em 7

³² CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Contratos de Locação de Serviços, 1880-1889. p.65-70.

inventários e se fez necessário em virtude do maior número de informações que a relação trazia, da pouca disponibilidade de dados, o que nos levou a não desprezar tais informações, e da certeza que tínhamos de que este procedimento não só não deturparia os resultados, como daria uma melhor visão da escravidão na região. Afinal, uma de nossas preocupações era averiguar as possibilidades de formação de riqueza em escravos que a boca do sertão permitia e, se a relação de 1872 apresentava um plantel maior, era sinal de que esta possibilidade podia ter se concretizado para alguns proprietários em algum momento de suas vidas.

Dos 54 inventários que apresentavam escravos como bens, 5 deles arrolavam “partes de escravos” arroladas. Nestes casos, optamos por desconsiderá-los em vista das dificuldades que teríamos para tabelar os dados caso fossem estas “partes” incluídas e por não configurarem a plena posse de um escravo.

Por fim, mais um esclarecimento. Nem sempre os inventários deixam explícito o local de residência dos envolvidos no processo. Por vezes, há a indicação apenas do nome da fazenda onde morava o inventariado, acrescido da expressão “*termo e villa de Lençóes*”. Em outros, pelo contrário, há a indicação da freguesia, como em “*Freguesia de Santa Cruz do Rio Pardo, termo de Lençóes*”. Computamos todos os inventários encontrados no termo de Lençóes.

Feitas estas considerações, passemos ao estudo dos dados.

1.2.1. Sexo e estrutura etária

Não se observou uma clara predominância de um dos sexos na população escrava de Lençóes. Os homens eram 52,2% e as mulheres, 47,8% do total da população cativa, conforme mostra a tabela 1.1. Estes números são bem próximos aqueles encontrados nos levantamentos de 1872 e 1886, como já demonstrados no início deste

trabalho. Este relativo equilíbrio pode ser observado também nas diversas faixas etárias em que se dividiu a escravaria (tabela 1.2).

Tabela 1.1. População escrava de Lenções por sexo, 1860-1887

Sexo	Nº absoluto	%
Homens	167	52,2
Mulheres	153	47,8
Total	320	100

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos SP.

Pode-se notar, conforme a tabela 1.2, que os escravos em idade produtiva (de 15 a 49 anos) se dividiam em 50,3% de homens e 49,7 de mulheres. Os homens predominavam entre os mais velhos (61,1% na faixa de 50 anos ou mais) e entre as crianças (0 a 14 anos) havia um relativo equilíbrio (51,4% de meninos e 48,6% de meninas).

Os dados iniciais nos mostram que a condição de povoamento incipiente não inviabilizou o relativo equilíbrio entre os sexos, ao contrário do que se poderia, a princípio, esperar numa situação destas. Análises com outras fontes (batismos e escrituras de compra e venda de cativos) vão, como veremos posteriormente, corroborar esta hipótese. As condições de abertura de novas fazendas, de formação de novas roças, de atividade criatória, típica da vila de Lenções no período estudado, não impediram a presença de uma população escrava relativamente equilibrada do ponto de vista da idade produtiva (entre 15 e 49 anos), conforme nos mostra a tabela 1.2.

Tabela 1.2. Sexo dos escravos por faixa etária. Lenções, 1860-1887

Faixa etária	Homens		Mulheres		Total
	N	%	N	%	
0-14	57	51,4	54	48,6	111
15-49	83	50,3	82	49,7	165
50 ou mais	22	61,1	14	38,9	36
Não consta	5	62,5	3	37,5	8
Total	167		153		320

Obs.: as porcentagens somam 100% na linha horizontal.

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

As razões deste relativo equilíbrio podem ser buscadas, primeiro, na distância dos mercados fornecedores de escravos, o que provavelmente encarecia o produto e dificultaria, mas sem impossibilitar, a reposição de mão-de-obra. Isto levou a duas conseqüências imediatas que detalharemos mais adiante: a emergência de um mercado local de cativos, com a transferência dos mesmos de uma fazenda a outra dentro da mesma Comarca, e a reprodução da mão-de-obra cativa, seja através de uniões legitimadas pela igreja, seja através do nascimento de filhos naturais.

A segunda razão do equilíbrio pode estar relacionada ao fato de que a disponibilidade de terras era um estímulo à imigração interna de povoadores que, em muitos casos, se deslocavam com seus plantéis com o objetivo de iniciar uma nova vida nestas áreas. Parte destes povoadores vinha de regiões de produção não destinadas ao mercado de longa distância, onde o equilíbrio entre os sexos era maior, como mostraram autores estudando áreas de produção voltada ao mercado local e regional (por exemplo, GUTIÉRREZ, 1986, p. 35-52). É o caso, como veremos, de mineiros que migraram para Lençóis, transferindo para a fronteira famílias de escravos já formadas.

Roberto Martins, em seu estudo sobre a escravidão em Minas Gerais no século XIX, afirma que a colonização da Mogiana, na Província de São Paulo, foi feita em grande parte por mineiros – sitiantes e criadores, mas não cafeicultores - dedicados à agricultura de subsistência e pecuária (MARTINS, 1983, p. 193). Pensamos que o mesmo argumento pode ser usado para explicar a presença de escravos oriundos de Minas nos plantéis de Lençóis.

Entre os escravos mais velhos se verifica uma maior predominância de homens, resíduo ainda do tráfico transatlântico onde os homens eram maior parte. Veremos mais adiante que a escravaria africana inventariada compunha-se, majoritariamente, de homens.

O relativo equilíbrio entre os sexos também não se altera com a variação do tamanho dos plantéis. Pela tabela 1.3 podemos notar que nos plantéis pequenos, de 1 a 5 cativos, as mulheres representavam 50,0% e os homens, outros 50,0%. As discrepâncias apresentadas quando se escrutina por faixas ficam por conta da pequena amostragem. Quando, porém, se trabalha com maiores agregados e a amostragem se torna maior, o relativo equilíbrio fica patente.

Tabela 1.3. Sexo dos escravos por tamanho de plantéis. Lençóes, 1860-1887

FTP	Homens		Mulheres		Total
	N	%	N	%	
1	6	46,2	7	53,8	13
2	7	58,3	5	41,7	12
3	8	53,3	7	46,7	15
4	18	45,0	22	55,0	40
5	6	60,0	4	40,0	10
1 a 5	45	50	45	50	90
6 a 10	38	53,5	33	46,5	71
11 a 20	40	50,0	40	50,0	80
21 ou mais	44	55,7	35	44,3	79
Total	167		153		320

Obs.1. as porcentagens somam 100% na linha horizontal.

Obs. 2. FTP – Faixas de tamanho de plantéis.

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

Mesmo entre os plantéis maiores, há um relativo equilíbrio entre os sexos, diferentemente do que mostrou, por exemplo, Marcondes em seu já citado estudo sobre a estrutura de posse de cativos nas lavouras cafeeiras de Taubaté no início da década de 1870, onde a razão de sexo nos plantéis de 10 a 19 cativos era de 140,3, e nos plantéis de 20 a 39 escravos era de 165,0 (MARCONDES, 1998, p. 35-54). Por outro lado, os números de Lençóes são próximos aos encontrados por Costa nos grandes plantéis (mais de 10 escravos) da Paraíba, onde a presença masculina variava segundo o setor produtivo, sendo 58% na cana, 52% no algodão e 56% no setor que englobava gado/mandioca (COSTA, 1992, p. 40).

Com relação à idade dos cativos, pode-se dizer que a escravaria de Lençóis era basicamente composta por jovens, mesmo levando-se em conta que após a Lei do Ventre Livre a idade média dos escravos apontada pelos inventários tendia a subir pela exclusão dos nascidos após a promulgação da lei. Os menores de 15 anos representavam 34,7% dos escravos e os de cinquenta anos ou mais eram 11,2% (tabela 1.4).

A predominância de crianças escravas se explica pelo incentivo à reprodução que, como vimos, era uma maneira de minimizar as dificuldades de aquisição de escravos dos distantes centros abastecedores e pela transferência de famílias escravas de áreas de povoamento mais antigo para as áreas novas.

Tabela 1.4. Distribuição dos escravos segundo a faixa etária. Lençóis, 1860-1887

Faixa etária	Nº absoluto	%
0-14	111	34,7
15-49	165	51,6
50 ou mais	36	11,2
Não consta	8	2,5
Total	320	100

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

Pouco mais da metade dos escravos estava na idade produtiva (tabela 1.4). São 51,6% entre 15 e 49 anos de idade e mesmo nesta faixa, como vimos, havia um acentuado equilíbrio entre homens e mulheres. Considerando que entre as atividades produtivas de Lençóis estavam as culturas de milho e algodão, que não podem ser caracterizadas como tradicionalmente reservadas a homens, compreende-se a forte presença de mulheres mesmo nesta faixa. Além disso, mesmo a produção pecuária de pequeno porte bem podia ser atividade também das mulheres e crianças escravas.

1.2.2. Estrutura de posse dos cativos

Aqui também se verifica a ampla predominância dos pequenos plantéis. Conforme a tabela 1.5, quase 70% dos proprietários possuíam de 1 a 5 escravos. Por outro lado, controlavam menos de 1/3 desta mão-de-obra. No outro extremo, 16,6% dos proprietários controlavam a metade da escravaria em seus plantéis de mais de 10 escravos. A elite escravista apontada pelos inventários, os possuidores de mais de 20 escravos, eram apenas 5,5% dos proprietários que possuíam 1/4 dos escravos. Os proprietários de apenas 1 escravo eram 24,1%. Juntos, detinham apenas 4,1% da mão-de-obra.

Tabela 1.5. Estrutura de posse de cativos por faixas de tamanho de plantéis. Lençóis, 1860-1887

FTP	Proprietários		Escravos	
	N	%	N	%
1	13	24,1	13	4,1
2	6	11,1	12	3,8
3	5	9,3	15	4,7
4	10	18,5	40	12,5
5	2	3,7	10	3,1
1 a 5	36	66,7	90	28,2
6 a 10	9	16,7	71	22,2
11 a 20	6	11,1	80	25,0
21 ou mais	3	5,5	79	24,6
Total	54	100	320	100

Obs.: FTP – Faixas de tamanho de plantéis.

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

Em seu já citado estudo sobre o agreste paraibano, Costa mostrou que 87% dos proprietários detiveram 57% dos escravos em pequenos e médios plantéis (até 10 escravos), enquanto que os outros 13% dos proprietários controlavam os restantes 43% dos escravos nos grandes plantéis (COSTA, 1992, p. 26-27). Portanto, Lençóis apresenta números próximos, a saber, 83,4% dos proprietários possuíam plantéis com até 10 cativos e controlavam 50,4% da escravaria, enquanto que os restantes 16,6% dos proprietários possuíam plantéis com mais de 10 cativos, controlando 49,6% da população escrava.

O maior plantel da boca do sertão lençoense pertencia a Elyseo Antunes Vieira Cardia, cujo inventário foi feito em agosto de 1864³³. Além dos 33 escravos arrolados, alguns dos quais já em poder dos herdeiros, muitos outros bens como as várias sesmarias englobando milhares de alqueires, engenho, canavial, morada de casa na vila, animais etc., caracterizando o que foi, provavelmente, a maior fortuna da vila. Ao falecer, em outubro de 1873, Messias José de Andrade tinha, também, acumulado um expressivo plantel, legando a seus dez filhos (3 com a primeira mulher e 7 com a segunda) um plantel de 18 escravos avaliado em 9:700\$000, valor maior do que os avaliadores estabeleceram para os bens de raiz, 7:880\$000³⁴.

Outros herdeiros tiveram menos sorte. D. Maria Joaquina de Jesus³⁵ legou apenas um escravo de nome Nicolau, 40 anos, por ocasião do falecimento do marido, o mesmo ocorrendo com Sabina Bárbara de Jesus que ficou com uma única escrava, Joaquina, de 50 anos mais ou menos, ao falecer seu marido, em 1871³⁶.

Havia os que possuíam apenas um escravo e, ao que tudo indica, dividindo com o senhor o trabalho na terra e o sustento da família. Era o caso do plantel unitário de Antonio Joaquim de Oliveira que consta no inventário realizado quando do falecimento de sua mulher. Apenas um escravo, Joaquim, de 18 anos³⁷. A crioula Joaquina, 20 anos, também era o único cativo entre os bens do finado Vidal Barbosa Dutra³⁸. A crioula Rosa, 22 anos, teria que dividir seu serviço entre a criação de sua

³³ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Elyseo Antunes Vieira Cardia, 1864.

³⁴ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Messias José de Andrade, vol. 2, n.º 17, 1873.

³⁵ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de José Joaquim Ramos, n.º 22, 1871

³⁶ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Ignácio Martins da Lus, n.º 16, 1871

³⁷ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Anna Ignacia de Jesus, vol. 3, n.º 16, 1874.

³⁸ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Vidal Barbosa Dutra, 1876.

filha de 2 meses e a numerosa família de Ignácio Anselmo Rodrigues, pai de 12 filhos de dois casamentos³⁹.

No entanto, situação pior estavam os que possuíam plantel unitário, mas cujo escravo não representava força de trabalho efetiva. Ao falecer, João Antonio da Siqueira deixou apenas uma escrava “*já velha*”, Delfina⁴⁰. Outra escrava velha, de nome Maria, doente e de idade entre 50 e 60 anos, foi o que legou Vicente Ferreira de Souza pelo falecimento da mulher em 1873⁴¹. Do escravo Severino não dependia a sobrevivência da numerosa família (8 filhos) de João Antonio de Mattos, mesmo sendo ele o único escravo. Tinha 64 anos e era descrito como sendo “*muito defeituoso*”⁴². Outro plantel, embora composto de 4 escravos, não representava muito em termos de mão-de-obra. Eram duas mulheres, Maria, 45 anos e doentia, e Victoria, 50; e dois homens, Antonio, 44 anos, e Fabiano, mais novo, 35 anos, mas “*quebrado e doentio*”⁴³.

Em certos casos, pelo que se nota, possuir escravos podia significar uma despesa a mais para a família. Representaria o preço do status ou era resultado de laços afetivos ao estilo freyreano?

1.2.3. Procedência dos escravos segundo os inventários

Como já afirmado anteriormente, uma parcela significativa dos escravos que foi trazida para a fronteira se originou da Província de Minas, região que após o declínio da mineração, apresentava uma economia quase totalmente orientada para autoconsumo e comércio local (excetuando-se o setor cafeeiro) (MARTINS, 1983, p. 192). Mesmo assim teria continuado, segundo Martins, a ser uma região de grande contingente

³⁹ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Maria Rosa de Oliveira, 1876.

⁴⁰ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de João Antonio da Siqueira, vol. 2, n.º 23, 1873.

⁴¹ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Balbina Ferreira de São José, vol. 2, n.º 125, 1873.

⁴² CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Escolástica Maria de Godoy, 1875.

escravo. Os inventários de Lençóis não especificam a localidade mineira de onde teriam saídos os escravos em direção à boca do sertão paulista, mas pode-se considerar como certo que não seriam áreas produtoras de café, visto que, como afirma, Martins, a região da Mata, região cafeeira na década de 1870, era importadora de escravos (MARTINS, 1983, p. 203).

Dos 320 escravos arrolados entre os bens dos inventariados, temos a procedência de 89 deles, correspondendo a 27,8%. Foram excluídos destes números os poucos escravos descritos como tendo nascidos na própria vila, do contrário, poderia haver uma interpretação equivocada dos números, uma vez que provavelmente não havia uma preocupação maior em anotar a origem quando os escravos eram naturais do lugar em que viviam.

A tabela 1.6 mostra que eram 16,9% os escravos nascidos na África, 11 homens e 4 mulheres. Como era de se esperar, suas médias de idade são elevadas, 55,4 anos para os homens, e 48,3 para as mulheres, provavelmente resultado do antigo tráfico de cativos (tabela 1.7). Eram procedentes de Minas 43,8% dos escravos de procedência conhecida. As mulheres somavam 22, sendo que sua média de idade era de 28,5 anos; os homens eram em 17, com idade média de 30 anos. Eram naturais da Província de São Paulo, 38,2% dos escravos. A idade média destes era baixa, 13 anos para os 23 homens relacionados, e 21 anos para as 11 mulheres. A dinâmica do processo de povoamento e de produção organizou a transferência de escravos em idade produtiva, de ambos os sexos, de Minas para a boca do sertão paulista, tendo aí, muitos deles, constituído família e gerado filhos.

⁴³ SP. Inventário de Luiza Thereza de Jesus, 1876.

Tabela 1.6. Procedência dos escravos inventariados. Lençóis, 1860-1887.

	Nação*	Minas	S. Paulo**	Outros	Total
Masculino	11	17	23	0	51 (57,3%)
Feminino	4	22	11	1	38 (42,7%)
Total	15 (16,9%)	39 (43,8%)	34 (38,2%)	1 (1,1%)	89 (100%)

* Também designados como “africanos” ou “da Costa”.

** Também designados como “desta Província”.

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

A discussão historiográfica sobre o papel de Minas como sendo de fornecedora ou de receptora de mão-de-obra escrava após o declínio da mineração, ganha aqui maior relevância. Martins afirma que a migração de famílias das áreas mineradoras decadentes, entre o final do século XVIII e início do XIX, foi enfatizada exageradamente por alguns autores, embora afirme que *“não há dúvida de que tal migração ocorreu e, muito provavelmente, as famílias migrantes levaram seus escravos consigo, mas nunca foi apresentada alguma evidência de transferências significativas de escravos.”* (MARTINS, 1983, p. 186)

Comprovamos, através dos inventários (e mais adiante, através de escrituras de compra e venda), as transferências apontadas por Martins. Famílias de escravos eram transferidas, acompanhando seus senhores que buscavam novas oportunidades em áreas de fronteira aberta como era a porção ocidental da Província de São Paulo em meados do século XIX. É importante ressaltar que a idade média dos escravos procedentes de Minas incluía-os na faixa produtiva, o que significa que aquela província estava exportando significativos fatores de produção para outras regiões do país.

Tabela 1.7 Idade média segundo a procedência dos escravos. Lençóis, 1860-1887

	Nação		Minas		São Paulo	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Idade média	55,4	48,3	30	28,5	13	21

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

Já a baixa idade média dos escravos oriundos da Província de São Paulo pode ser resultado da formação de novas famílias livres que migraram das áreas de povoamento mais antigo e se aventuravam no sertão em busca de terras, trazendo consigo escravos recebidos nos processos de divisão de bens inventariados ou de antecipações de herança. Costa, ao explicar como se dava a reprodução social do grupo de elite, em seu estudo sobre família e população em Campinas entre os anos 1765 e 1850, afirma que

os filhos de espírito mais competitivo e aventureiro da prole masculina eram estimulados a adentrarem a fronteira, abrirem novas fazendas com os cativos das antecipações legítimas, e a aumentarem o fundo patrimonial comum da família de origem (COSTA, 1997, p. 147).

Desta forma, observa-se que escravos jovens masculinos seriam os preferidos por aqueles filhos que se aventuravam em busca de novas terras no sertão paulista. O inventário referente à morte de Serafim Lopes da Silveira realizado em 21 de setembro de 1874 arrolou 5 escravos paulistas entre os bens inventariados. Eram eles Benedito, mulato, 24 anos, solteiro; Antonia, preta, 40 anos, casada com o liberto João; Rita, 17 anos e Bento, 18 anos, ambos filhos de Antonia; e, por fim, José, mulato, 15 anos, sem identificação de filiação.

Em 09 de dezembro de 1871, foram inventariados 5 escravos por ocasião do falecimento de Cecília Maria de Jesus. Destes, 4 formavam uma família cujos pais, Pedro Crioulo, 30 anos, e Ignacia, 28, eram nascidos em Minas e os filhos, Joaquim Crioulo, 3 anos, e Justina Crioula, 7 meses, na província de São Paulo. Considerando a hipótese que o casal tenha sido trazido para São Paulo quando os dois ainda eram solteiros, a transferência teria se dado entre 1841 e 1868⁴⁴.

⁴⁴ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Cecília Maria de Jesus, 1871.

O falecimento de João Antonio de Lemos deu ocasião para outro inventário, este de 26 de junho de 1876⁴⁵. Por ele sabemos que a família do escravo Francisco, 74 anos naquela data, foi transferida de Minas para Lençóis entre 1867, quando nasceu um filho seu, Fortunato, ainda em Minas, e 1869, data do nascimento de outro filho, João, já em Lençóis. A mãe, Clara, já era falecida quando do inventário.

Ao menos duas famílias compunham o plantel de Antonio da Silva Pereira quando de seu falecimento em agosto de 1876, ambas mineiras⁴⁶. A escrava Caetana, 54 anos à época, solteira, tinha 5 filhos. Os dois mais velhos, Joana, 30 anos, e João, 23, nascidos em Minas, e os mais novos, Pedro, 18, Ana, 17, e Leocádia, 14, nascidos em Lençóis. A transferência, neste caso, se deu entre 1853 e 1858. A outra família era a de Nazareth, 32 anos, casada com o liberto Francisco, e com seus dois filhos nascidos em Lençóis, Maria, 16 anos, e Theresa, 12. Entre o ano de nascimento da mãe, 1844, e o da primeira filha, 1860, teria se dado a saída de Minas e a chegada à fronteira.

O tráfico interno de escravos fica bem evidenciado no caso da família do escravo Manoel, de 23 anos (em 1875), natural de Minas. Sua mulher era Mamédia, 35 anos (em 1875), natural do Rio de Janeiro. Em 1865 o casal estava em São Carlos, onde nasceu o filho Sebastião; em 1867, os três já se encontravam em Belém do Descalvado, onde nasceu uma filha, Paula. Em 1875, os quatro estavam em Lençóis, constando entre os bens arrolados no inventário realizado em 16 de junho de 1875, por conta do falecimento de D. Anna da Rocha Leite⁴⁷. Um pouco antes disso, no dia 29 de março de 1875, haviam sacramentado sua união e se casaram perante a Igreja⁴⁸. Tiveram ainda outro filho, Lázaro, no dia 27 de janeiro do ano seguinte⁴⁹. Entre 1852 e 1875, Manoel

⁴⁵ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de João Antonio de Lemos, 1876.

⁴⁶ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Antonio da Silva Pereira, 1876.

⁴⁷ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Anna da Rocha Leite, 1875.

⁴⁸ ARQUIVO da Cúria de Botucatu, SP. Registro n.º 418, Livro 15.

⁴⁹ CARTÓRIO de Registro Civil e Anexos. Lençóis Paulista, SP. Registro n.º 36, Livro A0.

passou por 4 localidades, o que demonstra a vitalidade do tráfico em meados do século XIX.

Estes exemplos dão consistência à citada dinâmica do processo de povoamento e produção: escravos em idade produtiva originários de Minas eram transferidos para as áreas de fronteira aberta da porção ocidental da província paulista. Ou então, eram deslocados para áreas paulistas de povoamento mais antigo e deste lugar para a boca do sertão, onde constituiriam a força de trabalho e gerariam filhos.

1.3 Comércio de escravos

1.3.1. As escrituras de compra e venda

A análise de escrituras de compra e venda de escravos permite colher dados relativos ao tráfico de cativos (por exemplo, o sentido do fluxo), aos setores da economia que demandavam mão-de-obra, à naturalidade dos cativos transacionados, sua idade, sexo etc. Em suma, é uma importante fonte cuja leitura permite averiguar o vigor da escravidão em determinado lugar e época.

As informações encontradas neste tipo de fonte são variadas. As mais comuns são: nome do escravo, sexo (inferido do nome), idade, preço, nome do comprador e do vendedor. Em algumas escrituras são encontradas ainda a ocupação e domicílio de vendedores e compradores, a naturalidade do escravo, sua profissão, o número de sua matrícula, estado civil e aptidão para o trabalho, como o trecho que segue:

“Escritura de venda que faz Júlio Cezar de Oliveira a José Emygdio de Almeida Cardia e Antonio Augusto de Almeida Cardia de um escravo de nome Estevão pela quantia de 2:000\$000. Saibão quantos esta virem que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oiteocentos e setenta e seis aos onze de julho do dicto anno nesta Villa de Lençóes em meu cartório compareceram como outorgante vendedor Júlio Cezar de Oliveira, empregado público e morador nesta Villa e como

compradores José Emygdio de Almeida Cardia e Antonio Augusto de Almeida Cardia, com partes iguais, todos conhecidos das testemunhas abaixo assignadas e bem como de serem os compradores rezidentes no districto da Freguesia dos Dous Córregos, perante as mesmas testemunhas pelo primeiro foi dicto que fazia venda aos segundos de um escravo de nome Estevão de vinte e dous annos de idade, solteiro, preto, natural desta Província, do serviço doméstico, pela quantia de dous contos de reis do qual se acha pago e satisfeito. Escravo este que se acha matriculado neste termo como de vê da relação sob numero duzentos e um e numero um da relação apresentada neste acto foi me apresentado o conhecimento de que se acha pago a taxa de trinta mil reis na agencia desta Villa...”⁵⁰

As dezenas de escrituras de compra e venda de escravos encontradas nos arquivos de Lençóes (atual Lençóis Paulista) e Agudos mostram que havia um comércio regular de cativos na frente de expansão que empurrava a fronteira mais a oeste na Província de São Paulo em meados do século XIX. Alguns vinham de regiões de povoamento mais antigo de São Paulo, outros da província de Minas, e outros faziam parte de um comércio local, quando escravos passavam de uma fazenda à outra da região.

Foram compulsadas 74 escrituras nas quais foram negociados 83 escravos, sendo 47 homens (56,6%) e 36 mulheres (43,4%). Três escrituras se referem à venda de “partes” de escravos. A maior parte dos documentos (59%) se refere a um único livro de escrituras, compreendendo os anos de 1863 a 1869. Uma parte menor (18,1%) integra um outro livro de escrituras lavradas entre os anos de 1872 a 1886 e o restante (22,9%) são documentos esparsos encontrados em vários livros de notas antigas do período.

É importante salientar que, para certos casos, o tamanho da amostra não nos permite afirmações mais precisas ou conclusões definitivas. Como veremos ao comparar os resultados com os alcançados por outros autores, estes também se

⁵⁰ CARTÓRIO de Notas Segundo, Lençóis Paulista. Livro de Escrituras, 1872-1886.

utilizaram, por vezes, de um reduzido número de amostras, o que não os impediu de tecer considerações e formular hipóteses explicativas.

O escravo José, de idade 18 anos “mais ou menos”, natural de Bananal, foi vendido por Alexandrino José de Almeida a Silvestre Correa de Moraes Bueno pelo preço de 600\$00, no dia 15 de setembro de 1865⁵¹. O escravo Casimiro, de 34 anos “mais ou menos”, “alfaiate ordinário”, era natural do Rio de Janeiro e foi vendido por Joaquim de Paula Ferreira Queirós a Cassiano Tavares pelo valor de uma dívida, 1:063\$374, no dia 01 de maio de 1865⁵².

Como nos exemplos acima, a maior parte dos escravos negociados, tanto homens quanto mulheres, estava na idade produtiva, correspondendo à faixa etária de 15 a 49 anos (tabela 1.8). Cinquenta e sete escravos, 68,7%, estavam nesta situação.

Tabela 1.8. Escravos transacionados por faixa etária. Lençóis, 1861-1888.

	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
0-14	10	21,3	6	16,7	16	19,3
15-49	31	66	26	72,2	57	68,7
50 ou mais	1	2,1	0	0	1	1,2
Não consta	5	10,6	4	11,1	9	10,8
Total	47	100	36	100	83	100

Fonte: Livros de escrituras de compra e venda de escravos e Livros de Notas Antigas. Arquivos de Lençóis Paulista e Agudos.

Dos 47 escravos homens negociados, 31 (66%) estavam na idade produtiva. Entre as mulheres, o percentual era maior: 72,2% estavam nesta faixa, correspondendo a 26 delas entre 36 comercializadas. Estes dados refletem a procura por mão-de-obra já em condições de atuar na atividade produtiva. O maior percentual de mulheres negociadas na idade produtiva pode ser explicado pela existência de lavouras de algodão e milho, principalmente na década de 1860, culturas em que a mão-de-obra

⁵¹ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Escrituras, 1863-1869, caixa 13.

⁵² CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Escrituras, 1863-1869, caixa 13.

feminina podia ser bem aproveitada. Das 26 escravas adultas negociadas, metade (13) o foram nesta década. Não podemos esquecer também que este é um período de formação de novos plantéis, o que valorizava a mulher em idade reprodutiva, visto que a extinção do tráfico trouxera novas dificuldades para a reposição de cativos.

Para 53 escravos há informações referentes à naturalidade (tabela 1.9). A maior parte deles, em número de 29 (54,7% do total cuja naturalidade é conhecida), era natural da província de São Paulo. Entre as localidades paulistas citadas como sendo de origem de escravos, registrou-se Descalvado, Itapetininga, Porto Feliz, Bananal e São João do Rio Claro, uma vez cada; Botucatu, duas vezes, Caconde, três vezes; e vários “desta Província”.

Tabela 1.9. Naturalidade dos escravos transacionados. Lençóis, 1861-1888

	Província São Paulo		Província Minas		Nação		Outros		Não consta		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	16	55,2	7	53,8	9	90	1	100	14	46,7	47	56,6
Mulheres	13	44,8	6	46,2	1	10	0	0	16	53,3	36	43,4
Total	29	100	13	100	10	100	1	100	30	100	83	100

Fonte: Livros de escrituras de compra e venda de escravos e Livros de Notas Antigas. Arquivos de Lençóis Paulista e Agudos.

O desequilíbrio entre os sexos nos escravos naturais da África confirma a predominância da demanda por escravos do sexo masculino. Já o relativo equilíbrio entre os sexos dos escravos naturais das províncias de Minas e São Paulo pode ser decorrência da entrada de casais de escravos na região, trazidos por seus proprietários para a abertura de novas fazendas.

Eram originários de Minas 13 escravos (24,5% das naturalidades conhecidas), 7 homens e 6 mulheres. Entre as localidades mineiras citadas registrou-se Caldas, Pouso Alegre, São João de Jaguary, São José da Campanha, Santa Catarina e Cambuy. Os demais são citados como sendo da “província de Minas”. Deve-se salientar

que estes dados confirmam o que já foi demonstrado na análise dos inventários, a saber, que parcela dos escravos que ajudaram a desbravar o sertão paulista era originária da Província de Minas.

Os escravos citados como sendo “da Nação”, ou africanos, ou ainda, “da Costa”, são em número de 10 (18,9%), 9 deles homens e apenas uma mulher. Esta era Luiza, 30 anos, vendida junto com o marido, Luiz, 40 anos, ambos “da Costa”, no dia 04 de junho de 1872, pelo preço de 1:100\$000⁵³.

Foi possível estabelecer também o local de moradia de parte dos senhores envolvidos nas transações. Neste caso, foram utilizadas 72 escrituras, visto que as outras duas não especificavam o comprador e o vendedor por se tratarem de permuta de escravos.

Tabela 1.10. Domicílio de vendedores e compradores de escravos. Lençóis, 1861-1888

	Lençóis		Província São Paulo		Província Minas		Não consta		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Vendedores	52	72,2	14	19,4	2	2,8	4	5,6	72	100
Compradores	50	69,4	11	15,3	0	0	11	15,3	72	100

* Excetuando-se Lençóis.

Fonte: Livros de escrituras de compra e venda de escravos e Livros de Notas Antigas. Arquivos de Lençóis Paulista e Agudos.

A metodologia utilizada de coleta de dados mostrou que apenas uma pequena parte dos envolvidos em transações de escravos era residente fora dos arredores de Lençóis (tabela 1.10). Poucos vendedores residiam na Província de Minas, 2,8%; nenhum comprador era daquela Província. Os domiciliados na Província de São Paulo, excetuando-se a vila de Lençóis, perfaziam 19,4% dos compradores, e 15,3% deles eram vendedores.

⁵³ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Escrituras, 1863-1869, caixa 13.

A grande maioria, porém, tanto de compradores como de vendedores de escravos, era estabelecida na própria vila de Lençóes ou em algumas de suas freguesias que com o tempo se tornaram vilas. Eram, respectivamente, 72,2% e 69,4% de vendedores e compradores. Isto mostra uma significativa movimentação de escravos dentro da vila ou arredores e sugere uma situação de instabilidade econômica para os produtores mais pobres. Deste modo, Geraldo Anísio de Souza adquiriu o escravo Joaquim da Nação no dia 18 de março de 1862, e o vendeu a 31 de agosto de 1863. Em outro caso, Silvestre Correa de Moraes Bueno comprou o escravo Antonio no dia 04 de dezembro de 1866 e se desfez dele, vendendo-o quase dois anos depois.

A ausência de dados relativos às atividades econômicas dos envolvidos nas negociações não nos permitiu detalhar o perfil de quem se desfazia e quem acumulava escravos, o que poderia dar melhores evidências a respeito da situação econômica de segmentos de proprietários da vila.

1.3.2. Os preços de escravos

Através da análise dos preços pelos quais os escravos eram vendidos, é possível estabelecer algumas evidências sobre o vigor da escravidão enquanto força de trabalho. Tem-se como padrão na historiografia brasileira que, dentre os escravos, os homens na idade produtiva, entre 20 e 35 anos, eram os mais procurados pelos compradores e, por isso, alcançavam os maiores preços. Segundo Zélia Cardoso de Mello, as mulheres em idade reprodutiva, entre 15 e 19 anos, também eram valorizadas e objeto de comércio. Já as crianças e os velhos eram menos procurados, os primeiros devido aos custos de manutenção e alimentação até entrarem na idade produtiva, e os segundos, pelo menor rendimento no trabalho (MELLO, 1985, p. 116).

Kátia Mattoso afirma que *“o preço do escravo depende da concorrência, da distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, da especulação, da conjuntura econômica, depende ainda de sua idade, sexo, saúde, de sua qualificação profissional.”* (MATTOSO, 1982, p. 77-78)

Com relação ao nosso estudo para a vila de Lençóis no período 1860-1888, havia, além destas variáveis, a iminência da abolição a afetar os preços, principalmente dos escravos mais jovens, aqueles que entrariam na idade produtiva somente depois de representarem um certo gasto para seus senhores.

Os preços dos escravos analisados baseiam-se em 311 avaliações encontradas em escrituras e inventários *post-mortem* dos arquivos de Lençóis Paulista e Agudos, no período de 1860 até 1880. Optou-se por excluir o período de 1881 a 1888 devido à existência de poucas avaliações encontradas, o que não permitiria nenhuma conclusão segura, podendo, pelo contrário, enviesar sobremaneira os resultados. Também foi uma opção deste trabalho juntar as avaliações de inventários e escrituras de compra e venda, à semelhança do que Dean fez para estabelecer os preços de escravos para Rio Claro, observando aquele autor não haverem sido encontradas diferenças significativas entre as duas fontes (DEAN, 1977, p. 66). Das 311 avaliações encontradas em Lençóis, 162 se referem a escravos homens e 149 a mulheres. As escrituras contribuem com 45 das avaliações (30 homens e 15 mulheres) e os inventários entram com 266 (132 homens e 134 mulheres).

As avaliações realizadas pelas escrituras se concentram basicamente na década de 1860, quando foram feitas 37 delas, correspondendo a 82,2% do total. Já as avaliações fornecidas pelos inventários são mais numerosas na década de 1870. Foram 209, ou 78,6% do total.

Uma doença ou alguma característica do escravo que o desqualificasse enquanto mão-de-obra, quando especificada, fazia com que seu preço ficasse abaixo da média registrada. É o caso da escrava Maria, cega de um olho, de idade não especificada, avaliada em apenas 30\$000 no inventário de Elyseo Antunes Vieira Cardia feito no dia 09 de agosto de 1864⁵⁴. Apenas 20\$000 foi a avaliação feita do crioulo Marciano, 11 anos, em 07 de maio de 1872, já que era aleijado de uma mão e sofria de gota⁵⁵.

Havia casos, porém, em que não havia registro neste sentido, mas os preços eram flagrantemente abaixo da média. Na impossibilidade da averiguação de uma suposta doença, foram considerados como sendo de escravos sadios e utilizados na confecção das médias dos preços. O escravo Rodrigo, de 15 anos, foi avaliado em 700\$000, portanto, abaixo da média, no inventário do já citado Elyseo Cardia⁵⁶. Não há menção à doença ou alguma característica que o depreciasse aos olhos do avaliador. Do mesmo modo, Rita, 16 anos, foi avaliada em 600\$000, no dia 11 de maio de 1876⁵⁷.

Assim como alguma característica não especificada podia depreciar o escravo, uma avaliação acima da média podia ser imputada a uma profissão mais valorizada que o escravo podia exercer e que os documentos compulsados para este estudo via de regra não apresentavam.

O que se observa a partir do levantamento dos preços médios de escravos nas décadas de 1860 e 1870 (tabela 1.11) é que as mulheres alcançaram preços maiores do que os homens na primeira das duas décadas, embora esta afirmação deva ser relativizada, visto que o teste estatístico “T de student” apontou uma diferença estatisticamente insignificante (ver apêndice C). De qualquer modo, é uma situação

⁵⁴ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Elyseo Antunes Vieira Cardia, 1864.

⁵⁵ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Ana Silveria de Jesus, 1872

⁵⁶ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Elyseo Antunes Vieira Cardia, 1864.

⁵⁷ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Joaquim de Paula Cabral, 1876.

incomum na escravidão brasileira, mas de acordo com a observação de Mattoso quando diz que “*em alguns casos, (...) nas idades mais jovens o nível de preços de homens e mulheres eram ou semelhantes ou as mulheres tinham um preço maior.*” (MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, 1988, p. 70, nota 19). Já no segundo período, os preços das mulheres caíram a níveis bem menores do que os dos homens que tiveram, por seu turno, uma grande valorização no mercado de escravos.

Tabela 1.11. Preços médios de escravos de ambos os sexos, de idade 15 a 29anos*. Lençóis, 1860-1880

Ano	Homens		Mulheres	
	N	Preço médio	N	Preço médio
1860	1	1:600\$000	1	1:866\$000
1861	-	-	-	-
1862	-	-	1	955\$000
1863	1	1:300\$000	1	2:000\$000
1864	9	1:044\$400	2	628\$774
1865	1	600\$000	1	1:850\$000
1866	1	1:500\$000	1	1:300\$000
1867	-	-	-	-
1868	2	1:372\$000	1	1:800\$000
1869	1	1:300\$000	3	1:566\$666
1870	4	1:500\$000	3	1:133\$000
1871	2	1:600\$000	3	1:266\$700
1872	-	-	3	633\$300
1873	3	1:333\$300	7	785\$700
1874	8	1:512\$500	6	866\$700
1875	4	1:750\$000	6	883\$300
1876	9	1:488\$900	12	933\$300
1877	-	-	-	-
1878	2	2:100\$000	2	1:000\$000
1879	-	-	2	1:020\$000
1880	1	2:200\$000	-	-

* Optou-se por usar esta faixa etária para permitir comparação com outra localidade, como veremos adiante.

Fonte: Escrituras e inventários. Arquivos de Lençóis e Agudos.

O que estes números podem nos indicar? A valorização da mulher escrava se deu num contexto de abertura de novas fazendas e roçados, e de início da atividade criatória, ou seja, são os primórdios da ocupação humana regular, uma vez que, antes

disso, o que se tinha era um povoamento bastante ralo e disperso por uma vasta área. Deste modo, a aquisição de mulheres escravas em idade reprodutiva era a garantia de um plantel futuro, tendo em vista as possibilidades econômicas que a frente de expansão oferecia e as dificuldades decorrentes da distância dos centros abastecedores de escravos.

Os preços médios (tabela 1.12) mostram claramente o movimento de valorização dos escravos do sexo masculino paralelamente ao declínio dos preços das mulheres escravas, no decorrer do tempo. Entre 1860 e 1870 foram negociados 20 escravos adultos ao preço médio de 1:222\$200 e, na década seguinte, 29 deles foram negociados ao preço médio de 1:589\$655, uma elevação de 30%. As 14 escravas transacionadas entre 1860 e 1870 tiveram um preço médio de 1:367\$754, enquanto que para o período seguinte as 41 escravas foram negociadas ao preço médio de 900\$975, desvalorização de 34,1%.

Tabela 1.12. Preços médios, por década, de escravos de ambos os sexos, de idades entre 15 e 29 anos. Lençóis, 1860-1880

	Homens		Mulheres	
	Número	Preço	Número	Preço
1860-1870	20	1:222\$200	14	1:367\$754
1871-1880	29	1:589\$655	41	900\$975

Fonte: Escrituras e inventários. Arquivos de Lençóis e Agudos.

A década de 1870 trouxe uma nova configuração para a economia de Lençóis. A lei do Ventre Livre, de 1871, fez com que as escravas perdessem valor enquanto reprodutoras da mão-de-obra cativa. A possibilidade, agora, de formação de novos plantéis só se daria pela aquisição via compra e, ao que tudo indica, foi o que aconteceu. A necessidade de mão-de-obra para as incipientes lavouras de café fez com que a procura por escravos do sexo masculino em idade produtiva elevasse seu preço a níveis nunca antes verificados na Vila de Lençóis.

Não era incomum que escravos em idade produtiva fossem avaliados nos inventários *post-mortem* em 2:000\$000 na década de 1870. O crioulo Benedito, 24 anos, solteiro, foi avaliado nesta quantia num inventário feito no dia 21 de setembro de 1874⁵⁸. No fim do período, no dia 16 de novembro de 1880, Benedito, 20 anos, foi vendido pelo Alferes Ignácio Dias Carneiro Giraldes a Almeida Cardia e Irmão pelo valor de 2:200\$000⁵⁹, preço máximo encontrado em Lençóis em qualquer situação. Por esta época, a lavoura cafeeira já havia feito sua entrada definitiva na região e a procura por mão-de-obra se tornou premente.

A mão-de-obra feminina, por outro lado, sofreu depreciação, como já foi dito, pela necessidade maior de braços para a lavoura cafeeira (o que incluía a derrubada de matas e a limpeza do terreno, atividades mais propícias aos homens) e pelo advento da lei do Ventre Livre, retirando da mulher escrava sua condição de reprodutora de mão-de-obra. Durante a década de 1870, três escravas adultas foram negociadas e o preço máximo alcançado foi de 1:200\$000 para a escrava Maria, 15 anos, vendida no dia 22 de maio de 1876⁶⁰. A avaliação dos inventários *post-mortem* não foi diferente. Das 38 escravas entre as idades de 15 a 29 anos, a avaliação mais elevada foi a da escrava Escolástica, 25 anos, feita no dia 13 de julho de 1871 por ocasião da morte de Maria Cardoso de Lima, 1:500\$000⁶¹.

É possível comparar os preços de escravos homens, adultos, em duas localidades que foram boca do sertão em dois momentos distintos. Rio Claro teve este “status” um século antes de Lençóis. Descrevendo a região na segunda metade do século XVIII, Dean afirma que

as tropas de mulas necessitavam de suprimentos e alguns dos arrieiros transformaram-se em negociantes. Começou assim um comércio irregular de

⁵⁸ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Serafim Lopes da Silveira, 1874.

⁵⁹ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Escrituras, 1863-1869, caixa 13.

⁶⁰ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Escrituras, 1863-1869, caixa 13.

artigos de primeira necessidade, que progrediu lentamente e atendeu por uma centena de anos a uma população dispersa. Rio Claro passou a ser visto como a boca do sertão, pois logo depois dele começava, no planalto, o que os habitantes consideravam como realmente ermo, o Sertão de Araraquara (DEAN, 1977, p. 21).

Como vimos, esta condição de posto avançado passava de localidade para localidade à medida que lavradores e criadores se aventuravam sertão adentro. Quando Lençóis se tornou a boca do sertão, a cafeicultura em Rio Claro já estava consolidada e a população escrava já atingia a cifra de alguns milhares de indivíduos (DEAN, 1977, p. 63). Para esta comparação, utilizamos escravos na faixa etária de 15 a 29 anos, a mesma usada por Dean em seu estudo sobre aquela localidade.

A constatação de Dean de que *“as mulheres, em média, eram vendidas por três quartos do preço dos homens”* (DEAN, 1977, p. 69), faz coro com outros autores. Motta & Marcondes, estudando o comércio de escravos em Guaratinguetá e Silveiras em dois períodos da década de 1870 (1871-74 e 1875-79), afirmam que *“em nenhum dos dois períodos os preços médios das escravas chegou a dois terços dos preços médios dos cativos do sexo masculino.”* (MOTTA; MARCONDES, 2000, p. 278). Por sua vez, Mattoso, Klein & Engerman, estudando preços de escravos adultos alforriados na Bahia, entre 1819 e 1888, declaram que *“o valor das escravas adultas equivalia a cerca de 78 por cento do valor do escravo adulto.”* (MATTOSO; KLEIN; ENGERMAN, 1988, p. 69).

Estas conclusões, no entanto, só se tornarão válidas para Lençóis após a lei do Ventre Livre. Antes disso, o preço médio das mulheres era semelhante ao dos homens. A análise dos preços de escravos homens na idade produtiva mostra que, de modo geral, em Rio Claro os escravos eram uma mercadoria mais valorizada (tabela

⁶¹ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Maria Cardoso de Lima, 1871.

1.13) e isto pode ser creditado à diferença de estágios da lavoura cafeeira. Enquanto Lençóis assistia à formação de suas lavouras e fazendas, o café em Rio Claro já estava em plena produção, com grandes investimentos em mão-de-obra, mudas e construção de terreiros já a partir de fins da década de 1840 (DEAN, 1977, p. 65).

Tabela 1.13. Preços médios de escravos do sexo masculino, de idade 15 a 29 anos, em Lençóis e Rio Claro, 1860-1888

	Rio Claro*		Lençóis**	
	N	Preço	N	Preço
1860	3	2:030\$000	1	1:600\$000
1861	13	1:750\$000	-	-
1862	10	1:860\$000	-	-
1863	8	1:920\$000	1	1:300\$000
1864	4	1:970\$000	9	1:044\$400
1865	1	2:000\$000	1	600\$000
1866	4	1:500\$000	1	1:500\$000
1867	3	1:700\$000	-	-
1868	-	-	2	1:372\$000
1869	-	-	1	1:300\$000
1870	-	-	4	1:500\$000
1871	17	1:770\$000	2	1:600\$000
1872	3	1:920\$000	-	-
1873	8	1:600\$000	3	1:333\$300
1874	1	1:000\$000	8	1:512\$500
1875	16	2:200\$000	4	1:750\$000
1876	11	2:270\$000	9	1:488\$900
1877	15	2:130\$000	-	-
1878	20	2:070\$000	2	2:100\$000
1879	78	2:080\$000	-	-
1880	3	2:300\$000	1	2:200\$000

Fonte: * Livros de vendas de Escravos, Livros de Notas e Inventários. DEAN, op. cit.

** Escrituras e inventários. Arquivos de Lençóis e Agudos.

Uma outra comparação pode ser feita com relação aos preços de escravos de 6 municípios da Província de Sergipe coletados por Subrinho (SUBRINHO, 2001) utilizando livros de escrituras de compra e venda de escravos e livros de notas. A elaboração de outra tabela fez-se necessária devido à utilização de faixas etárias distintas pelos autores citados.

Subrinho analisou 943 vendas, entre 1854 e 1887, sendo que 51,2% referiam-se a escravos do sexo masculino e 48,8% do sexo feminino. Para a confecção da tabela 1.14 foram usados dados relativos a escravos de ambos os sexos, de idade entre 21 a 39 anos.

Tabela 1.14. Preço médio de escravos de ambos os sexos e faixa etária 21 a 39 anos, em Sergipe e Lençóis, 1864-1878

Ano	Lençóis*		Sergipe**	
	N	Preço	N	Preço
1864	5	850\$000	7	746\$000
1865	3	1:304\$458	6	732\$000
1866	3	916\$667	8	625\$000
1867	-	-	9	875\$000
1868	3	1:448\$000	13	886\$000
1869	1	1:500\$000	18	774\$000
1870	4	1:425\$000	12	852\$000
1871	8	1:387\$500	30	904\$000
1872	2	750\$000	13	985\$000
1873	8	937\$500	14	595\$000
1874	9	1:112\$222	20	671\$000
1875	8	962\$500	1	400\$000
1876	15	1:173\$333	1	160\$000
1877	-	-	6	1083\$000
1878	7	1:214\$286	14	696\$000

Fonte: * Escrituras e inventários. Arquivos de Lençóis e Agudos.

** Livros de escrituras de compra e venda de escravos e livros de notas (SUBRINHO, 2001).

Como fica evidenciado, os preços praticados em Lençóis eram quase sempre maiores que os verificados por Subrinho para Sergipe. Com exceção de dois anos – 1867 e 1877 - para os quais não há dados disponíveis para Lençóis e o ano de 1872, nos demais é nítida a maior valorização dos cativos negociados nesta vila, em que pese a pouca representatividade verificado para alguns anos, problema, aliás, também verificado na amostra coletada nos municípios da província de Sergipe.

Considerações parciais

Já antes de 1860 a região de Lençóis começou a ser ocupada por posseiros que, em meio a conflitos com grupos indígenas remanescentes, se dedicavam a

organizar seus roçados e criação de animais. No entanto, estas ocupações ainda eram esporádicas devido à instabilidade da posse representada pela presença dos índios e pela distância dos povoados já consolidados.

Durante a década de 1860, o movimento migratório – em boa parte tendo a Província de Minas como origem – efetivou o povoamento da fronteira ocidental paulista, consolidou inúmeros povoados e levou a boca do sertão mais a oeste. Nesta década, a economia de Lençóis se baseava na criação de animais e agricultura de subsistência, o que, no entanto, não excluía a produção de excedentes a serem negociados nos mercados locais e regionais.

Na produção agrícola, o milho e o algodão eram culturas comuns. O primeiro pela facilidade de cultivo e pela importância na alimentação humana e animal, uma vez que a criação, principalmente de porcos, era uma atividade a que se entregavam muitos habitantes. Havia pelo menos um fazendeiro que possuía uma máquina de descaroçar algodão movida por água, daí a referência a algodoais em alguns documentos. Alguns fazendeiros de cana são relacionados no Almanaque da Província de São Paulo para o ano de 1873 e é razoável supor que estas informações também sejam válidas para a década de 1860. A mesma fonte indica um fazendeiro de café, o que nos leva a crer que a agricultura cafeeira ainda não havia feito sua marcha sobre a região.

Na pecuária, destacava-se o gado bovino e principalmente o suíno. Referências aos porcos eram comuns e mesmo as famílias pobres tinham lá sua pequena criação de animais.

Na década de 1870, a pecuária continuou a ser a atividade principal de boa parte da população de Lençóis e, em muitos casos, a única riqueza. Bovinos, suínos, equinos, ovinos são comuns em muitos inventários, assim como a produção agrícola

continuou tendo no milho sua grande atividade. O café continuou a ter referências esporádicas, situação que iria mudar drasticamente na década seguinte. A existência de um fabricante de vinhos mencionada no Almanaque traz a óbvia associação com o cultivo de uvas que, no entanto, deve ter sido uma atividade localizada em poucas propriedades, visto não haver outras referências sobre este cultivo.

A década de 1880 representou a incorporação da boca do sertão à cultura cafeeira. Vários contratos de locação de serviços foram assinados tendo por objetivo a formação de cafezais com 2.000, 3.000, 4.000 e até 50.000 pés de café. É importante salientar que a década de 1880 é o início de um novo período da história ferroviária paulista (MATOS, 1990, p. 101). Embora só chegando à Lençóis no final do século, a ferrovia se aproximava: São Carlos a recebeu em 1884, Araraquara em 1885, Jaú em 1887 e Botucatu em 1889, o que certamente contribuiu para a expansão da cafeicultura mesmo em Lençóis.

Os dados disponíveis nos inventários *post-mortem* permitem concluir que os padrões de posse de escravos na fronteira do povoamento são semelhantes a outras áreas de povoamento mais antigo pesquisadas e mencionadas neste trabalho, ou seja, verificase a ampla predominância dos proprietários de pequenos plantéis (de 1 a 5 escravos) que, por outro lado, detinham uma pequena parcela da mão-de-obra. Esta é uma indicação do padrão de riqueza dos indivíduos que se colocavam na vanguarda do povoamento, sob os riscos de conflitos com os indígenas enquanto o povoamento, com a efetiva ocupação e integração da área ao comércio de exportação, não se concretizava.

No entanto, contrariamente ao que se poderia pensar para uma região com estas características de primórdios de ocupação, não havia uma predominância de escravos homens sobre as mulheres. Verificou-se, sim, um equilíbrio entre os sexos, mesmo na faixa de idade considerada produtiva, mesmo resultado alcançado por

Gutiérrez em seu trabalho já citado. Este fato pode ser, em parte, explicado pelo fato de que a origem de parcela da escravaria de Lençóis eram áreas de produção destinadas aos mercados locais e regionais. Minas, por exemplo, forneceu boa parte da mão-de-obra escrava utilizada na boca do sertão paulista, em meados do século XIX, que acabou por reproduzir algumas características destas regiões, visto que aí também se desenvolveu uma produção não destinada aos mercados de longa distância. Este equilíbrio entre os sexos também foi encontrado por Costa no agreste da Paraíba, diferentemente das áreas onde a produção era destinada à exportação, como demonstrado por Marcondes para a região cafeeira de Taubaté; Luna & Costa para os centros açucareiros de Campinas e Itu, e Luna para as regiões mineradoras. Do mesmo modo, nestas últimas áreas a concentração de cativos em idade produtiva era flagrante, enquanto que em Lençóis – região não integrada à economia exportadora - os escravos de idade entre 15 e 49 anos eram pouco mais da metade. Por outro lado, havia muitos jovens entre a população escrava de Lençóis: 34,7% tinha menos de 15 anos, o que pode indicar a importância de seu crescimento natural, sem descartar a reprodução via tráfico, como veremos, ou a formação de novos plantéis por meio de heranças.

A estrutura de posse de cativos, assim como as características gerais da população escrava desta boca do sertão, eram basicamente as mesmas de outras áreas em que a produção era destinada aos mercados local e regional. Comparando-se com economias de exportação, a diferença básica se refere à composição quanto ao sexo. Com relação à faixa etária, a parcela de escravos de Lençóis em idade produtiva, embora sendo maioria, era menor que aquela das áreas exportadoras. Em ambas as regiões (mercado local e exportação), no entanto, predominam pequenos plantéis.

As características singulares da fronteira de povoamento à época em que Lençóis era “boca de sertão” não permitiram a formação de grandes plantéis, e

tampouco que as características básicas da escravaria das regiões exportadoras – ampla predominância da idade adulta e do sexo masculino – se impusessem, pois quando a boca do sertão se deslocou mais para oeste já se iniciava a fase de abolição no Brasil.

O comércio de escravos recaiu principalmente sobre aqueles em idade produtiva, sendo preteridos os mais velhos e as crianças. A maior parte dos escravos negociados era natural da própria província paulista. Uma menor parte era natural da África e outros vinham de Minas. Escravos velhos e crianças (antes do Ventre Livre) representaram um menor número nas transações.

As mulheres escravas, além de poderem participar de algumas atividades produtivas, eram negociadas devido à necessidade de formação de novos plantéis, num contexto de abertura de lavouras e de distância dos centros abastecedores de escravos. Por isso, seu preço foi, na década de 1860, em média semelhante ao dos homens, situação incomum na historiografia brasileira. Esta situação se reverteu com a perda dessa sua condição de reprodutora pela lei do Ventre Livre. Na década de 1870, os preços nominais que os senhores pagavam pelos escravos do sexo masculino teve um acentuado aumento, enquanto que houve uma redução no preço das mulheres. A abertura de novas fazendas para a formação dos primeiros cafezais da região fez com que aumentasse a procura – e, conseqüentemente, o preço - por escravos homens adultos.

CAPÍTULO 2

A ESCRAVIDÃO NUMA BOCA DO SERTÃO: NASCER, CASAR, MORRER E ALFORRIAR-SE

2.1. A família escrava

A preocupação com o estudo da família escrava remonta a tempos recentes. Foi principalmente a partir da década de 1970 que se avolumaram os estudos sobre o tema, colocando em xeque a visão tradicional de que os escravos não constituíam família estável, sendo suas uniões “*simples acasalamentos para a satisfação de necessidades exclusivamente sexuais*” (MATTOSO, 1988, p. 182), como afirmou Mattoso em seu estudo sobre a Bahia do século XIX. Ainda segundo esta autora, a estabilidade da vida familiar do escravo é praticamente inexistente (MATTOSO, 1982, P. 128).

O surgimento de estudos tendo como base registros paroquiais mostrou uma faceta da escravidão que parecia ser incompatível com a violência intrínseca do sistema escravista – cativos constituíam famílias estáveis, fosse como maneira de satisfazer suas necessidades sexuais, como estratégia de sobrevivência ou simplesmente, num mundo desumanizado, experimentar a sensação humana de ter filhos, criá-los e vê-los crescer. Isto levou Florentino & Góes a afirmar que

temos visto que parcela expressiva da historiografia acostumou-nos a pensar o cativo como uma organização social na qual as relações entre as classes são marcadas por uma beligerância cuja ferocidade dificilmente seria igualada em outras sociedades (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 31).

Ainda segundo os mesmos autores, “*ao contrário do que disseram muitos e ainda afirmam alguns, os cativos buscavam procriar. Casavam-se para gerar filhos.*” (FLORENTINO; GÓES, 1995, p. 156)

Dividida durante muito tempo entre o escravo coisificado, violentado, submisso e o escravo rebelde, pronto a fugir ou a investir contra seus algozes, a historiografia vem descobrindo que o cativo, uma vez privado de sua liberdade e nos momentos em que a rebeldia devia ser ponderada, construía estratégias que alargavam seu espaço de sobrevivência e permitiam viver seu cotidiano com um mínimo de condições. Casar, ter filhos, batizá-los, chorar sua morte quando esta se antecipava à sua própria, eram ações comuns à vida de muitos escravos, o que não lhes tirava, muito provavelmente, a vontade de fugir, matar ou morrer, e nem tirava da escravidão sua violência intrínseca.

A respeito disso, diz Motta:

Afastou-se, pois, de um lado, o estereótipo do escravo submisso, dócil, a integrar – até mesmo feliz?! – a grande família do patriarca branco, ilustração viva de uma nossa pretensa democracia racial. De outro, distanciou-se igualmente do cativo reificado, esmagado pela violência do cativo, equiparado seja a um bem de produção, seja a um artigo de consumo, semovente tal como o gado, e que só conseguiu se humanizar mediante a negação do sistema escravista, pela fuga, pelo crime (MOTTA, 2001, CD-ROM).

Não eram poucas as dificuldades que os cativos deviam enfrentar para se unir e constituir família sacramentada pela Igreja. Por isso, no dizer de Costa e Gutiérrez referindo-se aos cativos, “*deve-se admitir que entre eles desenvolviam-se formas de convivência que fugiam aos hábitos e costumes dos livres e, sobretudo, aos cânones da Igreja Católica.*” (COSTA; GUTIÉRREZ, 1984, p. 314). Segundo Luna e Costa,

os óbices à legitimação dos consórcios advinham não só de elementos culturais e do *status* sócio-econômico dos mancipios mas, também, dos empecilhos gerados pelo próprio mecanismo imposto pelo poder espiritual à consecução do sacramento matrimonial. Estas dificuldades derivavam do complexo procedimento formal indispensável à obtenção do consentimento

necessário para que fosse ministrado o casamento e dos custos monetários associados às prescrições ditadas pela Igreja (COSTA; LUNA, 1981, p. 105).

A situação ficava mais complexa quando os cativos pertenciam a senhores que impunham entraves à sua união, ou quando faziam parte de plantéis reduzidos, em que as opções de escolha de cônjuges ficavam comprometidas. O número de obstáculos a vencer, principalmente quando os parceiros pertenciam a senhores diferentes podia ser um poderoso desestímulo à união, mas mesmo nestes casos ela podia se efetivar.

A boca do sertão em que se caracterizou a região de Lençóis em meados do século XIX, cujas terras eram disputadas com os remanescentes indígenas e onde as lavouras iam brotando do chão, não inviabilizou a constituição de famílias escravas estáveis. Estas não só foram transferidas com seus senhores que buscavam novas oportunidades na fronteira, mas também se formaram após o estabelecimento de lavouras e roçados nas novas terras.

Entre os 190 escravos com idade superior a 15 anos arrolados nos inventários de Lençóis entre os anos de 1860-1887, 36,8% deles eram casados ou viúvos, sendo 35,7% entre os homens e 38% entre as mulheres, conforme a tabela 2.1.

Tabela 2.1. Participação proporcional de escravos casados e viúvos acima de 15 anos arrolados nos inventários. Lençóis, 1860-1887

	Casados ou viúvos		Solteiros ou NC		Total	
	N	%	N	%	N	%
Homens	35	35,7	63	64,3	98	100
Mulheres	35	38	57	62	92	100
Total	70	36,8	120	63,2	190	100

Obs.: 1. As porcentagens somam 100% na horizontal.

2. NC – não consta

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

Slenes encontrou variações destes valores conforme a época e a região. No Centro-Oeste paulista, região de grande lavoura, os casados e viúvos maiores de 15 anos

de ambos os sexos eram 41,6%, em 1872, caindo para 29,9% em 1887. No Vale do Paraíba, estes valores caíram de 30,1% para 19,5% entre aquelas duas datas (SLENES, 1999, p. 86).

Mesmo estando Lençóis situada fora da área de grande lavoura de exportação e tendo plantéis de reduzido tamanho, ainda assim cerca de um terço de sua população escrava maior de 15 anos era ou havia sido casada. Portanto, não parece se aplicar a Lençóis a afirmação de Motta, segundo a qual, “*amiúde, a família escrava fazia-se mais presente nos plantéis com maior numero de cativos e em áreas onde a produção organizava-se em maior escala visando ao comércio de exportação.*” (MOTTA, 2001, CD-ROM).

Vê-se, portanto, que os escravos não estavam condenados à vida de trabalho solitária, sem uma companhia que lhes diminuísse as agruras do cotidiano. Alguns plantéis, aliás, eram compostos exclusivamente por famílias, alguns formados por uma única delas, outros por várias. O inventário de D. Maria Thereza D’Ávila arrolava uma família de escravos, o casal Antonio, 36 anos e Nicolina, 35, e o filho deles, Victorino, 16 anos⁶². Já o inventário feito por ocasião do falecimento de João Pires Cardoso, em 1874, indicava um plantel de 6 escravos distribuídos em duas famílias. Joaquim, 40 anos, e sua mulher Maria, mesma idade, e a filha deles, Apolinária, 12 anos, formavam uma delas. Completavam o plantel a crioula Rita, de 40 anos, solteira e com dois filhos Benedito e Paulo, com 7 e 5 anos, respectivamente⁶³.

Dos 54 plantéis arrolados nos inventários de Lençóis entre os anos de 1860-1887, 21 deles não traziam algum tipo de parentesco *declarado* entre os escravos. Claro que era bastante provável que, nestes plantéis, podia haver algum tipo de parentesco que os documentos não registravam. Exemplificando, é razoável supor que o plantel

⁶² CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Maria Thereza D’Ávila, 04 de maio de 1874.

arrolado pelo falecimento de Zacarias Antonio Grilo, em 1871, (Camilo, 60 anos; Margarida, 40; Domingos, 11; e Belizário, 6) formava uma família⁶⁴. No entanto, o documento silencia quanto a isso.

Tabela 2.2. Parentesco nos plantéis de Lençóes, 1860-1887

Casal com filhos		(Pai ou mãe)+filho		Casal sem filhos		Sem parentesco		Total
N	%	N	%	N	%	N	%	N
13	24,1	12	22,2	8	14,8	21	38,9	54

Obs.: As porcentagens somam 100% na horizontal.

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos.

De qualquer modo, em outros 33 plantéis (61,1%) havia algum tipo de parentesco entre alguns cativos (tabela 2.2). Dos plantéis de Lençóes, 24,1% tinham, ao menos, uma família, composta por pai, mãe e filho ou filha. Não tendo uma família nuclear “completa”, outros plantéis apresentavam famílias sem um dos pais (pais viúvos ou mães solteiras ou viúvas). Eram 22,2% deles, enquanto que 14,8% dos plantéis, não tendo nenhuma família das duas anteriores, tinham casais sem filhos declarados. Em 38,9% dos plantéis não havia laços de parentesco declarados entre os escravos. É importante ressaltar que dentre deste último grupo, formado por 21 plantéis, 11 deles eram unitários e 2 compostos por 1 escravo e por “partes” de outros escravos, o que leva à possibilidade destes escravos se encontrarem sem seus parceiros de cativo. Claro que neste caso a possibilidade de uma união ficava comprometida.

A inexistência de grandes plantéis impunha barreiras à formação de uma família nuclear, o que, aliado às condições de formação de lavouras típicas de Lençóes à época, levava à alta incidência de famílias formadas por mães e filhos, sem a figura do pai. Talvez se possa dizer de Lençóes o que Metcalf registrou em seu estudo sobre Santana do Parnaíba durante o século XVIII:

⁶³ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de João Pires Cardoso, 1874

⁶⁴ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Zacarias Antonio Grilo, 1871.

A estrutura econômica da escravidão em Parnaíba e a instabilidade da vida familiar dos escravos de pequenos proprietários encorajaram a formação de famílias escravas matrifocais. Tais famílias formaram-se como parte do ciclo familiar dos escravos, surgindo em épocas de mudança econômica na vida dos proprietários – quando escravos eram vendidos – ou após herança – quando famílias eram separadas. Em tais épocas, o laço familiar mais provável de ser reconhecido e mantido pelos senhores era o entre mãe e filhos. Por razões bastante práticas conservavam-se freqüentemente as mães junto com seus filhos, especialmente os pequenos proprietários, para que elas pudessem continuar a criá-los. O vínculo entre mãe e filhos foi, de certa forma, o menor denominador comum da família escrava, e aquele com maior probabilidade de sobreviver aos deslocamentos durante o ciclo familiar escravo causados por herança ou mudanças econômicas na vida do proprietário (METCALF, 1987, p. 238).

O avanço do café, as lavouras que se iam formando, a chegada de novas famílias em busca de oportunidades que as áreas de povoamento mais antigo já não ofereciam, com certeza não permitiam uma estabilidade suficiente para que os laços familiares entre escravos fossem os mais perfeitos e duradouros. Mas, como vimos, também não os inviabilizou, fazendo com eles se vestissem das mais variadas roupagens como forma de sobrevivência.

Entre os solitários – que formavam plantel unitário -, havia alguns que estavam aparentemente condenados a permanecer nesta condição até o fim da vida. Ou, do pouco que restava dela. A escrava Maria, “*doentia, 50 a 60 anos*”, provavelmente estava nesta situação. Era a única arrolada entre os bens de Vicente Ferreira de Souza no ano de 1873. Severino, 64 anos, “*muito defeituoso*”, avaliado em apenas 5\$000, pode bem parecer a própria personificação da solidão irremediável a que alguns cativos estavam condenados. Era todo o plantel de João Antonio de Mattos quando do falecimento de sua mulher⁶⁵. Talvez nunca seja possível saber se o cativo Severino permanecia junto à família de João como uma retribuição aos serviços prestados e pela

comiseração que causava, ou se vivia como um estorvo, perambulando pela propriedade como um zumbi e que apenas um sentimento de remorso impedia de colocá-lo a correr.

Tão ou mais importante que descobrir relações de parentesco dentre os escravos é averiguar até que ponto a família escrava se mantinha enquanto tal. Como afirmam Florentino & Góes,

de fato, pouco adianta descobrir que o parentesco se traduz no aparecimento de esposas, maridos, filhos, irmãos, avós, netos, tios, sobrinhos e primos, se estas relações não passarem de instantes fugidios e frágeis, presas fáceis do mercado que, onipresente, aparta (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 115).

A estabilidade de certas famílias pode ser medida pela quantidade de filhos que elas geraram, embora este método desconsidere a alta mortalidade infantil entre os cativos. Havia 18 famílias nucleares espalhadas entre os plantéis apontados pelos inventários de Lençóes. Oito delas tinham apenas um único filho e as demais, dois ou mais. Em um inventário de 1874, consta que o casal Ignácio, 50 anos, e Rita, 45, tinha 7 filhos: Thomas, 20 anos; Eva, 18; Adão, 15; Anna, 13; Joaquina, 8; Joaquim, 6; e Joana, 4⁶⁶. Numa relação referente ao ano de 1872, mas contida num inventário de 1876, um casal de cativos, Paulo, 75 anos, e sua mulher Romana, 56, tinham 6 filhos de ambos os sexos (há registros de batismo de cinco outros cujos nomes não constam da relação e que, provavelmente, já haviam falecido dada à alta mortalidade infantil)⁶⁷. Duas das filhas já constituíam família. Uma delas era Silvana, 16 anos, casada com João, 30, de quem tinha uma filha, Liodora, de 2 anos e que, ao longo de vários anos, constituiria uma numerosa prole. Nasceriam Theodoro, ainda em 1872⁶⁸; Porfíria, em 1874⁶⁹; Júlia,

⁶⁵ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Escolástica Maria de Godoy, 1875

⁶⁶ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Donato Ribeiro de Castro, 1874.

⁶⁷ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Manoel Rodrigues da Silva, 1876.

⁶⁸ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro de Batismos 9, registro n.º 420, 30 de novembro de 1872.

⁶⁹ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro de Batismos 80, registro n.º 42, 16 de agosto de 1874.

em 1876⁷⁰; Tertuliana, em 1878⁷¹; Ananias, em 1880⁷²; Benvinde (ou Benvinte), em 1882⁷³; e, por fim, Delfino, em 1886⁷⁴.

Há casos de famílias igualmente estáveis mas cujos proprietários não faleceram no período abarcado por este estudo e, por isso, não foram inventariadas. Estão, no entanto, registradas em outras fontes como os registros de batismo que veremos mais adiante.

São exemplos de famílias que venceram as vicissitudes de uma vida sujeita à toda sorte de percalços e permaneceram assim por muito tempo, talvez à custa de abrir mão de um projeto mais ousado e recompensador, como uma fuga por exemplo. E esta era uma possibilidade real, visto que há referências na década de 1850 à existência de dois quilombos na região. Um deles, em Botucatu, 10 léguas distante, motivou troca de correspondências entre autoridades a respeito “*da necessidade que faz sentir de aver alli um pequeno destacamento afim de com elle poder effectuar as prisões de mtos. desertores que alli existem...*” (CHITTO, [1980], p. 40-41).

Para constituir família, no entanto, o escravo muitas vezes deveria abrir mão de uma escolha mais adequada e se unia a um parceiro cuja idade em muito ultrapassava a sua, conseqüência de plantéis onde o número reduzido de escravos dificultava a união. Dos 28 casais com idades declaradas constantes dos inventários, 8 deles (28,6%) eram formados por cônjuges cujas idades se diferenciavam em 15 anos ou mais, todos eles a favor dos homens. O casal de cativos Matheus e Sabina era um exemplo de disparidade entre as idades. Ele tinha 54 anos e ela apenas 18, em 1875⁷⁵, exatamente a mesma

⁷⁰ CARTÓRIO de Registro Civil e Anexos. Livro A0, registro n.º 90, 11 de junho de 1876.

⁷¹ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro de Batismos 80, registro n.º 910, 03 de junho de 1878.

⁷² ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro de Batismos 80, registro n.º 128, 01 de novembro de 1880.

⁷³ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro de Batismos 80, registro n.º 150, 08 de outubro de 1882.

⁷⁴ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro de Batismos 33, registro n.º 1806, 07 de junho de 1886.

⁷⁵ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Joaquim Alves da Silva, 1875.

situação do casal Izidoro e Mariana, em 1876, diferença, portanto, de consideráveis 36 anos⁷⁶.

Há outros casos reveladores das dificuldades que os plantéis reduzidos impunham à livre escolha dos parceiros. O plantel que D. Luiza Thereza de Jesus legou do finado marido compunha-se de 7 escravos, 3 homens e 4 mulheres⁷⁷. Entre eles um casal formado por Fabiano, 35 anos, e Mariana, 44, portanto, 9 anos mais velha que ele, e doentia. Não há, porém, como saber se o casamento dos dois tinha se dado enquanto faziam parte deste plantel ou se era anterior a ele. Em outro plantel, Manoel, de 23 anos, era casado com Mamedia, de 35⁷⁸.

É claro que em todos estes exemplos não se pode excluir o amor que porventura tivesse levado o casal a se unir. Porém, em circunstâncias em que as possibilidades de escolha fossem mais amplas, provavelmente as uniões se dariam entre cativos com menos disparidades etárias. As conveniências ditadas pela escassez de parceiros certamente foram um estímulo a estas uniões.

2.2. Os registros de casamentos de escravos e libertos

No primeiro dia do mez de abril de mil oitocentos e oitenta e oito, na Igreja Matriz, Joaquim do Amaral, filho legítimo de Gabriel e Francisca, já falecidos, solteiro de vinte e cinco annos, e Serafina, filha natural de Firminia, solteira de dezoito annos, ambos libertos e moradores desta parochia, achados livres de qualquer impedimento canonico, receberam-se em matrimônio na forma determinada pela Igreja Catholica e á face della, em minha presença e das testemunhas, tenente coronel Mamede Feliciano de Oliveira Rocha e Octaviano Martins Brisolla, todos desta parochia.”⁷⁹

⁷⁶ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Manoel Rodrigues da Silva, 1876.

⁷⁷ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de José Botelho de Souza, 1875.

⁷⁸ CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Anna da Rocha Leite, 1875.

⁷⁹ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro 43, casamento n.º 322, 01 de abril de 1888.

Escravos também se casavam perante a Igreja, embora muitas uniões entre cativos não recebessem este sacramento. Entre 1869 e 1888 foram realizados, em Lençóis, 26 casamentos em que ao menos um dos noivos era cativo ou liberto, correspondendo a 3% do total dos matrimônios de livres e cativos ocorridos no período. Apenas em um deles os cônjuges eram cativos de distintos senhores, fazendo eco, portanto, à afirmação de Slenes quando diz que “*era raro, em Campinas um escravo se casar com uma mulher de outro plantel, não só nos anos 1870, mas durante todo o século XIX*” (SLENES, 1987, p. 218), em seu estudo sobre padrões de casamento daquele município.

Os registros de casamentos, como o reproduzido acima, traziam como informações, além do nome de cada um dos cônjuges, sua idade, condição jurídica, filiação, domicílio e nome dos padrinhos. Quando os cônjuges eram escravos, traziam também o nome de seu proprietário.

Os dados constantes destes registros confirmam o que os inventários já apontavam: a procedência mineira de parte da escravaria de Lençóis. A tabela 2.3 indica a naturalidade de 28 dos 52 cônjuges que traziam registrada esta informação. Não foram computadas as naturalidades indicadas como de Lençóis porque acreditamos que normalmente esta informação era negligenciada nestes casos. Desta maneira, os poucos registros que indicavam Lençóis como naturalidade podem enviesar os resultados.

Tabela 2.3. Naturalidade dos cônjuges escravos ou libertos. Lençóis, 1869-1888

	São Paulo		Minas Gerais		África		Outros		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Marido	4	23,5	8	47,1	3	17,6	2	11,8	17	100
Mulher	5	45,5	5	45,5	1	9	0	0	11	100
Total	9	32,2	13	46,4	4	14,3	2	7,1	28	100

Fonte: Livros de Registros de Casamento. Arquivo da Cúria de Botucatu, SP.

Eram naturais da Província de São Paulo 32,2% dos cônjuges cativos ou libertos. De Minas provinham 46,4%, da África, 14,3%, e eram naturais de outras localidades 7,1% dos cônjuges.

Em que pese a pequena amostragem, é significativo que os números sejam bem próximos àqueles auferidos no levantamento da naturalidade dos cativos através dos inventários, onde se registraram 38,2% de naturais da Província de São Paulo; 43,8% da Província de Minas, e 16,9% de africanos. Confirma-se novamente, portanto, a procedência mineira de muitos escravos que ajudaram a desbravar o sertão paulista e casaram-se na paróquia de Lençóes.

É possível também, por esta fonte, avaliar a família escrava no ato do casamento de seus membros. Mais da metade dos registros trazia ao menos o nome de um dos progenitores, reconhecimento da própria sociedade – ou melhor, de parte dela, a Igreja – da importância das relações de parentesco mesmo entre os cativos.

Tabela 2.4. Filiação dos cônjuges escravos ou libertos. Lençóes, 1869-1888

	Pai e mãe		Pai ou mãe		Nc		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Marido	10	38,5	3	11,5	13	50	26	100
Mulher	9	34,6	7	26,9	10	38,5	26	100
Total	19	36,6	10	19,2	23	44,2	52	100

Fonte: Livros de Registros de Casamento. Arquivo da Cúria de Botucatu, SP.

Em 44,2% dos casamentos não havia menção ao nome dos pais dos cônjuges, ou pela não importância atribuída pelo vigário responsável pelo ato, ou pelo desconhecimento que os próprios cativos tinham de sua filiação (tabela 2.4). A primeira hipótese parece a mais plausível. No período abarcado pelos registros – de 1869 a 1888 – passaram pela direção da paróquia de Lençóes 7 vigários (CHITTO, [1980?], p. 70). No período em que o Padre Ambrosio Amâncio Coutinho esteve à frente do comando da paróquia – de 27 de junho de 1884 a 28 de maio de 1887 - foram realizados 5 casamentos de cativos ou libertos. Em nenhum deles há qualquer menção aos pais dos

noivos, o que deixa a impressão de que muitos deles tinham um histórico familiar que era negligenciado pelas autoridades competentes.

De qualquer maneira, 36,6% dos cônjuges tiveram o nome de ambos os pais registrados, independente do sexo. Em 19,2% dos casos, aparecia o nome de apenas um dos pais (em todos, o da mãe), sendo que entre as mulheres isto era mais freqüente. O restante, 44,2%, dos cônjuges não tiveram esta informação por parte da Igreja e ficaram “órfãos”, ao menos nos assentamentos de casamentos.

Com relação à situação jurídica dos casamentos, a predominância era a de que ambos os cônjuges fossem cativos, 57,7% dos casos. Em 23,1% dos casos, um dos noivos era liberto. Houve 4 casamentos em que o homem era escravo e a mulher, liberta. Nos 2 restantes, a situação era inversa, mulher cativa e homem liberto. Nos outros 19,2%, os cônjuges já haviam conquistado sua liberdade (tabela 2.5).

Tabela 2.5. Situação jurídica dos cônjuges. Lençóes, 1869-1888

Escravo X escravo	Escravo X liberto	Liberto X liberto	Total
15 (57,7%)	6 (23,1%)	5 (19,2%)	26 (100%)

Fonte: Livros de Registros de Casamento. Arquivo da Cúria de Botucatu, SP.

Embora o número de ocorrências seja pequeno, surpreende o número de casamentos entre escravos e libertos. Visto que a comunidade escrava de Lençóes era pequena, assim como era pequena a possibilidade de casamentos entre escravos e livres, a única possibilidade para certos libertos talvez fosse sua união com um parceiro ainda cativo.

Já nos referimos às dificuldades impostas aos cativos para a realização de casamentos, das quais a existência de pequenos plantéis era a mais evidente, o que limitava – ou mesmo impedia, nos casos extremos - a possibilidade de escolha. Uma opção seria a escolha do cônjuge em outro plantel, mas isto também tinha sérias limitações. As propriedades estavam espalhadas sobre uma vasta área na qual se

localizava Lençóes, e o contato descontínuo entre os escravos de um e outro plantel diminuía as possibilidades de que os arranjos matrimoniais fossem consensuais ou sacramentados pela Igreja. De fato, como já dito, foi verificada apenas uma união entre cativos de diferentes senhores.

As vicissitudes da instituição escravidão imperavam, mas a estabilidade das famílias posta à prova foi um fato em muitas ocasiões. Talvez o caso do escravo Paulino seja uma exceção, mas os fatos relacionados à sua vida e as circunstâncias em que ocorreram mostram que o cativo foi muito mais complexo do que pode parecer à primeira vista.

É uma história de muitos “talvez”, mas vale a pena tentar reconstituí-la. No dia 31 de dezembro de 1867, Francisca Antonia de Jesus deu à luz uma menina a que chamou Luiza⁸⁰. O pai era incógnito, o que pode ter influenciado na decisão de preferir batizá-la numa cerimônia mais íntima, menos pública. O escravo Paulino, talvez por uma deferência especial de sua senhora D. Mariana Garcia de Souza, foi o padrinho, sendo madrinha Vicência Emerenciana de Sant’Anna. A cerimônia de batismo foi realizada em 26 de janeiro de 1868 e tudo leva a crer que, não havendo menção explícita, tanto a mãe quanto a madrinha eram pessoas livres. No dia 12 de agosto de 1871, Paulino, então com 37 anos, casou-se com a liberta Gertrudes Maria da Conceição⁸¹. Com o falecimento de sua senhora, Paulino foi arrolado entre os bens de D. Mariana no inventário mandado fazer em 13 de abril de 1875, junto com outros cinco escravos⁸². É descrito como mulato, de idade 42 anos, doentio, natural de Minas e avaliado em 800\$000. Permanecia casado com a liberta Gertrudes. A falecida D. Mariana morava na fazenda do Bauru (onde se constituiria o município de mesmo

⁸⁰ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro 9. Batismo n.º 461, 26 de janeiro de 1868.

⁸¹ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro 15. Casamento n.º 142, 12 de agosto de 1871.

⁸² CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Agudos, SP. Inventário de Mariana Garcia de Souza, 13 de abril de 1875.

nome, emancipado em 01 de agosto de 1896. Portanto, localizado mais ainda sertão adentro). Há um único registro de nascimento conhecido de filho. José nasceu em outubro de 1875, filho de Gertrudes Maria do Rozário⁸³ (em outro registro aparece como “da Conceição”) e do escravo Paulino, pertencente a Domingos Luis dos Santos, filho da falecida D. Mariana. Por fim, 8 anos depois de casado, Paulino consegue comprar sua liberdade “*mediante a quantia de quatrocentos mil réis, que nesta dacta recebi em moeda corrente*”, conforme declaração de Domingos, datada de 18 de setembro de 1879, no Sítio do Bauru⁸⁴.

Em que condições o escravo Paulino pôde levar uma vida conjugal e familiar com a liberta Gertrudes e o filho José, e como pôde acumular a quantia necessária para comprar sua liberdade nunca passarão talvez de conjecturas. Mas, algumas certezas podemos ter de sua vida. A primeira diz respeito ao fato de que Paulino permaneceu casado por muitos anos, tendo ao menos um filho, mesmo no desconforto de ser escravo tendo como companheira uma liberta, o que provavelmente limitava em muito suas ações. Talvez as vicissitudes provocadas por esta situação tenham sido superadas pela esperança do casal em conseguir, um dia, a alforria para Paulino. Outra certeza diz respeito ao fato de que o cativo teve condições de acumular dinheiro para comprar sua própria liberdade e constituir, finalmente, uma família liberta. E por fim a certeza de que alguns senhores não impunham obstáculos definitivos a seus escravos de modo a impedi-los de casarem-se com pessoas de condição jurídica diferente das suas.

2.3. Batismos de escravos e ingênuos

No dia 2 de novembro de 1861 ocorreu o batismo de um escravo de nome Joaquim. O vigário assim registrou o fato:

⁸³ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro 29, registro de batismo n.º 646, 31 de janeiro de 1876.

⁸⁴ TABELIÃO de Notas e 2º de Protesto de Agudos. Livro de Notas n.º 15.

Aos dous de novembro de hum mil oitocentos e sessenta e hum, na Igreja Matriz desta freg^a de Nossa Senhora da Piedade dos Lençóes, batizei e pus os Sanctos Oleos á Joaquim, filho de pai incógnito e de Francisca, solteira, escrava de José Pedroso do Amaral. Padrinhos Mathias Teixeira da Silva Pinto e sua mulher D. Francisca Maria de Almeida. Todos desta.

Vig^o Antonio de Sant' Anna Ribas Sandim⁸⁵

Assim como este, centenas de outros registros de batismo trazem informações sobre o mundo da escravidão. Normalmente, constam desta fonte a data do evento, o local, o nome do batizando, o nome dos pais acompanhado do estado civil e condição jurídica, o nome do proprietário (quando os pais eram escravos), os padrinhos e sua condição jurídica e, por fim, o nome do vigário.

Enquanto boca do sertão, Lençóes não prescindiu do trabalho escravo em suas lavouras e atividade criatória. A população escrava que habitava a região se reproduzia, a par do incremento populacional via entrada de novos cativos de áreas de povoamento mais antigo. Entre 1860, data do primeiro registro e 1871, por ocasião da lei do Ventre Livre, foram batizadas 89 crianças escravas, 40 meninos e 49 meninas. Após o Ventre livre e até a abolição foram batizados 233 ingênuos, 122 meninos e 111 meninas (tabela 2.6).

Tabela 2.6. Batismos de crianças livres e escravas/ingênuas. Lençóes, 1860-1888

Ano	População livre				Total		Escravos/ingênuos*				Total	
	Meninos		Meninas				Meninos		Meninas			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1860-1871	543	52,6	490	47,4	1033	100	40	44,9	49	55,1	89	100
1871-1888	1934	52,3	1764	47,7	3698	100	122	52,4	111	47,6	233	100
Total	2477		2254		4731		162		160		322	

* A partir de 28 de setembro de 1871, ingênuos.

Fonte: Registros de batismos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

No primeiro período, os batizados de escravos representavam 7,9% (89 casos) do total de 1122 registros referentes à população livre e escrava. Para o período

seguinte, do total de 3931 crianças batizadas, 5,9% (233 ocorrências) eram ingênuas. Embora tenha se verificado uma menor participação de crianças ingênuas entre o total de batizados, a verdade é que ocorreu um aumento de batizados de filhos de escravos do primeiro para o segundo período. Senão, vejamos: entre 1860-1871 foram batizadas 89 crianças escravas, média de 7,4 por ano. No período seguinte, foram batizados 233 ingênuos, média de 12,9 por ano. Portanto, a Lei do Ventre Livre de 1871 parece ter estimulado as cativas para a procriação, sem o perigo de ver os filhos condenados à escravidão. Voltaremos a esta questão adiante.

2.4. Batismos de escravos e ingênuos: filhos legítimos e naturais

A família escrava formada no período anterior à lei do Ventre Livre se diferenciava significativamente daquela verificada após 1871. No primeiro caso temos, proporcionalmente, um número maior de filhos legítimos, isto é, registrado com o nome de ambos os pais (tabela 2.7).

Tabela 2.7. Pais e mães de escravos e ingênuos. Lençóis, 1860-1888

Período	Mães	Pais	Filhos*		Total de filhos	Filhos legítimos (%)
			Filhos	Filhas		
1860-1871	70	32	40	49	89	36
1871-1888	155	36	122	111	233	15,5
Total	225	68	162	160	322	21,1

* Até 1871, escravos; depois, ingênuos.

Fonte: Registros de batismos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

Entre 1860 e 1871 foram batizados 40 meninos e 49 meninas. Deste total de 89 crianças, 36% (32 casos) eram filhos legítimos. No período posterior, 1871-1888, das 233 crianças batizadas (122 meninos e 111 meninas), apenas 15,5%, (36 delas), eram filhos legítimos. Estes números parecem lançar evidências de que havia uma

⁸⁵ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro 9, registro de batismo n.º 104, 02 de novembro de 1861.

preocupação senhorial em incentivar a união de casais e famílias de escravos de modo a garantir reprodução de mão-de-obra para os trabalhos nas lavouras. Vimos, anteriormente, que as mulheres bem valorizadas no mercado, tanto ou mais que os homens e isso como resultado de sua condição de reprodutora num período em que havia dificuldade de reposição de mão-de-obra. O incentivo à união de casais de cativos talvez fizesse parte de uma estratégia que teria sido abandonada a partir de 1871, quando, pela Lei do Ventre Livre, crianças passariam a gozar de um outro status jurídico, o que teria levado os senhores a descuidar dos vínculos familiares entre os escravos. Este descuido, por sua vez, não teria levado à diminuição do número de filhos, como já vimos. Pelo contrário, e mais tarde retornaremos a este ponto, o que ocorreu foi um aumento na natalidade, estimulada, a nosso ver, pelo fato de que o ventre livre havia libertado a mãe cativa do peso de ver seus eventuais filhos viverem na escravidão. A confrontação destes números com outros extraídos de outras localidades poderia confirmar ou não esta hipótese.

2.5. Batismos de escravos e ingênuos: padrinhos e madrinhas

Os registros de batismos revelam muito mais do que a riqueza em escravos acumulada pelos senhores. Eles podem nos dar indicações das relações sociais e de controle que se estabeleciam entre os cativos e entre estes e seus senhores, através, por exemplo, das relações de compadrio que os batizados instituíam. Segundo Gudeman e Schwartz, *“uma dimensão peculiar do compadrio é que ele é produzido na Igreja entre indivíduos que o carregam para fora da instituição formal. O compadrio é projetado para dentro do ambiente social.”* (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 37). Querem dizer com isto que a escolha do padrinho era determinada pelo contexto social e, neste caso, os proprietários não eram os padrinhos de seus próprios escravos. Segundo eles,

a despeito de quem escolhia os padrinhos, parece provável que os senhores recusavam-se a servir de padrinhos para seus próprios escravos, porque se assim o fizessem, sugeririam inclinação a revogar algo de seu próprio poder (GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 43).

Quanto a isto, há posições conflitantes. Estudando as solidariedades entre os escravos, Kátia Mattoso vislumbra esta possibilidade ao afirmar que

ser afilhado de um senhor é gozar de uma situação privilegiada e de proteção especial no grupo dos escravos; a obediência e a humildade tornam-se mais fáceis. Além disso, algumas vezes o afilhado é filho de um senhor que não quis admitir publicamente a filiação do recém-nascido (MATTOSO, 1982, p. 132).

Florentino e Góes, analisando os batismos e, mais especificamente, a escolha dos nomes para os batizados, vêem aí uma maneira de estabelecer alianças, primordiais para o papel estabilizador das famílias. Retomando uma idéia já citada neste trabalho, dizem os autores que

a família escrava se abria, pois, e, no contexto específico da escravidão, tal abertura tinha um sentido eminentemente político. Na verdade, o que se buscava era aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção, para o que se contava inclusive com ex-escravos, escravos pertencentes a outros senhores e, em casos eventuais, com alguns proprietários (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 90).

De qualquer modo, parece claro que a escolha de padrinhos de batismo, numa sociedade que valorizava certas práticas cristãs, assumia um caráter de relações solenes e simbólicas que extrapolavam o simples ato na pia batismal e não devia passar despercebido tanto pelos cativos quanto por seus senhores.

Tabela 2.8. Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de crianças escravas de ambos os sexos. Lençóes, 1860 -1871

Madrinhas	Padrinhos						Total
	Livres	%	Escravos	%	Libertos	Nenhum	
Livres	66	71	1	1,1	-	-	67
Escravas	3	3,2	21	22,5	-	-	24
Libertas	-	-	2	2,2	-	-	2
Nenhuma	-	-	-	-	-	-	-
Total	69	74,2	24	25,8	-	-	93

Fonte: Registros de batismos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

Comparando os dados das tabelas 2.8 e 2.9, relativos ao apadrinhamento de escravos e ingênuos, é possível estabelecer uma alteração no padrão de escolha dos padrinhos. Enquanto que para os cativos, o apadrinhamento escravo (padrinho e madrinha) atinge 22,6% (21 casos em 93 batizados); para os ingênuos este tipo de apadrinhamento cai a 10,8% (25 em 231 casos). O apadrinhamento de crianças escravas por padrinho e madrinha livres atinge a marca de 71% (66 casos), enquanto que para os ingênuos esta cifra se eleva a 80,1% (185 casos). O apadrinhamento misto (escravo com livre/liberto) era 6,5% (1,1% + 2,2% + 3,2%, ou 6 casos) entre os cativos e 7,3% entre os ingênuos (3% + 0,4% + 2,2% + 1,7% , ou 17 casos).

Tabela 2.9. Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de crianças ingênuas de ambos os sexos. Lençóes, 1871-1888

Madrinhas	Padrinhos								Total
	Livres	%	Escravos	%	Libertos	%	Nenhum	%	
Livres	185	80,1	5	2,2	-	1	0,4		191
Escravas	7	3	25	10,8	1	0,4	-		33
Libertas	-	-	4	1,7	1	0,4	-		5
Nenhuma	-	-	2	0,9	-	-	-		2
Total	192	83,1	36	15,6	2	0,9	1	0,4	231

Fonte: Registros de batismos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

Vimos que a legitimidade entre os filhos escravos era maior que entre os ingênuos (tabela 2.7). Temos agora que entre os primeiros havia uma maior participação de escravos entre os padrinhos. Não seria o caso de se pensar, aqui também, em estratégia senhorial de incentivo ao casamento e, conseqüentemente, reprodução,

acendendo para a livre escolha dos padrinhos por parte dos pais que, neste caso, prefeririam fortalecer os laços de solidariedade grupal escolhendo padrinhos também escravos? E que, com a Lei do Ventre Livre, esta estratégia teria sido abandonada, e os padrinhos escolhidos desta feita dentre os livres? Os números parecem indicar esta possibilidade.

Para algumas freguesias da Bahia do século XVIII (1780-1789), Gudeman e Schwartz encontraram entre as crianças escravas 11,6% de apadrinhamento por escravos (padrinho e madrinha), e 42,9% de apadrinhamento por livres. Portanto, estes números não encontram correspondência em Lençóis, onde padrinhos livres não eram inferiores a 70% (tabelas 2.8 e 2.9).

Tabela 2.10. Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de meninos escravos. Lençóis, 1860-1871

Madrinhas	Padrinhos						Total	%
	Livres	%	Escl.	%	Libertos	Nenhum		
Livres	28	65,1	1	2,3	-	-	29	67,4
Escravas	1	2,3	13	30,3	-	-	14	32,6
Libertas	-	-	-	-	-	-	-	-
Nenhuma	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	29	67,4	14	32,6	-	-	43	100

Fonte: Registros de batismos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

Os meninos escravos tinham mais possibilidade de serem batizados por padrinhos também escravos (tabela 2.10). Em Lençóis, isto ocorreu em 30,3% dos batismos no período anterior à Lei do Ventre Livre enquanto que para as meninas este tipo de apadrinhamento era quase a metade, 16% (tabela 2.11). Ambos os padrinhos livres eram 65,1% dos casos para os meninos e 76% para as meninas. Apadrinhamentos mistos eram apenas 4,6% (2,3% + 2,3%) para os meninos e 8% (4% + 4%) para as meninas. No seu já referido estudo, Gudeman e Schwartz encontraram maior possibilidade de meninos escravos terem padrinhos livres (67,6%) do que as meninas escravas (58,1%).

Tabela 2.11. Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de meninas escravas. Lençóis, 1860-1871

Madrinhas	Padrinhos						Total	%
	Livres	%	Escr.	%	Libertos	Nenhum		
Livres	38	76	-	-	-	1	38	76
Escravas	2	4	8	16	-	-	10	20
Libertas	-	-	2	4	-	-	2	4
Nenhuma	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	40	80	10	20	-	-	50	100

Fonte: Registros de batismos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

Para o período posterior à Lei do Ventre Livre, as diferenças decorrentes do sexo não eram tão pronunciadas. Neste caso, tanto meninas quanto meninos tinham quase a mesma possibilidade de serem batizados por livres ou escravos. Os meninos ingênuos tiveram 10% de apadrinhamento por ambos os padrinhos escravos (tabela 2.12), enquanto que as meninas tiveram 11,7% deste tipo de apadrinhamento (tabela 2.13).

Tabela 2.12. Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de meninos ingênuos. Lençóis, 1871-1888

Madrinhas	Padrinhos								Total	%
	Livres	%	Escr.	%	Libertos	%	Nenhum	%		
Livres	97	80,9	3	2,5	-	-	1	0,8	101	84,2
Escravas	4	3,3	12	10	1	0,8	-	-	17	14,1
Libertas	-	-	1	0,8	-	-	-	-	1	0,8
Nenhuma	-	-	1	0,8	-	-	-	-	1	0,8
Total	101	84,2	17	14,1	1	0,8	1	0,8	120	100

Fonte: Registros de batismos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

Eram batizados por ambos os padrinhos livres 80,9% dos meninos ingênuos e 79,3% das meninas. A porcentagem de apadrinhamento misto era de 7,4% (3,3% + 2,5% + 0,8% + 0,8%) entre os meninos e 7,2% (2,7% + 1,8% + 2,7%) entre as meninas.

Tabela 2.13. Estatuto legal de padrinhos e madrinhas de meninas ingênuas. Lençóis, 1871-1888

Madrinhas	Padrinhos								Total	%
	Livres	%	Escr.	%	Libertos	%	Nenhum	%		
Livres	88	79,3	2	1,8	-	-	-	-	90	81,1
Escravas	3	2,7	13	11,7	-	-	-	-	16	14,4
Libertas	-	-	3	2,7	1	0,9	-	-	4	3,6
Nenhuma	-	-	1	0,9	-	-	-	-	1	0,9
Total	91	82	19	17,1	1	0,9	-	-	111	100

Fonte: Registros de batismos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

Em poucos casos era relacionada como madrinha “Nossa Senhora da Piedade” (nas tabelas entram na categoria de “nenhuma”).

Salvador, escravo de Delfino Alexandrino Oliveira Machado, devia ter uma certa ascendência sobre os demais escravos, talvez uma figura respeitada na comunidade. Foi padrinho em cinco ocasiões. Em 1884, batizou Baptista⁸⁶, do plantel de José Modesto da Costa, juntamente com Maria, escrava do mesmo José Modesto; no ano seguinte, batizou Benedita⁸⁷, cuja mãe pertencia ao Capitão Antonio Frutuoso, sendo madrinha Thomazia, de proprietário não registrado; no mesmo ano de 1885, outro batismo, desta vez de Estevão⁸⁸, plantel do coronel Joaquim de Oliveira Lima, tendo como madrinha a já referida escrava Maria; em 1887, os mesmos Salvador e Maria batizaram Benta⁸⁹, do plantel do mesmo coronel; por fim, no mesmo ano, o escravo Salvador batizou Julia⁹⁰, de plantel não registrado, juntamente com Joana, escrava do capitão Antonio Frutuoso.

Estes registros deixam-nos entrever que a despeito das distâncias entre as fazendas e o relativo isolamento a que estava sujeita uma parcela da escravaria, havia espaço e oportunidades para o encontro e para o estabelecimento de laços de compadrio, como foi o caso de Salvador e Maria. Além disso, os registros nos permitem concluir que ocorreu uma alteração no apadrinhamento dos filhos dos escravos. Havia mais padrinhos escravos antes da Lei do Ventre Livre do que após ela, quando aumenta o apadrinhamento de filhos de escravos por padrinhos livres. Como já afirmado, isto sugere uma concessão dos proprietários aos escravos, talvez como estímulo à

⁸⁶ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro 80, registro n.º 170, 02 de março de 1884.

⁸⁷ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro 33, registro n.º 1519, 10 de janeiro de 1885.

⁸⁸ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro 33, registro n.º 1651, 08 de setembro de 1885.

⁸⁹ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro 33, registro n.º 1913, 03 de janeiro de 1887.

⁹⁰ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro 33, registro n.º 2007, 05 de julho de 1887.

reprodução natural de mão-de-obra cativa, importante num contexto de distância dos mercados fornecedores de escravos.

2.6. Reprodução natural da mão-de-obra cativa

Tomando novamente como base os inventários, procuraremos agora averiguar a possibilidade de que tenha havido crescimento vegetativo nos plantéis de Lençóis como alternativa à manutenção do sistema escravista, tendo em vista o final do tráfico e as dificuldades de reprodução da mão-de-obra cativa, decorrência da distância dos mercados fornecedores de cativo. Esta possibilidade fica de antemão bastante reforçada tendo em vista a existência de registros de batismos de escravos e ingênuos para o período de 1860-1888.

Vimos, anteriormente, que pode ter havido um incentivo senhorial ao casamento entre escravos e que esta seria uma estratégia que garantiria, ao menos em parte, a reprodução de braços cativos para as lavouras. Avançaremos, agora, na verificação do sucesso desta estratégia.

Estudando a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais a partir dos dados contidos na Classificação dos Escravos, Marcondes & Garavazo encontraram elementos para confirmar esta hipótese. De acordo com os autores,

diante dos indicadores encontrados – ligeira predominância do sexo masculino na população, elevada participação de crianças e maior razão criança-mulher entre os municípios paulistas analisados – podemos considerar a possibilidade de reprodução natural como uma das fontes para a manutenção da escravidão em Batatais. O fato da economia estar orientada para a pecuária e cultivo de subsistência também pode ter contribuído para a importância da reprodução natural (MARCONDES; GARAVAZO, 2002).

Ainda segundo eles, tal economia não seria suficiente para a geração de recursos que possibilitasse a compra maciça de escravos, sendo assim, a reprodução natural seria uma das alternativas mais viáveis para manter o sistema.

Outra região cuja economia girava em torno da pecuária e agricultura de subsistência e que pode ter recorrido à reprodução natural foi estudada por Gutiérrez. Trata-se do Paraná, entre os anos 1800-1830. Encontrou este autor uma alta participação de escravas adultas nas atividades agrícola (litoral) e pecuária (planalto) (GUTIÉRREZ, 1986, p. 39); um elevado número de crianças (GUTIÉRREZ, 1986, p. 43), e uma razão criança mulher de 1,03 entre os escravos no ano de 1804 (103 crianças entre 0 e 9 anos para cada 100 escravas em idade fértil). Dados que levaram o autor a afirmar que,

em suma, as constatações [...] levam a crer que o perfil jovem da população escrava no Paraná nas três primeiras décadas do século XIX, deveu-se em boa medida à existência de uma natalidade elevada entre os cativos. À reprodução natural poder-se-iam atribuir, razoavelmente, o equilíbrio dos sexos encontrado entre os escravos, as baixas idades medianas e as altas razões crianças-mulheres (GUTIÉRREZ, 1986, p. 48).

Tendo Lençóis uma economia não integrada ao comércio de longa distância e com uma produção baseada na pecuária e agricultura de subsistência, à semelhança dos exemplos citados, é razoável supor que também neste caso houvesse a possibilidade de recurso à reprodução natural dos cativos. Parece que foi o que aconteceu.

Tabela 2.14. População escrava de Lençóis segundo a faixa etária

Faixa etária	Meninos		Meninas		Total	
	N	%	N	%	N	%
0-9	31	18,6	36	23,5	67	20,9
10 ou mais	136	81,4	117	76,5	253	79,1
Total	167	100	153	100	320	100

Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos SP.

Lençóis apresentava uma alta participação de crianças na população escrava total, segundo os inventários (tabela 2.14). Eram 18,6% de meninos que tinham entre 0

a 9 anos e 23,5% de meninas na mesma faixa etária, totalizando 20,9% de crianças. Além disso, outro indicador da existência da reprodução natural cativa se mostra através de uma alta porcentagem de mulheres em idade fértil (15 a 49 anos). Eram 53,6% da população escrava feminina de Lençóes (82 entre 153 mulheres). Por fim, a razão criança-mulher mostra que para cada mil mulheres em idade fértil havia 817 crianças entre 0 e 9 anos (razão criança-mulher de 817, seguindo a metodologia usada por Marcondes & Garavazo, e 0,817 pela metodologia de Gutiérrez).

Estes números aproximam Lençóes da situação encontrada por Marcondes & Garavazo em Batatais, conforme a tabela 2.15.

Tabela 2.15. Crianças, mulheres em idade fértil e razão criança-mulher na população escrava em várias localidades paulistas

Cidades	Crianças de 0 a 9 anos (%)	Mulheres em idade fértil (%)	Razão criança-mulher
Bananal	15,8	61,0	722
Batatais	25,2	51,2	1.070
Iguape	20,0	64,8	764
Lençóes	20,9	53,6	817
Limeira	13,4	62,9	553
Lorena	17,1	65,8	651
S. Luis do Paraitinga	13,7	68,6	503
São Sebastião	18,8	61,5	607
Taubaté	16,9	60,4	696

Fonte: Lençóes: Fonte: 54 inventários. Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos SP. Outras localidades: Marcondes & Garavazo, 2002.

Estes dados parecem autorizar a hipótese de uma reprodução natural nos plantéis lençoenses como alternativa à aquisição via compra de escravos. Os registros de batismo disponíveis no Arquivo da Cúria de Botucatu referente à Lençóes reforçam esta possibilidade. A tabela 2.16 mostra o número de crianças nascidas em relação ao número de mães para cada um dos dois períodos em que foi dividido o recorte temporal.

Tabela 2.16. Média de filhos escravos e ingênuos. Lençóes, 1860-1888

	1860-1871*	1871-1888**	Total
Mães	72	153	225
Filhos	76	231	307
Relação filhos/mãe	1,06	1,51	1,36

* Até 28 de setembro de 1871.

** A partir de 29 de setembro de 1871.

Fonte: Registros de Batismos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

No período anterior à Lei do Ventre Livre, foram registradas 76 crianças cativas, filhas de 72 mães, perfazendo uma média de 1,06 crianças por mãe; no período posterior à emancipação dos ingênuos nasceram 231 crianças para 153 mães, média de 1,51 ingênuos por mãe cativa. Ou seja, ocorreu um aumento de 42,4% de um para outro período. É lícito pensar que a estratégia senhorial de incentivar a procriação das cativas, cercando-as de condições para tal (um parceiro, cerimônia sacramentada pela Igreja, padrinhos escravos), pode não ter dado resultados tão promissores, uma vez que, com o ventre livre e a perda de condição de reprodutora das cativas, elas passaram a ter mais filhos. Claro que o fato de tê-los para nunca os ver propriedade de alguém pode ter colaborado para o incremento da natalidade escrava. Afinal, as crianças não carregariam o estigma que havia marcado para sempre seus pais, o de não ser dono do próprio destino.

2.7. As alforrias

“Aos dezesseis dias do mez de outubro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e secenta e oito, nesta Villa de Lençóes do Termo e Comarca de Botucatu, da Província de São Paulo, em meu cartório compareceu Gabriel ex-escravo de Balbina Brandina Maria de Jesus, viúva do Capitão José Pedroso do Amaral, e me requereu que lançasse em notas quatro cartas de liberdade, e que faço em razão de estarem selladas, e são de theor seguinte: número trez reis duzentos reis pagou duzentos reis de sello. Lençóes nove de outubro de mil oitocentos e secenta e oito, Almeida Toledo. Por este declaro que sou senhora e possuidora de um casal de escravos de nome Gabriel e Francisca, e bem assim um crioulinho pequeno de nome José de idade de trez anos filho dos mesmos já

acima referidos, aos quaes Gabriel, Francisca e José de minha livre e espontânea vontade, e sem constrangimento de pessoa alguma, concedo desde já a liberdade, e de facto libertos ficão de hoje para sempre, a fim de que desde já possam gozar de sua liberdade, como se fora de ventre livre e como livre (...) pôr virtude deste meu escripto sem que ninguém possam chamar jamais a escravidão por qualquer pretexto seja pois que eu como senhora que sou dos dictos Gabriel, Francisca e José, lhes concedo a mesma liberdade, sem clausula ou condição, e quero que este meu escripto lhes sirvão de prova e lhe sejam profícuo em todo o tempo. E para firmeza e segurança fiz, digo, mandei fazer este por Antonio Francisco de Oliveira Bittencourt, e por eu não saber ler e nem escrever o mesmo a meu rogo assigna-se com duas testemunhas. Villa de Lençóes, vinte e quatro de setembro de mil oitocentos e secenta e oito. Arrogo de Dona Balbina Brandina Maria de Jesus – Antonio Francisco de Oliveira Bittencourt, testemunha presente Francisco de Paula Rodrigues, Francisco Gomes Monteiro. Número dois reis duzentos, pagou duzentos reis de sello. Lençóes, nove de outubro...”⁹¹

Cartas de liberdade – ou alforria –, como a acima descrita, são uma fonte de uso relativamente recente na historiografia brasileira. As informações nelas contidas ajudam a formar um quadro mais detalhado da escravidão que vigorou por séculos em nosso país. A frequência com que elas eram concedidas podem nos dar indicações das relações entre senhor e escravo e das condições em que elas ocorriam.

Normalmente, uma carta de liberdade trazia como informações o nome do escravo, sua idade e naturalidade, o nome do proprietário, as condições em que a liberdade era concedida (incluindo valor, quando era o caso), e local e data da concessão.

Assim como em outras áreas do Brasil onde houve escravidão negra, as alforrias em Lençóes eram concedidas das mais variadas formas. Tanto podiam ser onerosas, implicando o pagamento em serviços, em dinheiro, ou através do Fundo de

⁹¹ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Escrituras, 1863-1869, caixa 13.

Emancipação, como podiam ser gratuitas, expressando justificativas as mais variadas para tais atos.

Para o presente estudo, foram analisadas 69 alforrias, ou cartas de liberdade, como eram mais comumente chamados os documentos que libertavam os escravos, distribuídas entre os anos de 1863 e 1888. A maior parte (63,8%) é datada da década de 1880. Foram libertados 94 escravos, sendo 52 homens e 42 mulheres.

Tabela 2.17. Tipos de alforria: % do sexo em cada tipo. Lençóis, 1863-1888.

	Gratuitas		Onerosas		Total	
	N	%	N	%	N	%
Homens	19	36,5	33	63,5	52	100
Mulheres	15	35,7	27	64,3	42	100
Total	34	36,2	60	63,8	94*	100

* Incluídas neste número 5 “partes” de escravos.

Fonte: Livro de Notas 1 a 35. Tabela de Notas e 2º de Protesto. Agudos, SP.

Ocorreram em nossa amostragem 34 alforrias gratuitas, correspondendo a 36,2% do total, distribuídas de modo bastante semelhante entre cativos e cativas. Os homens foram aquinhoados com 36,5% delas, e as mulheres, 35,7%. As demais 63,8% eram alforrias onerosas, ou seja, envolviam algum tipo de pagamento (Tabela 2.17). Parte significativa dos homens, 66,7%, pagaram sua alforria em serviços; 18,2% o fizeram em dinheiro, e 15,1% foram alforrias que os cativos conseguiram através do Fundo de Emancipação. As alforrias da mulheres escravas, por outro lado, ficaram concentradas em pagamentos em serviço, 63%, e através do Fundo de Emancipação, 37% (tabela 2.18).

Tabela 2.18 Tipos de alforria onerosa: % do total oneroso. Lençóis, 1863-1888.

	Pagamentos em serviços		Pagamentos em dinheiro		Fundo de Emancipação		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Homens	22	66,7	6	18,2	5	15,1	33	100
Mulheres	17	63	-	0	10	37	27	100
Total	39	65	6	10	15	25	60	100

Fonte: Livro de Notas 1 a 35. Tabela de Notas e 2º de Protesto. Agudos, SP.

Com relação ao tipo de alforria, os números diferem daqueles encontrados por Subrinho, ao analisá-las em Sergipe, em relação aos anos de 1873 e 1886. Encontrou este autor 55,99% de alforrias gratuitas, contra 44,01% de onerosas (SUBRINHO, 2000, p. 114).

Eisenberg, por outro lado, estudando esta mesma documentação em Campinas, Província de São Paulo, entre 1798 e 1888, verificou uma tendência, ao longo do tempo, de diminuição das onerosas e aumento das gratuitas. Se nos detivermos aos dois últimos períodos estudados por Eisenberg, e que correspondem ao período em que estamos analisando a concessão de alforrias na boca do sertão, veremos que entre 1875 e 1885, em Campinas, as alforrias gratuitas corresponderam a 46,2%, e as onerosas, 53,8%. No período seguinte, 1886-1888, a situação se inverteu, ficando as gratuitas em 61,9%, e as onerosas, 38,1% (EISENBERG, 1989, p. 282). Em qualquer dos períodos, entretanto, as alforrias gratuitas eram percentualmente maior do que as encontradas em Lençóis.

No mesmo estudo, Eisenberg analisou os tipos de alforria onerosa encontrados. Embora incluindo dois tipos que não contemplamos em nosso trabalho pela ausência de ocorrências (“Pagamento em mercadoria” e “Combinação” entre alguns tipos), o autor encontrou para seus dois últimos períodos (1875-1885 e 1886-1888), de 37,6% a 30,4% de alforrias pagas em dinheiro, e de 55% a 62,9% pagas através de prestação de serviços (EISENBERG, 1989, p. 282). Em nosso caso (tabela 2.18), se incluirmos as alforrias pagas pelo Fundo de Emancipação na categoria “Pagamentos em dinheiro”, teremos números equivalente (65% em serviços; 35% em dinheiro).

As alforrias concedidas em relação à distribuição por sexo demonstram que na boca do sertão os escravos homens eram mais alforriados do que as mulheres,

fenômeno que é contrastante em relação aos dados para o Brasil como um todo. Quando se analisa as alforrias por faixas de idade as diferenças ficam ainda mais evidentes. Do total de escravos alforriados, 38,3% (36 em 94 casos) estavam na idade produtiva, aqui considerada a faixa de 15 a 49 anos (tabela 2.19). Se levarmos em consideração apenas os escravos dos quais a idade é conhecida (50 escravos), veremos que o índice de alforriados produtivos é muito alto, 72%. Dentre estes, havia uma distribuição equitativa por sexo, sendo 50% homens, e 50% mulheres. Apenas 9,9% dos alforriados tinham entre 0 e 14 anos, e 5,5% eram já velhos, com 50 anos ou mais.

É claro que estes números devem ser vistos com cuidado, uma vez que é alto o índice de escravos cuja idade não consta nas cartas de liberdade. De qualquer modo, parece fora de dúvida que as alforrias em Lençóis não seguiam o padrão verificado nas regiões de povoamento mais antigo. Eisenberg, por exemplo, no estudo já citado, afirma que os dados de Campinas parecem confirmar a impressão geral de que escravos muito jovens ou velhos receberam um número desproporcional de alforrias, mesmo alertando para o grau de incerteza das informações (EISENBERG, 1989, p. 277).

Tabela 2.19. Alforrias por faixas de idade. Lençóis, 1863-1888.

Faixas de idade	Homens		Mulheres		Total
	N	%	N	%	N
0-14*	8	88,9	1	11,1	9
15-49	18	50	18	50	36
50 ou mais**	4	80	1	20	5
Não consta	22	50	22	50	44
Total	52	55,3	42	44,7	94

* incluídos 2 escravos descritos como “filhos de...”

** incluídos 2 escravos descritos como tendo idade “avançada”.

Fonte: Livro de Notas 1 a 35. Tabelião de Notas e 2º de Protesto. Agudos, SP.

O mesmo pode ser dito com relação ao tipo de alforria por faixas de idade. Aqui, o padrão parece também não se confirmar. As alforrias onerosas são a grande

maioria em todas as idades e representam 66,7%, entre as crianças; 74,4%, entre os adultos; e, 80%, entre os velhos (tabela 2.20).

Nunca é demais lembrar que o pequeno número de casos disponíveis não nos permite considerações mais incisivas. No entanto, parece claro, repetimos, que as alforrias em Lençóis não seguiram o padrão que a historiografia registra para regiões de *plantations*, tais como Campinas e Sergipe.

Tabela 2.20. Tipos de alforria: % de idade em cada tipo. Lençóis, 1863-1888.

Faixas de idade	Gratuitas		Onerosas		Total
	N	%	N	%	N
0-14*	3	33,3	6	66,7	9
15-49	10	25,6	29	74,4	39
50 ou mais**	1	20	4	80	5
Não consta	20	48,8	21	51,2	41
Total	34	36,2	60	63,8	94

* incluídos 2 escravos descritos como “filhos de...”

** incluídos 2 escravos descritos como tendo idade “avançada”.

Fonte: Livro de Notas 1 a 35. Tabela de Notas e 2º de Protesto. Agudos, SP.

Como explicar esta diferença? Eisenberg, concluindo seu estudo sobre as alforrias de Campinas, afirma que “*sempre existirá a possibilidade de que circunstâncias específicas façam com que a alforria seja diferente do que temos afirmado.*” (EISENBERG, 1989, p. 301)

Este parece ser o caso. Algumas características que conferem singularidade própria à boca do sertão moldaram uma concessão de alforrias em que homens e mulheres em sua idade mais produtiva eram mais propensos a conquistar sua liberdade do que os mais jovens ou mais velhos. A predominância de homens e mulheres adultos entre os alforriados pode ser explicada pela maior possibilidade destes em conseguir os recursos necessários à alforria. Vimos que 63,8% das alforrias foram do tipo onerosa e que, entre estas, 65% estabeleciam pagamentos em serviço, 10% em dinheiro e 25% pelo Fundo de Emancipação. Os adultos tinham mais condições de negociar este tipo de

alforria, uma vez que a década de 1880 assistiu ao estabelecimento da cultura cafeeira ávida por mão-de-obra, enquanto o algodão entrava em declínio. Enquanto o café era promessa de bons lucros, o declínio da cultura algodoeira possibilitaria que os proprietários estimulassem a produtividade dos cativos através da concessão futura de alforria.

Além disso, as leis emancipacionistas do período, sinalizando a iminente abolição, devem ter preocupado os senhores, fazendo com que retivessem mão-de-obra, seja libertando seus escravos em troca de serviços, seja pela dívida de gratidão que porventura o escravo demonstrasse ao seu ex-senhor, permanecendo com ele como assalariado, mesmo que tivesse pago pela sua alforria. Não devemos esquecer que a oferta de mão-de-obra representada pelos imigrantes europeus ainda não havia se concretizado em Lençóis, fato que só iria ocorrer após a abolição.

Para muitos escravos, a liberdade só viria depois de muito tempo e trabalho, como parece ser o caso de Agustinho, de 3 anos. Tendo recebido sua carta de liberdade em 26 de fevereiro de 1872, só passaria a gozar dela após a morte de seu dono, José Pedro Cardoso, que, ao que tudo indica, era jovem, pois havia recebido o escravo como herança de sua falecida avó⁹². O escravo Fortunato, pertencente a José Joaquim Ferreira, de quem havia conseguido a alforria no dia 08 de maio de 1880, só conquistaria sua liberdade de fato após 6 anos de trabalho para João Leonel Ferreira, tendo este pago a José um conto de réis pela compra dos serviços do escravo⁹³.

Mesmo quando era obrigado a prestar serviços pela sua alforria, podia ocorrer de um senhor invocar uma suposta gratidão do escravo por seu gesto generoso, como parece ser o caso de Pedro José Machado ao libertar a escrava Juliana em reconhecimento aos bons serviços prestados, ficando

⁹² TABELIÃO de Notas e 2º de Protesto. Livro de Notas n.º 2, 26 de fevereiro de 1872. Agudos, SP.

⁹³ TABELIÃO de Notas e 2º de Protesto. Livro de Notas n.º 17, 08 de maio de 1880. Agudos, SP.

obrigada a servir-me durante a minha vida com a mesma fidelidade que até agora tem observado, e se antes disso deixar de existir a mesma lei que obriga a escravidão, será esta condição sem effeito [e] ella livre em cumprir ou não por dever de gratidão...⁹⁴

Uma suposta gratidão pelos “*serviços prestados*” era tema recorrente nas cartas de liberdade, o que parece dar razão a Kátia Mattoso quando afirma que

as cartas de alforria são reflexo nítido da mentalidade dos senhores que, numa sociedade escravista, não teriam qualquer necessidade de justificar a liberdade concedida, mas adoram convencer-se de que agem de acordo com o bom direito e a estrita equidade (MATTOSO, 1982, p. 198).

Há casos em que vários escravos eram libertados condicionalmente ao mesmo tempo. Domingos, Gabriel, Manoel, Graciano e Maria foram libertados pelo capitão João Antonio Damasceno e Souza, no dia 02 de maio de 1886, com a condição de continuarem prestando serviços por mais cinco anos. Estes, no entanto, não precisaram trabalhar tanto para conseguir sua liberdade⁹⁵.

Há situações, porém, que, mais do que engrossar estatísticas, servem melhor ao propósito de compreender os intrincados fios das relações que se estabeleciam entre senhores e cativos. Como diz Mattoso,

a alforria nunca é uma aventura solitária. Resultado de todo um tecido de solidariedades múltiplas e entrelaçadas, de mil confabulações, processos de compensações, promessas feitas e mantidas, preceitos, até mesmo de conveniência, reflexos e imagens mentais que constituem, no Brasil da escravidão, o quadro de uma sociedade que tem sua própria concepção do “justo” e do “normal” (MATTOSO, 1982, p. 194).

Mesmo não sendo o propósito principal deste trabalho, vale a pena descrever alguns casos em que esta “aventura” se desenrola.

O lavrador Antonio de Paula Garcia concedeu a liberdade ao escravo Salustiano, de 7 anos, filho de sua escrava Maria Crioula, no dia 11 de fevereiro de

⁹⁴ TABELIÃO de Notas e 2º de Protesto. Livro de Notas n.º 24, 02 de janeiro de 1883. Agudos, SP.

1873. O pequeno, no entanto, só pôde sair da casa de seu proprietário após o negociante Manoel Tavares da Silva, morador na Vila de Casa Branca, tê-lo reconhecido como filho, declarando “*mais elle outorgante que teve relações ilícitas com a preta Maria escrava de Antonio de Paula Garcia com a qual teve este filho que nesta dacta presente o reconhece como seu filho...*”⁹⁶

No dia 02 de maio de 1879, o tenente-coronel Benjamin Dias Baptista, viúvo de Dona Isabel Dias Ferreira Prestes e de Dona Guilhermina Dias Baptista, tendo delas ao menos duas filhas solteiras, Marinha e Adelina, concedeu liberdade, “sem indenização alguma”, à escrava Maria, parda, 20 anos “mais ou menos”, natural da Província de São Paulo. E,

disse mais, que pela presente reconhece como seus filhos e como tal legitima a Amélia, Nicolao, Anisio e Benedito, [...] filhos da sua escrava Maria já referida, os quais, todos já tinham sido baptizados como libertos e sem condição alguma por terem nascido posteriormente a lei de vinte e oito de setembro de mil oitocentos e setenta e um...⁹⁷

Um ano depois, a 14 de maio de 1880, em testamento, o tenente-coronel deixou a terça de todos os seus bens aos filhos de Maria, desejando que fosse repartida com igualdade entre eles⁹⁸.

Por fim, um caso ilustrativo de um escravo que foi libertado e ingressou no mundo dos livres com o sobrenome do antigo senhor, uma saga cujos lances principais a leitura de vários documentos permite recompor e que começa no dia 02 de novembro de 1861. Neste dia nasceu Joaquim, filho de pai incógnito e de Francisca, solteira, escrava do capitão José Pedroso do Amaral⁹⁹. Sete anos depois, Joaquim era alforriado pela viúva do capitão, Dona Balbina Brandina Maria de Jesus, junto com outros cinco

⁹⁵ TABELIÃO de Notas e 2º de Protesto. Livro de Notas n.º 31, 02 de maio de 1886. Agudos, SP.

⁹⁶ TABELIÃO de Notas e 2º de Protesto. Livro de Notas n.º 2, 11 de fevereiro de 1873. Agudos, SP.

⁹⁷ TABELIÃO de Notas e 2º de Protesto. Livro de Notas n.º 14, 02 de maio de 1879. Agudos, SP.

⁹⁸ TABELIÃO de Notas e 2º de Protesto. Livro de Notas n.º 17, 14 de maio de 1880. Agudos, SP.

escravos, Francelina, Daniel, o casal Gabriel e Francisca com um filho, José, de 3 anos (documento em parte reproduzido no início desta seção)¹⁰⁰. Tudo indica que Joaquim tenha “ganho” (e, ainda por cima, “legítimo”!) um pai, além de um sobrenome, pois quando se casou no dia 01 de abril de 1888 com a liberta Serafina, de 18 anos, aparece no registro como sendo “*Joaquim do Amaral, filho legítimo de Gabriel e Francisca, já falecidos...*”¹⁰¹. Francisca havia falecido no dia 17 de janeiro de 1879, aos 32 anos, vítima de “*hydropisia*”¹⁰². A escrava já era viúva e aparecia com o nome de Francisca Justina de Jesus.

Os antigos laços familiares parecem ter se mantido, pois no dia 02 de novembro de 1889, o liberto, agora Joaquim Gabriel do Amaral, relata a “*morte natural, proveniente de febre*”, de seu irmão José Itálico Brazilence (pelo visto, os imigrantes causaram forte impressão nos nativos), de 21 anos, solteiro, lavrador, filho legítimo de Gabriel do Amaral e Francisca, ambos já falecidos, ocorrida no dia anterior, às sete horas da noite¹⁰³. Ano seguinte, dia 4 de setembro, o último registro da saga de Joaquim: nasceu João, seu filho com Serafina, sendo avós paternos Gabriel do Amaral e Francisca do Amaral, “*ambos falecidos*”¹⁰⁴.

2.8. Mortalidade de escravos e ingênuos

Aos dezessete de janeiro de mil oitocentos e setenta e nove, n’esta villa de Lençóes, falleceu de hydropisia, Francisca Justina de Jesus, que foi cazada digo viúva do finado Gabriel do Amaral, na idade de trinta e dous annos. Hábito branco, sepultada no cemitério d’esta parochia.

O vig^o José Benedicto Marcondes de Mello¹⁰⁵

⁹⁹ LIVRO de Registros de Batismos. Livro 9. Registro n.º 104. Arquivo da Cúria de Botucatu, SP.

¹⁰⁰ CARTÓRIO de Notas Primeiro, Lençóis Paulista, SP. Livro de Escrituras, 1863-1869, caixa 13.

¹⁰¹ LIVRO de Registros de Casamentos. Livro n.º 43. Registro n.º 322. Arquivo da Cúria de Botucatu, SP.

¹⁰² LIVRO de Registros de Óbitos. Livro n.º 12. Registro n.º 342. Arquivo da Cúria de Botucatu, SP.

¹⁰³ CARTÓRIO de Registro Civil e Anexos. Livro B02. Registro n.º 179. Lençóis Paulista, SP.

¹⁰⁴ CARTÓRIO de Registro Civil e Anexos. Livro C02. Registro n.º 61. Lençóis Paulista, SP

Entre os anos de 1867 e 1888, foram registrados 748 óbitos em Lençóis, 91% deles (681 casos) de livres e 9% (67 ocorrências) de escravos ou libertos. O registro acima reproduzido é típico dos encontrados nos arquivos. Traz várias informações que ajudam a compor o quadro da escravidão e abordam questões que outras fontes não nos permitem fazer. Os dados normalmente encontrados e que são de interesse do pesquisador são: nome do falecido, sexo (inferido do nome), local e data do óbito, *causa-mortis*, filiação, estado conjugal, nome do cônjuge (quando é o caso), condição jurídica (quando liberto ou escravo), nome do proprietário (quando escravo), e o nome do vigário que fez o registro.

Para a montagem das tabelas referentes a este estudo colocamos na mesma categoria escravos e ingênuos. Isto se justifica porque as condições de vida do ingênuo praticamente não o diferenciava da criança cativa, uma vez que cresceria num ambiente escravo, normalmente junto a um ou aos dois pais, eles próprios escravos.

Tabela 2.21. Idade ao falecer de escravos e ingênuos de ambos os sexos. Lençóis, 1867-1888

Faixa etária	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
Menos de 1	10	27,8	8	25,8	18	26,9
1-14	6	16,7	8	25,8	14	20,9
15-49	10	27,8	12	38,7	22	32,8
50 ou mais	8	22,2	2	6,5	10	14,9
NC	2	5,5	1	3,2	3	4,5
Total	36	100	31	100	67	100

Fonte: Registros de óbitos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

Era alta a mortalidade infantil entre a população escrava de Lençóis (tabela 2.21). Um pouco mais de um quarto de meninos e meninas morria antes de completar 1 ano de idade. A porcentagem era ligeiramente maior entre bebês masculinos (27,8%). Na faixa de 1 a 14 anos, a mortalidade era maior entre as meninas, pouco mais de um

¹⁰⁵ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro de Óbitos 12, registro n.º 342 (314), 17 de janeiro de 1879.

quarto delas (25,8%). Entre os meninos, 16,7% morriam nesta faixa etária. Embora a mortalidade infantil fosse alta entre escravos e ingênuos, muitos deles chegavam à idade adulta. Quase um terço (32,8%) morria entre 15 e 49 anos. Entre as mulheres, esta porcentagem alcançava 38,7%, enquanto que entre os homens era de 27,8%. Os que tinham 50 anos ou mais representavam 14,9% dos mortos, 22,2% entre os homens e 6,5% entre as mulheres.

Tabela 2.22. Idade ao falecer de livres de ambos os sexos. Lençóis, 1867-1888

Faixa etária	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
Menos de 1	108	28,9	68	22,1	176	25,8
1-14	83	22,2	84	27,4	167	24,5
15-49	93	24,9	105	34,2	198	29,1
50 ou mais	72	19,2	34	11,1	106	15,6
NC	18	4,8	16	5,2	34	5
Total	374	100	307	100	681	100

Fonte: Registros de óbitos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

Entre os livres, a situação não era muito diferente. Senão, vejamos (tabela 2.22): 25,8% dos livres morriam antes de completar 1 ano de idade. Este número era maior entre os meninos (28,9%) do que entre as meninas (22,1%). Um quarto (24,5%) morria entre 1 e 14 anos. Neste caso, mais entre meninas (27,4%). Na faixa etária de 15 a 49 anos, 24,9% dos mortos eram homens e 34,2% mulheres, total 29,1%. Entre os mais velhos, com 50 anos ou mais, os homens representavam 19,2% dos óbitos e as mulheres 11,1%. Esta faixa etária era responsável por 15,6% do total dos mortos.

Tabela 2.23. Idade ao falecer de livres e escravos/ingênuos de ambos os sexos. Lençóis, 1867-1888

Faixa etária	Livres		Escravos ou ingênuos	
	N	%	N	%
Menos de 1	176	25,8	18	26,9
1-14	167	24,5	14	20,9
15-49	198	29,1	22	32,8
50 ou mais	106	15,6	10	14,9
Nc	34	5	3	4,5
Total	681	100	67	100

Fonte: Registros de óbitos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

Não há muitas informações sobre o atendimento médico à disposição da população de Lençóis. O fato de ser uma região de povoamento recente, onde ainda se recorria às autoridades provinciais com pedidos de providências contra ataques indígenas, pode indicar que os recursos médicos colocados à disposição dos moradores eram muito escassos. Mesmo os que tinham mais condições financeiras deviam padecer deste problema. Analisando os dados da tabela 2.23, comparando a mortalidade entre os livres e os escravos, só podemos concluir pela “democratização” da morte. Os números são muito parecidos. Tanto entre livres quanto entre escravos e ingênuos, a mortalidade infantil era extremamente elevada. Em ambos os casos, pouco mais de um quarto dos que morriam tinha menos de 1 ano de idade. Entre 1 e 14 anos há, percentualmente, mais mortos entre os livres que entre escravos e ingênuos. Ou seja, a cor não dava maior possibilidade de sobrevivência a uma criança livre do que a uma escrava ou ingênuo. Havia uma grande mortalidade também entre os moradores livres e escravos de Lençóis na faixa de 15 a 49 anos. Isto ocorria especialmente entre as mulheres e aí não há distinção de condição jurídica. Vimos que 34,2% das mulheres livres e 38,7% das escravas e ingênuas morriam nesta faixa etária e isto se deve, em boa parte, à alta mortalidade presente em situações de parto. Das 105 mulheres livres que morreram nesta faixa, há informações sobre a causa da morte em 71 óbitos. Destes, 29,6% devem-se à morte no parto ou devido à “recaída de parto”; os restantes 70,4% se devem a outras causas. Entre as 12 escravas que morreram nesta faixa etária, em apenas 7 casos há o registro da causa, sendo que morte no parto representa uma delas. Também entre os mais velhos (50 anos ou mais), a morte não levava em conta a condição jurídica da pessoa. Eram 15,6% de livres e 14,9% de escravos ou libertos.

É razoável supor que não eram muito evidentes as diferenças de recursos que a população de Lençóis tinha à sua disposição no que se referia a cuidados médicos.

Morria-se jovem, cativos ou não, e as possibilidades de morrer apenas depois de uma longa existência eram praticamente as mesmas tanto para uns quanto para os outros.

Pode-se pensar também que nesta região de povoamento mais tardio, em que plantéis pequenos foram a regra e que famílias de escravos se constituíam em meio ao mundo do branco, em que relações de compadrio se estabeleceram como uma das pontes de ligação entre a escravidão e a liberdade, em que muitos brancos lavravam sua terra em companhia de um ou dois escravos, tenham se constituído relações de trabalho não caracterizadas pela violência explícita e desumana que a palavra escravidão carrega consigo, como enfatizou a historiografia tradicional dos anos 60 e 70.

Que razões há para acreditar que os escravos fossem massacrados na sua labuta diária se o índice dos cativos homens que morriam na idade produtiva (27,8%) era pouca coisa superior ao índice dos homens livres (24,9%)? É plausível supor que se os brancos não podiam prescindir do trabalho escravo, em muitos casos o branco não podia prescindir de seu próprio trabalho se quisesse ver sua plantação brotar do chão e o gado engordar no pasto. Neste caso, a morte colhia a ambos de maneira muito semelhante.

Muitos registros nos permitem estabelecer as causas de mortes verificadas em Lençóis. Foi possível enquadrar 350 mortes de livres e 42 de escravos e comparar os dados com estudos feitos por outros pesquisadores. Muitos óbitos traziam como *causa-mortis* expressões vagas como “repentina” ou “de inflamação”, impossibilitando, nestes casos, a sua classificação.

Utilizamos para esta parte do estudo a classificação de doenças (reproduzida no Apêndice B) elaborada por Iraci Del Nero da Costa para seu estudo sobre a morbidade em Vila Rica

Tabela 2.24. Ocorrência de cada grupo de doenças*, segundo a condição jurídica de ambos os sexos. Lençóis, 1867-1888

Grupos	Livres			Escravos e ingênuos		
	H	M	Proporção	H	M	Proporção
I	148	104	720	16	13	690,4
II	4	3	20	1	2	71,4
III	1	3	11,4	-	-	
IV	5	4	25,7	-	-	
V	16	16	91,4	4	3	166,7
VI	-	2	5,7	-	-	
VII	8	1	25,7	-	-	
VIII	-	1	2,9	-	-	
IX	7	4	31,4	-	-	
X	20	3	65,7	3	-	71,4
Total	209	141	1000	24	18	1000
Causas especificadas						

Obs.: * Os grupos de doenças, indicados em algarismos romanos, estão especificados no Apêndice B.

Excluídas 22 mortes relacionadas ao parto entre as livres e 1 entre as escravas.

Fonte: Registros de óbitos. Arquivo da Cúria de Botucatu SP.

A tabela 2.24 nos mostra que tanto entre brancos como em escravos e livres era alto o índice de mortes do grupo I (Doenças infecciosas e parasitárias). Representavam 708,1 por mil mortes dos homens livres e 737,6 por mil entre as mulheres livres (proporção de 720 por mil entre todos os livres); entre os escravos, esta proporção era de 666,7 por mil para os homens e 722,2 para as mulheres (690,4 por mil entre todos os cativos). Lúcio, escravo de David Manoel Lopes, morreu no dia 13 de agosto de 1879, aos 37 anos, “de febre”¹⁰⁶; em outubro do mesmo ano morreu José, escravo de João Theodoro dos Reis, aos 80 anos, “de constipação”¹⁰⁷.

As doenças do grupo V (Doenças do aparelho digestivo) representavam a segunda maior causa das mortes, proporção de 91,4 por mil entre os livres. Este índice era maior entre os escravos, proporção de 166,7 por mil. Este era o caso de Thereza, escrava do major Espiridião de Oliveira Lima Machado, falecida aos 42 anos, no dia 02

¹⁰⁶ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro de Óbitos 12, registro n.º 566 (340), 13 de agosto de 1879.

¹⁰⁷ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro de Óbitos 12, registro n.º 573 (347), 08 de outubro de 1879.

de fevereiro de 1882, vítima de “hydropisia”¹⁰⁸, mesma *causa-mortis* de Benedita, 35 anos, escrava de Joaquim de Lima Pereira, falecida no dia 25 de dezembro de 1870¹⁰⁹.

Era também alto o índice de mortes relacionadas ao grupo X (Acidentes, Envenenamentos e Violência), principalmente entre os homens. E aí, mais uma vez notamos a “democratização” da morte. Entre os homens livres este grupo contribuía com uma proporção de 95,7 por mil mortes; entre as mulheres livres, índice bem menor, 21,3 (proporção de 65,7 por mil entre todos os livres); entre os escravos e ingênuos do sexo masculino o índice era de 125 (71,4 por mil entre todos). Não houve a ocorrência deste tipo de morte entre as cativas. Estes índices refletem as condições em que se encontrava o povoamento da região, o que caracteriza uma violência predominantemente masculina. O início da ocupação provavelmente ainda não havia criado condições para o estabelecimento do poder da justiça em toda a sua plenitude, o que deveria se refletir em conflitos pessoais resolvidos à base da violência ou vingança pessoal. Há registros, para os homens livres, de morte por “tiro de garrucha e facada”, “morte violenta”, “tiro de espingarda”, “facada” e “assassinado”. No entanto, esta violência física e pessoal parece não ter atingido tanto os escravo, pois não há registro de morte semelhante entre eles.

As condições de derrubada de matas para a formação de plantio também foram responsáveis por mortes relacionadas ao grupo X: várias “mordida de cobra”, “queimado” e “desastre” e um registro de “quebrado”. Entre os escravos, há três casos de morte por doenças do grupo X. Uma delas ocorrida em de setembro de 1868, quando o menino escravo Júlio, de 11 anos “mais ou menos”, faleceu “esmagado no engenho de cana”. Claro que as condições específicas da época, principalmente a falta de profissionais capazes de identificar com segurança a *causa-mortis*, aliada ao próprio

¹⁰⁸ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro de Óbitos 12, registro n.º 186 (460), 02 de fevereiro de 1882.

¹⁰⁹ ARQUIVO da Cúria de Botucatu. Livro de Óbitos 12, registro n.º 147, 25 de dezembro de 1870.

estágio do conhecimento médico em vigor podem ter ocasionados incorreções no diagnóstico de várias doenças. De qualquer modo, parece claro que as doenças infecciosas e parasitárias eram majoritárias.

São escassos os estudos sobre mortalidade e morbidade na população escrava. Faremos, neste trabalho, referencia a dois deles, embora a comparação fique um tanto prejudicada. Num deles, Maria Luiza Marcílio utilizou apenas a população livre; noutro, Costa analisou apenas a população adulta, livre e cativa, devido à falta de referencias à *causa-mortis* nos óbitos das crianças; nos dois, o período analisado é a virada do século XVIII para o XIX. Além disso, os autores usam classificação de doenças com ligeiras diferenças entre si. Isto impossibilita a elaboração de uma tabela contendo dados destes dois estudos em comparação com os nossos.

Marcílio estudou a repartição dos óbitos por causa na população livre de São Paulo (Paróquia da Sé), entre os anos de 1799 a 1809 (MARCÍLIO, 1973, p. 176-177). Encontrou a autora maior incidência de mortes no Grupo I (Doenças infecciosas e parasitárias), proporção de 622,6 por mil; a segunda causa de mortes refere-se a doenças referentes ao Grupo VII (Doenças do parto e do puerpério), doenças não contempladas na tabela utilizada por nós (optamos, como já visto, por utilizar a mesma tabela do estudo de Costa, reproduzida no Apêndice B). As doenças do aparelho digestivo (Grupo V) ocorrem na proporção de 95,6 por mil.

Em Lençóes, os números são parecidos. Senão, vejamos: o grupo I entra na proporção de 720 entre os livres e 690,4 por mil entre os escravos. O Grupo V entra na proporção de 91,4 para os livres e 166,7 para os escravos; enquanto que, computando as mortes decorrentes do parto, encontramos para Lençóes uma proporção de 135 por mil entre as livres e 52,6 entre as escravas (apenas um caso registrado, o que torna, no mínimo, arriscado lançar mão de uma hipótese explicativa).

Uma diferença significativa diz respeito às mortes do Grupo IX (Grupo X, em nosso estudo): Mortes violentas e Acidentais (ou Acidentes, Envenenamento ou Violência). Marcílio encontrou a proporção de 1,9 por mil; enquanto que as condições de início de povoamento foram responsáveis pelos altos índices de Lençóis: 65,7 entre os livres e 71,4 entre os escravos.

Costa estudou Vila Rica entre 1799 e 1801 (COSTA, 1976, p. 241-262). Encontrou uma menor proporção de mortes, tanto entre livres quanto entre escravos, no Grupo I: 237 entre livres e 213 entre os escravos. As doenças do aparelho digestivo (Grupo V) foram as maiores responsáveis pelas mortes em Vila Rica, sendo 462 entre brancos e 514 por mil entre escravos. Portanto, os números diferem sobremaneira dos encontrados por nós.

As mortes em Lençóis, na segunda metade do século XIX, tinham basicamente as mesmas causas daquelas verificadas na cidade de São Paulo no início do século. A diferença fica por conta das ocorrências relativas às mortes violentas, em que as condições de início de povoamento provavelmente foram a causa do elevado índice encontrado em Lençóis.

Considerações parciais

As condições vividas em Lençóis em meados do século XIX – chegada de famílias, abertura de fazendas e roçados, conflitos com remanescentes indígenas, em suma, onde ainda não havia as condições de vida e trabalho próprias das áreas de povoamento mais antigo – não inviabilizaram a formação e a estabilidade da família escrava. Muitos laços de parentesco entre cativos já se haviam formado antes da transferência das famílias para a boca do sertão; outros se formaram somente após o estabelecimento nas novas terras.

Alguns plantéis de Lençóes eram formados exclusivamente por famílias, uma, duas ou mais. Além disso, casamentos legitimados pela Igreja e batismos de crianças por padrinhos cativos nos autorizam a pensar na hipótese de que havia uma estratégia senhorial de incentivo à procriação de cativos com o objetivo de estimular a reprodução de mão-de-obra, numa situação de dificuldade de aquisição via compra de novos cativos. Não devemos esquecer também que durante a década de 1860, portanto, anterior ao ventre livre, os preços das mulheres cativas era igual ou superior ao do homem. O aumento da razão filhos-mãe após a lei do ventre livre pode ser um indicativo de que as mulheres se sentiram mais “confortáveis” em gerar filhos – agora, livres. As próprias características da população escrava de Lençóes – paralelamente aos registros de batismos encontrados – nos permitem também identificar a hipótese de reprodução natural dos cativos: numerosa população de crianças e de mulheres em idade fértil e alta razão criança-mulher.

As alforrias em Lençóes não seguiram o mesmo padrão que autores constataram em outras regiões (EISENBERG, 1989, p. 277-301; SUBRINHO, 2000, P. 114). O maior número de casos em Lençóes se refere a alforrias onerosas, ou seja, envolviam algum tipo de pagamento e, entre estes, o mais comum era o pagamento em serviços. Diferentemente do que se poderia esperar, havia uma grande parcela de homens e mulheres em idade produtiva entre os alforriados. A hipótese explicativa que apresentamos é que eram estes que reuniam as melhores condições de angariar recursos para comprar sua liberdade. Uma menor parte dos libertos era formada por crianças e velhos. Estes não tinham maiores condições de negociar sua liberdade, visto que não representavam efetiva mão-de-obra ficando, pois, relegados aos sentimentos de gratidão ou comiseração dos senhores.

Por fim, os dados disponíveis nos registros de óbitos traçam um quadro de “democratização” da morte, isto é, a condição de escravo ou livre não alterava substancialmente a *causa-mortis*, o que reflete provavelmente a disponibilidade de semelhantes recursos médicos tanto para uns quanto para outros, o que, de resto, deviam ser precários devido à própria etapa de ocupação humana em que se encontrava a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou, dentro dos estreitos limites estabelecidos pelas fontes, fazer uma radiografia da escravidão em Lençóis, contemplando esta área de povoamento mais recente, e situá-lo no quadro mais amplo daqueles que refletiram sobre este tema no Brasil. Depois de analisados alguns índices relativos à escravidão em Lençóis, o retrato que deles podemos vislumbrar tem muitas cenas comuns a outras localidades do Brasil, mas também outras cuja especificidade nos obriga a reconhecer as diferenças temporais e espaciais da forma de utilização da mão-de-obra cativa ao longo da história do Brasil.

A boca do sertão era um pequeno núcleo populacional, tendo em volta inúmeras fazendas e roçados, produzindo culturas para subsistência e comércio local, além da atividade criatória da qual sobressaía o gado bovino e suíno. Este era o panorama econômico de Lençóis na segunda metade do século XIX. Um ou dois escravos cultivando a terra, tendo a seu lado o próprio senhor foi uma imagem comum nestes primeiros tempos de povoamento. Batizados e casamentos de escravos constituíam momentos de encontro entre livres e negros escravos, acontecimentos que extrapolavam os limites da fazenda e punham em contato escravos de diferentes senhores. A julgar pelos números, a população escrava, embora pequena, estava

disseminada entre a população livre e os laços de amizade puderam ser observados pela sua relativa frequência.

A maior parte dos plantéis lençoenses eram formada por poucos escravos – de 1 a 5 cativos – e o relativo equilíbrio entre os sexos era uma característica, mesmo entre os cativos na idade considerada produtiva. O comércio de mão-de-obra cativa privilegiava os escravos produtivos, sendo que as mulheres cativas alcançaram, na década de 1860, preços semelhantes aos dos homens, situação que foi se modificando com o correr do tempo, quando os cativos passaram a ser mais valorizados que as cativas.

Alguns plantéis de Lençóes eram constituídos unicamente por famílias. Casamentos eram legitimados pela igreja e os cativos nascidos destas uniões eram, em parte, apadrinhados por homens e mulheres igualmente cativos, o que nos fez pensar em uma estratégia senhorial para incentivar a reprodução de mão-de-obra cativa. Algumas características da população escrava, como alta frequência de crianças e de mulheres em idade fértil, aliada à alta razão criança-mulher também nos autoriza a falar em reprodução natural da população escrava.

As alforrias concedidas eram, em sua maior parte, onerosas e, dentre estas, a maior ocorrência era a de pagamentos em serviços. Os escravos alforriados eram, frequentemente, homens e mulheres em idade produtiva.

A análise dos óbitos de escravos e livres indica que as causas eram basicamente as mesmas para ambas as populações, o que sugere uma “democratização” da morte.

Assim como tem sido afirmado em outros estudos recentes para diversas localidades, os escravos de Lençóes tinham regras sociais próprias, não se constituindo em seres anômicos, como a historiografia clássica afirmara nos anos 60, o que pôde ser

constatado através de registros de batismos e casamentos. Não é mais possível negar seu cotidiano, suas estratégias específicas de sobrevivência, seus sentimentos inerentes à própria condição, as normas que buscavam construir com o objetivo de constituir suas próprias famílias. Caracterizamos a mão-de-obra cativa em Lençóis e mostramos aspectos que refletem este outro lado da escravidão, um lado tão rico de significados e que apenas há pouco tempo passou a ser objeto de maiores estudos por parte dos historiadores.

O curto espaço de tempo entre o povoamento da região de Lençóis – meados do século XIX – e a abolição da escravidão, e a própria situação de marginalidade no que se refere ao comércio de longa distância, não propiciaram as condições para formação de grandes plantéis, como se verificou em áreas de povoamento mais antigo, cuja dinâmica comportou fases de crescimento, estabilidade e decadência de atividades econômicas, nas quais a experiência escrava pôde ser vivenciada em diversas condições.

Lençóis, pelo contrário, quando conheceu o auge de sua prosperidade econômica tinha na escravidão apenas uma tênue lembrança de um passado que o tempo, implacável, se encarregava de apagar, mesmo que lentamente, enferrujando as correntes ou envelhecendo as senzalas. E, a despeito da ação do tempo, hoje a escravidão persiste, adormecida nos livros de notas amarelados pelo passar dos anos e cobertos pelo pó do esquecimento. Este tema desperta de seu esquecimento de tempos em tempos, pelas mãos do historiador, para mostrar que a escravidão não foi única, não teve um formato monolítico, durante os quase quatro séculos de sua existência na sociedade brasileira.

FONTES**Fontes primárias**

Cartório do 1º Ofício da Comarca de Agudos. Inventários *post-mortem*, 1860-1887

Cartório de Notas Primeiro, Lencóis Paulista. Livros de Notas Antigas, 1860-1863

_____. Livros de Notas Antigas, 1863-1865

_____. Livros de Notas Antigas, 1865-1866

_____. Livros de Notas Antigas, 1870-1871

_____. Livro de Contrato de Locação de Serviços, 1880-1889

_____. Livros de Notas, 1860-1862

_____. Livros de Escrituras, 1863-1869

_____. Livro [sem denominação], 1882-1884

Cartório de Notas Segundo, Lencóis Paulista. Livro de Escrituras, 1872-1886

Tabelião de Notas e 2º de Protesto, Agudos. Livro de Notas 1 a 35

Arquivo da Cúria de Botucatu. Livro de Batismos n.º 9

_____. Livro de Batismos n.º 29

_____. Livro de Batismos n.º 33

_____. Livro de Batismos n.º 80

_____. Livro de Casamentos n.º 15

_____. Livro de Casamentos n.º 43

_____. Livro de Óbitos n.º 12

_____. Livro de Óbitos n.º 40

Cartório de Registro Civil e Anexos, Lençóis Paulista. Livro C01

Cartório de Registro Civil e Anexos, Lençóis Paulista. Livro A0

Arquivo da Câmara Municipal de Lençóis Paulista. Livro de Atas n.º 2, 1886-1890

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Edgar Lage. **Sertões da Noroeste**. São Paulo: Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul, 1945.

BARROS, F. R. de. Padre Claro Monteiro do Amaral. São Paulo: Indústria Gráfica José Magalhães, 1950.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (Org.). **São Paulo do Passado. Dados demográficos**. Campinas: Unicamp, 2001. 1 CD-ROM.

BASTOS, Irineu Azevedo. **A violência na história de Bauru**. Bauru: EDUSC, 1996.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Os kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo: Yankatu, 1984.

CANABRAVA, Alice P. **O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)**. São Paulo, 1951.

CARDOSO, Ciro Flamarion S (Org.). **Escravidão e abolição no Brasil. Novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CHITTO, Alexandre. **Lençóis Paulista boca do sertão**. [S.l.: s.n], [1980?].

COSTA, Dora Isabel Paiva da. **Posse de escravos e produção no agreste Paraibano: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. **Herança e ciclo familiar: um estudo sobre família e população em Campinas, São Paulo, 1765-1850**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

COSTA, Iraci del Nero da. **Análise da morbidade nas Gerais: Vila Rica, 1799-1801**. Revista de História. São Paulo, FFLCH-USP, (107): 241-262, 1976.

COSTA, Iraci Del Nero da & GUTIÉRREZ, Horácio. **Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830)**. História: Questões e Debates. Curitiba, APAH, 5(9): 313-321, 1984.

COSTA, Iraci Del Nero da & LUNA, Francisco. **Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727-1826)**. África. São Paulo, Centro de Estudos Africanos da USP, (4): 105-109, 1981.

DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____, _____. **Parentesco e família entre os escravos no século XIX: um estudo de caso.** Revista Brasileira de Estudos de População. v.12, ns. 1-2, jan/dez, 1995.

FRAGOSO, João Luís. O império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda L. **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 14.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). **Escravidão & Invenção da Liberdade.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUTIÉRREZ, Horácio. A harmonia dos sexos: elementos da estrutura demográfica da população escrava no Paraná, 1800-1830. **Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** São Paulo, ABEP, 1986, vol.1, p. 35-52.

LIMA, João Francisco Tidei de. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1978.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**. v.13, n.1, p. 211-221, jan./abr., 1983.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura de posse de escravos. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas Colonial: economia e sociedade**. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982. p. 31-55.

LUNÉ, Antonio J. B. de; FONSECA; Paulo Delfino da. **Almanaque da Província de São Paulo para 1873**. Ed. fac-similada. São Paulo: IMESP, 1985, p.445-448.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

_____. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos**. Prefácio de Michel Fleury e Louis Henry, tradução da autora. São Paulo, Pioneira, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1973.

MARCONDES, Renato Leite. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do Vale do Paraíba. **Locus: Revista de História**. vol.4, n.2, p. 35-54, 1998.

MARCONDES, Renato Leite; GARAVAZO, Juliana. **A propriedade escrava e a hipótese de crescimento vegetativo em Batatais: a classificação dos escravos (1875)**. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2002.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**. V.13, n.1, jan./abr. 1983.

MATOS, Odilon Nogueira. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 1990.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós; KLEIN, Herbert S.; ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-

1888. In: REIS, João José (org.). **Escravidão & Invenção da Liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MELLO, Zélia Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Editora Hucitec; Prefeitura do Município de São Paulo, 1985.

METCALF, Alida C. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. **Estudos Econômicos**. v.17, n.2, p. 229-243, maio/ago., 1987.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.

MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. **O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista. Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870**. Estudos Econômicos. São Paulo: IPE/USP, v. 30, n. 2, abr/jun.2000.

MOTTA, José Flávio. **Demografia histórica, família escrava e historiografia: relações familiares em um plantel de escravos de Apiaí (SP)**. Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica / 5ª Conferência Internacional de História de Empresas. [CD-ROM]. São Paulo: ABPHE – FEA/USP, 2001.

NEVES, Correia das. **No velho Bauru**. [S.l.: s.n], [1961].

NEVES, João Correa das; BUENO FILHO, Jurandir. **Bauru – Edição Histórica**. São Paulo: Focus: [19__].

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. **História Econômica do Brasil**. 34.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. **Ensaio Paulistas**. São Paulo: Anhembi, 1958.

SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. **Estudos Econômicos**. v.13, n.1, p. 272-273, jan./abr. 1983.

SLENES, Robert W. Escravidão e Família: Padrões de Casamento e Estabilidade Familiar numa Comunidade Escrava (Campinas, século XIX). São Paulo, **Estudos Econômicos**, 17(2): 217-227, maio-ago. 1987.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro; Sergipe 1850-1930**. Aracaju: Funcaju, 2000.

_____. **Comércio de escravos na Província de Sergipe (1850-1888)**. IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência Internacional de História de Empresas. São Paulo, FEA/USP, 2001.

APÊNDICE A

DESMEBRAMENTOS TERRITORIAIS E POPULACIONAIS DE LENÇÓES

Nossa Senhora da Piedade dos Lençóes, atual Lençóis Paulista e objeto principal deste estudo, tornou-se freguesia no dia 28 de abril de 1858 e vila no dia 25 de abril de 1865, desmembrando-se de Botucatu. Teve sua comarca instalada a 20 de outubro de 1877. Porém, em 1899, a comarca foi transferida para a cidade de Agudos. No dia 30 de novembro de 1944, a cidade teve seu nome alterado para Ubirama e, em 24 de dezembro de 1948 tornou-se Lençóis Paulista. Em 1954, foi elevada novamente à comarca (CHITTO, [1980], p. 175-176).

São Domingos tornou-se freguesia do município de Botucatu em 1858. Dez anos depois, a freguesia foi transferida para o município de Lençóes e em 1874 para Santa Bárbara do Rio Pardo, assumindo esta denominação. Em 1876 foi elevada à vila e um século depois, em 1978, mudou o nome para Águas de Santa Bárbara.

Santa Cruz do Rio Pardo se desmembrou de Lençóes em 1876. Uma de suas paróquias, São Pedro dos Campos Novos do Turvo, pertencia a Lençóes quando foi elevada à freguesia, em 1875. No ano seguinte, com a denominação de São Pedro do Turvo, foi incorporada a Santa Cruz do Rio Pardo. Tornou-se município em 1891.

Espírito Santo do Turvo foi elevada à freguesia de Lençóes em 1878 e à vila em 1885; foi reduzida à condição de distrito de paz em 1934, incorporada ao município de Santa Cruz do Rio Pardo.

Ainda no século XIX, surgiram a partir de desmembramento de Lençóes, Espírito Santo da Fortaleza, em 1887, sendo posteriormente extinto e tendo sua sede

transferida para Bauru, em 1896; Pederneiras, em 1891; e Agudos (ex-São Paulo dos Agudos), em 1898 (CHITTO, [1980], p. 43-45).

APÊNDICE B

CLASSIFICAÇÃO DAS DOENÇAS E CAUSAS DE ÓBITOS, SEGUNDO GRANDES GRUPOS

(Entre parênteses vai a nomenclatura de algumas doenças anotadas nos registros)

- I. Doenças Infecciosas e Parasitárias: Coqueluche (tosse comprida); Difteria (garrotilho); Disenteria; Febre Recorrente (febre); Icterícia; Lepra (lepra); Tuberculose Pulmonar (tísica) ; Outras Tuberculoses; Tumor Maligno (cancro).
- II. Doenças do Sistema Nervoso e dos Órgãos dos Sentidos: Deficiência Mental ; Epilepsia (gota); Paralisia (paralisia, estupor).
- III. Doenças do Aparelho Circulatório: Aneurisma.
- IV. Doenças do Aparelho Respiratório (exceto tuberculose pulmonar): Asma; Empiema; Laringite Aguda; Pneumonia (pneumonia); Outras Doenças do Aparelho.
- V. Doenças do Aparelho Digestivo: Hidropisia (hidropisia); Obstrução Intestinal e Hérnia (obstrução, constipação).
- VI. Doenças do Aparelho Geniturinário: Anúria; Hemorragia Uterina.

VII. Doenças da Pele e do Tecido Celular Subcutâneo: Morféia (morfea); Gangrena; Abscessos ; Sarnas (sarnas recolhidas).

VIII. Doenças do Sistema Osteomuscular: Reumatismo não Especificado (reumatismo).

IX. Sintomas e Estados Mórbidos mal Definidos: Apoplexia (apoplexia); Cólica (cólica); Hemorragia de sangue.

X. Acidentes, Envenenamentos e Violências: Acidentes devidos a fatores ambientais (mordida de cobra); Acidentes no trabalho (esmagado no engenho); Violência (tiro de garrucha e facada; assassinado; desastre; queimado; quebrado).

OBS.: Elaborado com base no *Manual de Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbitos* (baseada nas recomendações da 8a. Conferência de Revisões, 1965, e adotada pela Décima Nona Assembléia Mundial de Saúde) tradução de Manildo Fávero, Washington, Organização Mundial da Saúde, 1971, 2 vols. Nomenclatura atualizada de acordo com: Santos Filho, Lycurgo, *História da Medicina no Brasil (do século XVI ao século XIX)*, Brasiliense, São Paulo, 1947 2 vols. Do mesmo autor: *Pequena História da Medicina Brasileira*, DESA e USP, São Paulo, 1966, 150 p. Apud: Costa, Iraci Del Nero da. Análise da morbidade nas Gerais (Vila Rica, 1799-1801). p. 257-259.

APÊNDICE C – ESTATÍSTICA “T DE STUDENT”

PARA O PERÍODO 1860 – 1870 - não há diferenças
--

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias

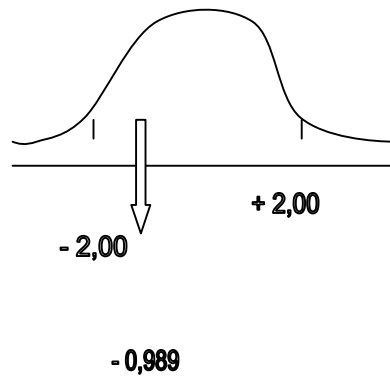
diferentes

	<i>Variável</i>	<i>Variável</i>
	<i>1</i>	<i>2</i>
Média	1222,2	1367,753
Variância	130951,5	211567,6
Observações	20	14
Hipótese da diferença de média	0	
gl	24	
Stat t	-0,989	
P(T<=t) uni-caudal	0,166264	
t crítico uni-caudal	1,710882	
P(T<=t) bi-caudal	0,332528	
t crítico bi-caudal	2,063898	

Apesar de existirem diferenças entre as médias para homens (1:222\$200) e para as mulheres (1:367\$754) elas **não** são estatisticamente significantes, dado que:

- usando o t crítico => o t observado (+/-0,989) é menor do que do que o t crítico bi-caudal (2,063898) do lado esquerdo da curva (porque é negativo) temos que a hipótese nula (igualdade de médias) deve ser refutada.

Alfa: 5%



PARA O PERÍODO 1871 – 1880 há diferenças estatisticamente significativas

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes

Variável 1

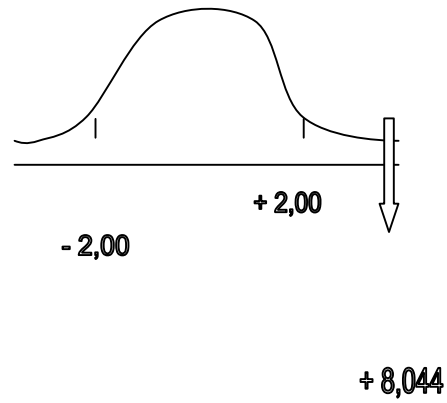
Variável 2

Média	1589,655172	900,9756098
Variância	167389,1626	63844,02439
Observações	29	41
Hipótese da diferença de média	0	
gl	43	
Stat t	8,044305775	
P(T<=t) uni-caudal	2,05156E-10	
t crítico uni-caudal	1,681071353	
P(T<=t) bi-caudal	4,10311E-10	
t crítico bi-caudal	2,016690814	

As diferenças entre as médias para homens (1:589\$655) e para as mulheres (900\$975) **são** estatisticamente significantes, isto é, **realmente há diferenças entre as médias de preços entre homens e mulheres**, dado que:

- usando o t crítico => o t observado (+8,044305775) é maior do que do que o t crítico bi-caudal (2,016690814) do lado direito da curva (porque é positivo) temos, portanto, que a hipótese nula (igualdade de médias) deve ser aceita:

Alfa: 5%



A ESCRAVIDÃO NA FRONTEIRA

**Um estudo da escravidão negra numa
boca do sertão paulista.**

Lençóis, 1860-1888

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Área de concentração: História Econômica

Unesp – Araraquara/SP

2002

Orientando: Edson Fernandes

Orientador: Prof^a. Dr.^a Dora Isabel Paiva da Costa